



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

GEORGE SOUZA BRITO

DE FRENTE COM O TRÁFICO
UMA CONVERSA COM RAVENGAR

Salvador
2007

GEORGE SOUZA BRITO

DE FRENTE COM O TRÁFICO
UMA CONVERSA COM RAVENGAR

Projeto experimental de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO CONCEIÇÃO

Salvador
2007

O tráfico de drogas já é inerente ao sistema, ele não faz parte de um Estado paralelo, pois os próprios Estado e sistema o alimentam. O traficante é apenas um agente socioeconômico, ele não pode subverter nem ameaçar o status quo, porque sua natureza política é autocrática e suicida.

SUMÁRIO

Agradecimentos		05
Introdução		06
CAPÍTULO 1	PRIMEIRO ENCONTRO	07
CAPÍTULO 2	RAVENGAR NO MUNDO DO CRIME	09
CAPÍTULO 3	ANTECESSORES E ANTECEDENTES	14
CAPÍTULO 4	MORRO DO ÁGUIA: O PONTO DA CIDADE	25
CAPÍTULO 5	O MITO	31
CAPÍTULO 6	O DINHEIRO	42
CAPÍTULO 7	SEGUNDO ENCONTRO	48
CAPÍTULO 8	A ORGANIZAÇÃO RAVENGAR	59
CAPÍTULO 9	O “POLÍTICO”	69
CAPÍTULO 10	O “FOLCLORE”	82
CAPÍTULO 11	ÚLTIMO ENCONTRO	102
CAPÍTULO 12	O TRÁFICO SEM RAVENGAR	116

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha namorada Érika Becker, que esteve presente como fiel e principal incentivadora, compartilhando e participando dos momentos de euforia e daqueles de frustração. Foi imprescindível seu apoio para o desfecho deste livro; aos meus pais, por prover minha formação psicológica e cultural e, sobretudo, por colocar os parâmetros morais que me permite desenvolver a prática jornalística com honestidade intelectual e respeito ao ser humano; aos meus irmãos pela paciência e compreensão, tão vitais para o desenvolvimento do trabalho; à família, ente crucial para o cultivo do afeto e solidariedade tão caros a qualquer ser humano; aos amigos Milnei Dias, Rafael Agra Moura, e Victor Garcia, por terem sido bons ouvintes, conselheiros e incentivadores importantes nos caminhos seguidos até o fim deste trabalho, e em especial a Nelson Neto, por prestar seus saberes jurídicos nas minhas consultas judiciais do tema, e a Marcelo Dantas, por ter me presenteado com o *laptop* no qual escrevi o livro, com mais conforto e eficácia; a todas as fontes que tornaram o presente trabalho realidade, sobretudo, a Raimundo Alves de Souza por topar conversar abertamente sobre sua história; ao orientador Fernando Conceição, pelo acompanhamento prestado e aos professores que nutro especial apreço, Antônio Marcos Brotas e Monclar Valverde, pelos exemplos voluntária e involuntariamente passados; por fim, agradeço à força vital inexplicável que dá graça e cor a tudo: o amor dos meus pais, irmãos, amigos, namorada e familiares, o amor da vida e à vida; É o que eu chamo de Deus. Obrigado.



O homem acima é Raimundo Alves de Souza aos 54 anos. Filho de Isidro Alves de Souza e de Jocelina Bastos de Souza, nasceu em Salvador em 30 de janeiro de 1953. É um homem falastrão e sorridente. Mas a fala é mansa. Entre as palavras, sempre um sorriso maroto, meio inocente, com um toque malandro. Tem certo carisma, um jeito sociável de lidar com as pessoas, uma maneira quase política. Tem fama de ser bondoso, de bom coração. Um amigo próximo o definiu como “uma criança grande”. Sua escolaridade é modesta, só cursou até o ensino fundamental. Estudou pouco, mas gosta de citar filósofos e grandes intelectuais para referendar seus pensamentos. São idéias um tanto confusas, articuladas como se quisessem dizer algo, mas não revelam nada. Qualquer palavra a mais ou impensada, pode lhe custar a vida, dizem muitos. Ter cuidado com que fala é questão de sobrevivência. Há quase quatro anos, sua história ganhou as páginas da imprensa local e nacional. Virou espécie de “lenda”, mais uma do mundo do crime, do tráfico de drogas. Virou Ravengar.

CAP.1 | Primeiro encontro

A distância é de aproximadamente um quilômetro da portaria do Complexo Presidiário de Salvador, no bairro da Mata Escura, até a Unidade Especial Disciplinar, onde estão enclausurados 312 condenados a regime diferenciado. Todos homens. Mulher, só visita ou funcionária. No breve caminho, apenas muita mata pelo lado, por trás da qual, aos poucos, surge um emaranhado de arame farpado envolvendo todo o pátio, onde os presos tomam o esperado banho-de-sol. A semelhança com uma gaiola é tanta, que o agente penitenciário explica aos marinheiros de primeira viagem:

- É o primeiro prédio amarelo à direita, parecendo uma gaiola.

Sem erro: depois de uma breve caminhada, lá estava ela. Era quase meio-dia de 30 de maio de 2007, uma quarta-feira. Agentes penitenciários e outros servidores organizavam centenas de marmitas empilhadas em grandes caixotes azuis, que seriam distribuídas aos detentos. Na “sala de recepção”, alguns parentes esperavam ansiosos para falar um pouco com o filho, o marido, o sobrinho, o neto. As visitas são sempre muito esperadas pelos presos.

Antes de entrar no corredor de acesso às celas, há uma fiscalização dos pertences. Nada de carteira, bolsa, celulares, chaves, gravadores, câmeras. Estes dois últimos, só previamente autorizados. As portas, cinzas, possuem tempo programado para abrirem, como procedimento de segurança para evitar fugas. Aberta a primeira porta, são poucos segundos para conseguir abrir a próxima. As paredes são amarelas, os corredores nem

muito largos nem estreitos. São extremamente curtos: poucos passos e chega-se a uma pequena ante-sala ao corredor das celas. O diretor adjunto da Unidade, Paulo César Sacramento, ordena:

- Traz o Raimundo.

Raimundo Alves de Souza, talvez o preso mais famoso da Unidade, aparece de bermudas, sandálias havaianas, boné e uma camisa com letreiros o parabenizando pelo seu 54º aniversário, ocorrido há cinco meses. Os cabelos estão mais grisalhos, revelam as partes não encobertas pelo boné. Acompanhado do agente penitenciário, Raimundo entra na ante-sala sem encarar sua visita do dia. Ele está bem fisicamente, para alguém doente – sofre de diabetes. A pele está corada, seu semblante é saudável.

- Raimundo, esta é a pessoa de quem te falei. Quer conversar contigo. O vice-diretor faz a apresentação.

O homem que foi considerado há três anos o maior traficante de drogas do Estado falou por alguns poucos minutos. Alegou inocência e declarou:

- Eu sou uma lenda viva.

CAP.2 | **Ravengar no mundo do crime**

05 de agosto de 1993 – Os agentes da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes de Salvador, Rosendo Júnior, Edivaldo Marback e Luiz Antônio Cunha saem à procura de Ariston, traficante de drogas que havia fugido da cadeia recentemente. Ariston encontrava-se em Castro Neves, nas imediações de Brotas, a bordo de uma Pampa, dizia a denúncia anônima. Era noite.

A viatura não-padronizada – é comum a Polícia Civil utilizar carros sem nenhuma identificação para poder investigar com discrição, sem ser percebida pelos suspeitos – percorre algumas ruas do bairro de Brotas. Um carro vem em direção aos policiais, com farol alto. Não dá para vê o motorista. Os automóveis se emparelham. Agora sim, já é possível vê Ariston. Hora de agir. A manobra que tenta parar a Pampa fracassa, o traficante dispara contra a viatura e os policiais revidam. Ariston foge. Começa a perseguição. Minutos depois, na ladeira dos Galés, em Brotas, os policiais perdem o carro de vista. O fugitivo poderia ter seguido pela Djalma Dutra, em direção a Sete Portas, subido para Nazaré ou virado, rumo ao Dique do Tororó. Meio perdidos, os agentes preferem seguir pela Djalma Dutra. Escolha errada.

- Daí, mantivemos contato com o agente Roberto Luciano, que conhecia o Ariston e sabia onde ele poderia estar.

Da casa de Roberto Luciano, a próxima parada é Cosme de Farias. A ronda continua por Matatu, Baixa do Tubo, Luis Anselmo... Chega ao bairro de Santo Agostinho, onde

avista uma Caravan marrom metálica. O carro de Raimundo Alves de Souza está parado no estacionamento do condomínio Santo Agostinho. Ariston fica para depois, Ravengar agora é o alvo. No volante está Roberto Luciano. Ao lado na carona, Marback, o chefe da guarnição. Atrás dele, Rosendo e ao lado, atrás do motorista, Cunha. Os quatro aguardam.

Ravengar entra no carro sem perceber a presença dos policiais. A viatura arranca e “fecha” a Caravan. Rosendo e Cunha saem pela porta de trás. Raimundo Alves tenta fugir, com uma manobra de ré brusca. Os dois agentes gritam para ele parar, já disparando contra o carro. Depois de alguns metros, Ravengar pára, solta do veículo e corre... Rosendo já vinha correndo atrás:

- Gritei para ele parar, mas não parou. Tirou do bolso da camisa e jogou para cima o equivalente hoje a cinco mil reais, várias notas... Eu disse a ele que não estava interessado no dinheiro dele. Continuei correndo atrás dele e o acuei numa parte do fundo de um prédio. Tinha um muro alto. Ele ficou desesperado, porque ali realmente seria sua prisão. Ele tentou subir o muro, não conseguiu, ficou lá...

- Ele reagiu?

- Não reagiu, ele não anda armado... Quando o chefe da guarnição chegou, passei a algema para ele e continuei com Ravengar na mira da minha arma, até ser algemado. Quando o algemamos, mandamos o policial do outro lado do muro ver se Raimundo havia jogado alguma coisa lá. Ele achou uma ‘peteca’ de cocaína de aproximadamente 10 a 15 gramas, uma ‘peteca’ grande.

- A partir de que quantidade é tráfico?

- Não tem quantidade específica. O que aconteceu com ele foi como te disse: inquéritos regulares contra ele, pessoas que tinham sido presas e testemunharam contra ele...

- Mas desta vez...

- Desta vez tinha se configurado o delito realmente.

Rosendo Lago Júnior trabalhou na Polícia Civil até 1995. Hoje é professor de História e estuda Direito nas Faculdades de Tecnologia e Ciências (FTC). Durante quatro anos, de 1992 a 1995, atuou pelo Centro de Operações Especiais (COE) da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes. Foi ele que realizou a primeira prisão de Ravengar. Foi a diligência de 05 de agosto de 1993 que deu reconhecimento judicial a história de Raimundo Alves de Souza como traficante de drogas. Isso porque, em 1991, a Polícia Federal o prendeu, foi instaurado o inquérito, mas estranhamente o processo movido contra ele desapareceu dos arquivos da justiça baiana.

As ligações de Raimundão – como também ficou conhecido Raimundo Alves de Souza - no mundo do crime datam de muito antes. Antes de se mudar em 1980 para a região do Alto de São Gonçalo, morou na Rua Gregório de Matos, na casa nº 26, no Pelourinho. Ali conheceu sua primeira esposa, Edna, conhecida como “Neguinha”. Junto com ela, alugava quartos para pequenos criminosos da região, especialistas em assaltos a ônibus e roubos realizados em gangues – eram roubados, sobretudo, relógios, bolsas e carteiras. Ganhava assim o dinheiro da sobrevivência, que era somado à grana que vinha do jogo do bicho. Ravengar trabalhou por um bom tempo com arrecadação do jogo do bicho. Fazia a cobrança dos clientes em cima de uma moto. É desta época, segundo a polícia, que

começa a nascer uma relação mais próxima entre Ravengar e policiais, já que Raimundo Alves ia muitas vezes às delegacias fazer “visitas” aos seus inquilinos fora da lei.

A mudança para o Alto do São Gonçalo vem num momento em que o jogo do bicho e a banca da casa de jogo que Raimundo Alves mantinha no Pelourinho não mais compensam. Ravengar aposta no táxi no qual passou a trabalhar, tirando uma pontinha extra com transporte de compras de supermercado. A vida era humilde, simples como a de milhares de baianos, sobretudo moradores de regiões como a de seu novo bairro.

São Gonçalo do Retiro é uma área pobre, com população de baixa renda, a maioria de cor negra e parda, com baixa escolaridade e exercendo atividades informais ou trabalhando em subempregos. Está localizado na região conhecida como o “Miolo” da capital baiana. Compreendido entre a Avenida Paralela e a BR-324, o miolo é um dos três vetores de expansão urbana de Salvador que teve início na década de 80. Os outros dois foram a Orla Marítima e o Subúrbio Ferroviário. O crescimento populacional soteropolitano foi intenso neste mais de 20 anos de expansão urbana. A Região Administrativa XI (RA), que compreende São Gonçalo do Retiro, registrou um crescimento vertiginoso no período. Em 1980, eram 65.175 habitantes, que pularam para 136.563, em 2000. A população cresceu rápida e desordenadamente, à revelia do Estado, apesar de algumas políticas públicas de infra-estrutura investirem em condomínios habitacionais. Os índices de violência e criminalidade vieram a reboque do cenário de pouca educação, pouco dinheiro e muita gente tentando sobreviver.

É neste cenário que Ravengar toca sua vida no começo dos anos 80 - é mais um dos cerca de 20 mil moradores do Alto de São Gonçalo. Um quadro que teria mudanças bruscas e que, numa série de acontecimentos, o levaria à solidão de uma das celas – que são projetadas para quatro detentos – da UED. Há duas versões sobre o início da projeção de Raimundo Alves como traficante de drogas. Elas não se anulam, mas uma delas tem mais respaldo entre as fontes do que a outra.

CAP.3 | Antecessores e antecedentes

As dificuldades econômicas fazem Raimundão vender as trouxas de maconha que sua esposa Edna há algum tempo traficava para usuários da área. Sem dinheiro, Raimundo Alves vê no comércio de drogas um bom negócio. Começou assim, de forma meio despreziosa. Uns usuários vieram comprar a mercadoria com Edna, que não estava em casa. Raimundo – que nesse tempo ainda não era Ravengar – resolveu assumir a transação e ganhou ali seus primeiros trocados com venda de maconha. O tempo passou, os clientes foram aumentando, e com eles o comércio. A ocasião fez dele traficante, como ele mesmo sugere: “Estava precisando de dinheiro, então comecei a vender drogas. A necessidade me forçou”. Seria assim o ingresso de Raimundão no tráfico de drogas, segundo a primeira versão, confirmada por ele mesmo e pela maioria das fontes policiais.

Já a segunda versão é mais pitoresca. É defendida por algumas fontes da polícia baiana e muitas vezes foi reproduzida pela imprensa local. Ainda à época em que trabalhava como taxista, Raimundo Alves começou a angariar clientes usuários de drogas, cocaína especialmente, e neste momento virou passador da mercadoria. Raimundão era a figura conhecida como *jóquei* – aquele que entrega a droga ao usuário – e trabalhava para Cláudio Mariani Monteiro da Silva. Era desse homem a mercadoria que Raimundo vendia. A ligação com ele que explicaria a escalada de Raimundo Alves na teia que organizações do tráfico de drogas constituem pelo Brasil afora. Como Rogério Lengruher, o *Bagulhão*, sucedeu William da Silva Lima, o *Professor*, e Marcinho VP sucedeu Fernandinho Beira-Mar – todos eles membros do Comando Vermelho -, Cláudio Mariani sucedeu Milton

Morais de Almeida Lima, o *Zequinha do Pó*, e Raimundo Alves de Souza, o *Ravengar*, assumiu o lugar de Cláudio Mariani, o *Diabo Loiro*.

Nos anos 80, Cláudio Mariani – um sujeito branco, magro, cabelos lisos, louros e compridos - era também reconhecido como *Barão da Cocaína*, como mostram os jornais da época. Sua fama de grande criminoso, no entanto, vem desde os anos 70. Estelionatário de primeira linha, ficou conhecido nos meios policiais por sua ousadia ao realizar fraudes em grandes empresas, a exemplo das antigas Caria Ribeiro & Cia e da Bahiana Distribuidora de Produtos Eletrônicos. Mariani foi o principal suspeito do roubo de uma metralhadora da Polícia Federal em 1981, como relata matéria de Erival Guimarães, publicada em 20 de maio de 1990 no jornal *A Tarde*: “Em 1981, estive envolvido no roubo de uma metralhadora da Polícia Federal. Depois de muitas investigações, a PF não conseguiu provar que tivesse sido ele, apesar de considerá-lo o principal suspeito”.

No entanto, sua principal história é como traficante. Durante pelo menos dez anos, Mariani forneceu cocaína pela orla marítima refinada da capital baiana, nos bairros da Barra e da Ondina, sobretudo, mas em outros locais nobres da cidade também. Na década de 80, o Porto da Barra era o principal ponto de tráfico de drogas da cidade e ali freqüentava a “fina-flor” da sociedade soteropolitana, entre socialites, intelectuais, jornalistas e estudantes. Bons tempos do extinto restaurante Clube 45, na Rua César Ramos, um dos picos de encontros da juventude baiana burguesa da época. Neste famoso estabelecimento do Porto da Barra, Cláudio Mariani montou seu quartel-general (QG) - como policiais costumam se referir aos pontos estratégicos de grande distribuição de drogas. O restaurante não pertencia a Mariani e era administrado por um homem conhecido

como Zorba, hoje em dia proprietário da casa noturna Eros, localizada na Av. Oceânica. O então chamado *Barão da Cocaína* apenas aproveitava a clientela de alto poder aquisitivo do Clube 45 para comercializar a droga.

Mas apesar de exercer o tráfico, não se pode dizer que Mariani fizesse parte de uma estrutura de organização criminosa. Homens trabalhavam para ele distribuindo a cocaína, mas sua principal característica, no entanto, era ele mesmo fazer o trabalho sujo. O delegado aposentado Itamir Casal – que no começo dos anos 90 chefiou o DTE de Salvador – acompanhou de perto a atividade do *Diabo Loiro*. Foi Casal quem coordenou as investigações que resultariam anos mais tardes na prisão de Mariani. Seu relato traz aspectos relevantes sobre o traficante:

- Cláudio Mariani foi um sujeito que logo cedo ingressou no crime: estelionato, roubo e assalto. Depois perdeu o peito, ou seja, perdeu a coragem. Então passou para o tráfico de drogas, que é mais tranquilo... Enfrenta a polícia, mas vira o que se chama de comerciante. O Mariani pegava um carro roubado, viajava para os estados mais próximos da fronteira com a Bolívia e o Paraguai e o trocava por cocaína. Trazia a mercadoria muitas vezes pela rodoviária. O problema que ele era viciado. Você nunca via o Mariani com camisa de manga curta, ele só andava de camisa comprida, porque as veias eram todas furadas.

- O Cláudio Mariani mantinha uma rede de proteção, corrompia policiais?

- Muito homeopático, muito pouco. Mas havia, porque o dinheiro sempre corrompeu na história da humanidade... O Cláudio Mariani, quando não estava viajando, ficava pelo Clube 45. Os usuários de cocaína normalmente faziam noitadas por ali. Ele

mantinha relacionamentos com mulheres prostitutas, mas não dessas fichinhas, eram prostitutas de luxo.

- Então ele não articulou uma grande organização criminosa?

- Não. Ele nem tinha ponto fixo como o Ravengar fez aquele lá no Morro do Águia. Ele ficava viajando. Na verdade, ele ficou famoso por ter roubado uma metralhadora da PF, que depois não ficou provado.

Sozinho, Mariani enfrentava estradas Brasil afora, rumo aos estados distribuidores de cocaína, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Especialista nos anos 70 em furtos de veículos, Cláudio Mariani usava diferentes automóveis roubados em suas viagens. Traficava cocaína, mas nunca foi um homem rico. Seu tráfico não era bem crime organizado, quando consideradas as dimensões da atividade. Não foi acusado de lavagem de dinheiro, por exemplo. Quando morreu, em 2005, respondia a dez inquéritos e a quatro processos por tráfico de entorpecentes. Sua morte se deu em circunstâncias misteriosas e está sob investigação policial, com o processo envolvendo sua história sob segredo de justiça na 1ª Vara de Tóxicos e Entorpecentes de Salvador. História que teve fim numa sexta-feira, 21 de outubro de 2005. Atuando ainda no mundo do crime, como pequeno traficante, Mariani vendia drogas no Largo de Santana, no bairro do Rio Vermelho. Naquele dia, foi surpreendido por um homem desconhecido que disparou três tiros e fugiu logo em seguida. Registra a matéria da época do *Correio da Bahia*:

No bolso do traficante foram achados um papelote de cocaína e uma cópia do habeas-corpus preventivo datado de 20 de abril deste ano. O levantamento cadavérico foi presidido pela delegada Celina Cássia, plantonista da 7ª DP (Rio Vermelho).

Queima de arquivo. Mariani sabia demais. Inclusive, foi sua ajuda à polícia nas investigações que lhe proporcionou liberdade condicional através de *habeas corpus* preventivo, como troca do conhecido recurso jurídico da delação premiada. Os depoimentos de Mariani apontavam para corrupção de três policiais: José Jorge Fernandes de Jesus, o *Cabeça*; Anatalício Brito de Almeida, ou apenas *Brito*; e Herielson Lopes Santos, conhecido como *Três Quinas*. Os agentes da polícia civil estavam envolvidos numa rede de tráficos de drogas instalada nos bairros de Stella Maris e Ipitanga. Testemunha-chave das investigações, Mariani passou a sofrer represálias dos policiais. A matéria do *Correio da Bahia* continua:

Segundo denúncia do Ministério Público (MP) no processo que tramita na 1ª Vara de Tóxicos e Entorpecentes, a extorsão praticada por "Brito", "Cabeça" e Herielson começou em fevereiro deste ano. No dia 12, eles se apresentaram a Mariani como agentes do Serviço de Investigação (SI) do DTE, quando invadiram sua residência, localizada no km-17, bairro de Itapuã, à procura de cocaína. 'Cabeça' se apossou de R\$ 10.800 encontrados no bolso de uma camisa de Cláudio Mariani. 'Ele disse que aquele era dele', revelou Mariani em seu depoimento ao delegado Edemilson Nunes. Em seguida, 'Cabeça' teria exigido que passasse a traficar para o bando, ordenando que o encontrasse no dia seguinte, em um restaurante da Avenida Jorge Amado, para pegar a 'mercadoria'. Na manhã subsequente, foi a vez de 'Brito' extorquir Mariani, tomando-lhe R\$ 6 mil.

Assassinado aos 57 anos, Mariani foi vítima das próprias relações que garantiram durante anos sua condição de fornecedor de cocaína à elite soteropolitana. As reportagens da época mostram que para além da falta de estrutura das polícias civil e militar baiana, havia uma resistência em centrar as ações de repressão no que a imprensa chamava de máfia do pó. A polícia não contava com viaturas suficientes, faltavam combustível, delegados para os plantões e até água. Com tal precariedade, ficava mais fácil justificar porque apenas pequenos traficantes do Pelourinho, por exemplo, eram presos, enquanto os

maiores passadores de drogas continuavam em atividade. De novo a matéria de Erival Guimarães, do jornal *A Tarde*:

Existe também outro aspecto que não justifica, mas explica em parte a complacência da PC para com o verdadeiro tráfico de drogas: sua própria inibição. Prender traficantes pés-de-chinelo, no Maciel, é muito mais fácil do que arrumar confusão com a turma do pó. Normalmente são pessoas de boa condição econômica e social, às vezes filhos, parentes ou amigos de personalidades influentes da sociedade, caso contrário não teriam possibilidade de comprar a cocaína – nos casos dos viciados e usuários – ou praticar o tráfico. É incontestável que por de trás desta ‘poeira’ circula muito dinheiro.

Com a complacência da polícia, Mariani se tornou o “rei” da cocaína, chegou a ser apontado como o sucessor de Zequinha do Pó, para quem chegou a trabalhar como passador de cocaína. Até que em meados dos anos 80 foi preso pela equipe do delegado Itamir Casal e pela Polícia Federal. Cumpriu pena na Penitenciária Lemos de Brito, no Complexo Presidiário de Salvador, na Mata Escura. Em liberdade, voltou a traficar pequenas quantidades de cocaína e maconha até seu fatídico desfecho.

A história de Zequinha do Pó, o Milton José Morais Almeida Lima não, é menos tumultuada. Parece que todo aquele que se envolve com tráfico de drogas, acaba por se tornar vítima do próprio esquema. Zequinha era um tipo diferenciado. Assim como Mariani, não nasceu em berço de ouro, no entanto no seio de uma família bem estruturada de classe média. Filho de um oficial do Exército e de uma funcionária pública, chegou até a cursar um ano de Direito no Rio de Janeiro, coisa não muito corriqueira entre os traficantes, até mesmo aqueles de alta patente no mundo do crime como Fernandinho Beira-Mar. Zequinha fez o ginásio – hoje o equivalente ao ensino fundamental - no colégio Maristas e foi até atleta integrante do clube de remo São Salvador e depois do E.C. Vitória, onde foi professor de natação anos mais tarde.

Sua escalada no tráfico de drogas é relevada por ele mesmo em carta enviada ao então editor de Polícia do Jornal da Bahia, o jornalista Moacir Ribeiro. Era 02 de novembro de 1989, Zequinha estava preso e do Presídio de Salvador escreveu a punho o tal documento. Conta que, ainda professor de natação do Vitória, aceitou a proposta de ser sócio da antiga boate Barroco. “De repente, surgiu-me uma oportunidade. Ser sócio da boate Barroco, que foi doada para mim e meu amigo por um grupo forte economicamente de Salvador”, relata.

E aí começa um enredo cheio de nuances, como é de costume nos enlaces do tráfico de drogas e do mundo do crime organizado. Foi no Rio de Janeiro que Zequinha começou a traficar cocaína. Modo de vida que lhe rendeu bons dividendos. Zequinha do Pó virou um empresário considerável em Salvador, pois gozava de tranquilidade para tocar seus negócios ilícitos e lícitos. Na segunda metade dos anos 80, chegou a ser dono de três restaurantes na capital baiana: o *Labareira*, na Graça; e o *Flag* e o *Vermelho e Preto*, em Ondina. Todos funcionaram como grandes lavanderias de dinheiro do tráfico, segundo a polícia. Zequinha montou sua “fortaleza” na sua própria casa ao lado do *Vermelho e Preto*, uma propriedade grande, localizada no Jardim de Apipema, onde a polícia tinha dificuldades de entrar. Dela despachava a mercadoria através de seus “aviões” – jovens que levavam a droga até os pontos de consumo.

Com tal estrutura, talvez tenha sido o primeiro traficante em Salvador a ter montado uma rede organizada de distribuição de drogas. Não há relatos na imprensa e na polícia que apontem para alguém antecessor a Zequinha, que em nível local tivesse chegado

ao ponto de organização que ele chegou. Nem mesmo Cláudio Mariani, que o “sucedeu”, teve tanto êxito. Sua história é esclarecedora para entender o início do tráfico de drogas organizado na Bahia Alguns pontos, narrados pelo próprio Zequinha, indicam supostos movimentos escusos envolvendo agentes do poder Judiciário.

Seu relato ao jornalista Moacir Ribeiro apresenta de modo curioso o advogado Franklin Matos. Foi quando ainda morava na cidade maravilhosa, em meados dos anos 60, que Zequinha o conheceu sob a alcunha de “Carlinhos Motorista”. Com esta identidade Carlinhos trabalhou durante alguns anos como motorista de Zequinha do Pó. Vinte sete anos depois, quando Zequinha foi preso pela Polícia Federal, Carlinhos se apresenta ao antigo patrão como o bacharel em Direito Franklin Matos e pede a ele que transfira para sua responsabilidade o processo, até então nas mãos do advogado Paulo Varjão. Zequinha aceita a proposta por considerá-lo amigo, devedor de alguns favores e de vultosas dívidas em dinheiro. A idéia era que a defesa de Carlinhos saísse de graça, por conta de “quebra-galhos” do passado.

A situação que veio depois não foi bem a esperada, segundo o desabafo do próprio Zequinha:

Pois bem. Devido à insistência de Franklin como bom amigo, que não custaria nada, pois era um grande amigo, terminei por passar a questão para ele. Veio a primeira audiência... Ele parou para acertar, cobrando-me na época CZ\$ 400.000,00, que de imediato então passou a exigir a metade, logo depois me tomou mais CZ\$ 200.000,00 para fazer uma viagem, coisa que não fez, e por último CZ\$ 250.000,00 para impetrar um habeas corpus...

Zequinha conta em detalhes a extorsão que supostamente sofreu por parte do seu antigo motorista e àquela altura, ano de 1987, seu advogado. Neste enredo no qual teria

gastado CZ\$ 650.000,00 para pagar os honorários advocatícios do antigo motorista, surge o nome de João Vieira, então desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. O magistrado é citado como uma pessoa próxima de Franklin, que conseguiria decisões favoráveis do juiz em troca de encontros sexuais com jovens garotas e por alguns bons trocados. Em determinado momento da carta, Zequinha chega a relatar que João Vieira da Silva seria sócio de Franklin. Dois trechos são significativos. O primeiro conta com minúcias um suposto desvio moral criminoso do então desembargador João Vieira. O outro conclui sobre a relação promíscua entre Franklin e o juiz.

... Que ele (Franklin) conseguiria transferir meu processo da Justiça Federal para a Estadual, e quando chegasse na justiça Estadual, ele me soltaria rápido, pois o Exmo. Dr. João Vieira era amicíssimo dele, que bastava ele arranjar duas garotinhas de 15, 16 anos, para fazer uma farra no motel... Os traficantes de cocaína, 99% quando vêm presos, já vêm com o tel (telefone) de Franklin na mão, sabendo que ele é sócio do Exmo. Dr. Juiz João Vieira da Silva, e não vai dá nada.

Todo este enredo é fruto da versão do próprio Zequinha, portanto uma visão, a priori, unilateral dos fatos. Mas as informações sobre os precedentes de João Vieira da Silva convergem em favor da autenticidade da história. Vieira foi realmente afastado quando era juiz da comarca de Santo Antônio de Jesus por aliciamento de meninas, segundo ação movida pela então promotora de justiça Olga Laerte Quesada Blanco. As matérias da época, que narram as teias escusas e promíscuas envolvidas no julgamento de Zequinha e sua esposa Joselita Medina Neiva, também apontam o desempenho suspeito de Vieira em favor de traficantes de drogas. Em 27 de novembro de 1989, o antigo Jornal da Bahia traz a manchete “Juiz liberta o mesmo preso duas vezes em apenas um mês”. A reportagem comprova que o juiz soltou 230 traficantes no período de 88/89, com o agravo de 22 deles terem sido liberados duas vezes, inclusive com a maioria condenada.

A série de reportagens realizada pelo *Jornal da Bahia* sobre o caso se baseia num relatório enviado pela então promotora Janilda Sales Pereira à Corregedoria Geral do Ministério Público. No documento, a promotora destaca a “benevolência (do juiz João Vieira) na absolvição da maioria dos traficantes”. O mais curioso é que o encadeamento dos fatos, por meio da cobertura jornalística, aproxima-se da confirmação da história narrada por Zequinha. As matérias mostram que o então procurador Armando da Costa Tourinho Júnior acolheu a possibilidade concreta do juiz João Vieira, em conluio com o advogado Franklin Matos, querer prejudicar Zequinha, através do processo de sua esposa. O texto esclarece:

Joselita foi presa por agentes da Polícia Federal com 30 gramas de cocaína em seu carro, que ela garante ter sido ali colocada pelo bacharel Franklin Matos... Esta versão, que ela sustenta no auto de flagrante, foi repetida no seu interrogatório, na Vara de Tóxicos. Só que, segundo o criminalista Luiz Almeida Filho, acabou sendo modificada pelo juiz João Vieira...

O importante dessa história não é saber se Milton Almeida Lima, o *Zequinha Gordo*, como também era chamado, foi ou não vítima de uma armação entre um juiz e um advogado corruptos. O realce do enredo está em mostrar como no contexto do tráfico de drogas na Bahia já figuravam personagens da justiça e do Poder Judiciário. Da mesma forma, é evidente no caso de Cláudio Mariani a participação de agentes da Polícia como peças centrais na constituição de uma rede promíscua entre Estado e traficantes. Voltar no tempo mostra neste sentido que a relação entre o tráfico de drogas e agentes do Estado na Bahia não é uma coisa nova. Ela data de muito antes como prova uma breve narrativa sobre

os dois principais traficantes - segundo repercussão na imprensa e avaliação da polícia - que atuaram no Estado antes de Ravengar.

Tanto Cláudio Mariani como Zequinha do Pó se criaram num cenário em que o tráfico ainda era “inocente”, como define o ex-delegado Itamir Casal. As mortes, frutos de disputas por pontos de vendas, ou de dívidas não pagas, não eram tão freqüentes, confirma o policial civil José Barbosa, o Barbosinha, com mais de 30 anos de atividade na polícia. O quadro, por assim dizer, deixado por Zequinha e Mariani a Raimundo Alves de Souza era de uma sociedade para a qual o tráfico de drogas não se apresentava ainda como uma grande ameaça.

CAP.4 | Morro do Águia: o ponto da cidade

O ano, se me lembro bem, era 2002. Estava num apartamento de classe média na Pituba, numa dessas reuniões entre amigos, em que se bebe durante meia ou uma hora antes de partir para as baladas da cidade. Num dos quartos, um grupo de quatro rapazes cheirava uma “carreira” de cocaína, que rapidamente se acabou. Na falta de mais “pó”, um deles afirmou algo parecido com “agora só buscando mais em Ravengar”.

Naqueles tempos e durante muitos outros, era assim. Jovens da classe média e alta soteropolitana quando queriam cheirar cocaína ou fumar um “baseado” de maconha juntavam uma grana, pegavam seus carros, e, normalmente à noite, partiam em direção ao Morro do Águia, no Alto de São Gonçalo do Retiro. Ali ficava o ponto de venda de Ravengar. Os usuários chegavam, negociavam a mercadoria com os gerentes do ponto e seguiam seu rumo. O movimento era intenso e constante durante os finais de semana. Carros de todos os tipos passavam ali, de nacional a importado. E não apenas de jovens.

Não por menos, as investigações da equipe do delegado Edemilson Nunes detiveram entre os clientes de Ravengar empresários, médicos, advogados, servidores públicos de alto escalão e estudantes de todas as faixas. Foram dois meses de observação de todo o movimento do tráfico de drogas no Morro do Águia. Começou no final de 2003. Durante esse tempo, às sextas-feiras, aos sábados e domingos, os policiais permaneciam de campana, escondidos atrás da base de um *outdoor* localizado cerca de uns 100 metros da

ladeira de barro que dava saída ao Morro. Com binóculos, eles observavam a movimentação e mapeavam todo o funcionamento do esquema de venda de drogas.

O mapeamento foi o grande passo para montar a estratégia de esperar os usuários saírem e logo depois fazer espécie de *blitz*. Os policiais detinham os clientes e os encaminhavam ao Departamento de Tóxicos e Entorpecentes - DTE, localizado nos Barris. Lá, colhiam seus depoimentos e depois os liberavam. Em apenas dois dias de *blitz*, cerca de 90 depoimentos foram registrados pela equipe do delegado Edemilson Nunes, provas testemunhais que pesaram bastante tempos mais tarde no julgamento de Ravengar. A maioria dos usuários detidos confirmou que ali estava para comprar drogas e que o esquema era comandado por Raimundo. Um deles chamou a atenção por declarar que o Morro do Águia era como um shopping de drogas a céu aberto. Foi o turista italiano Potito Ganitierri que sem qualquer constrangimento confirmou aos policiais que o Morro era um ponto de comércio de drogas, vendidas como “roupas em um Shopping Center”. Ali eram vendidos papalotes ou “Cds” de cocaína de um grama por R\$ 25 e os “sonhos de valsa”, com cinco gramas cada, por R\$ 100, informam os depoimentos.

As incursões policiais no Morro do Águia foram realizadas pelo Centro de Operações Especiais (COE) da Polícia Civil, comandado à época pelo agente Hélio Jorge, hoje chefe do Departamento de Tóxicos de Salvador. Toda a operação culminou nos dias 09 e 11 de janeiro de 2004, respectivamente uma sexta-feira e um domingo, quando a equipe de Hélio Jorge, comandada pelo delegado Edemilson Nunes, subiu o Morro com 16 policiais. O resultado foi aquelas 90 testemunhas, mas nenhuma droga foi encontrada,

mesmo com a ajuda de cães farejadores. Quando a equipe do COE chegou lá, Raimundo Alves de Souza e sua esposa Sueli já haviam fugido.

Local estratégico

Certamente, o casal recebeu a informação em tempo suficiente para escapar da batida policial e evitar a prisão. O Morro do Águia não era o único ponto de droga sob comando de Ravengar. Havia outros 15 locais de venda de distribuição da cocaína de Raimundão espalhados pela capital baiana. Mas o Morro guardava suas peculiaridades. Primeiro e, sobretudo, porque nele morava Raimundo Alves de Souza numa casa de três andares que a polícia insistia em chamar de “fortaleza”.

O imóvel é grande, sem dúvida. Possui três andares e diversos cômodos. No entanto, dizer que a casa é uma espécie de galpão é uma descrição mais fidedigna à realidade (*foto na pg. 41*). Outro aspecto é que era no Campo do Águia, como também é conhecido o Morro, que havia de fato uma organização sistemática da venda de drogas sob o comando de Ravengar. Ali toda estrutura comum ao que se tem notícia nos morros do Rio de Janeiro ganhava corpo na distribuição articulada dos “soldados” de Raimundão. Havia o gerente da “boca”, os “aviões”, os “jóqueis” e os “olheiros”. A disposição geográfica do Morro era perfeita para distribuir com boa logística todos os homens do tráfico, de maneira que permitisse um movimento rápido e intenso de venda de drogas. O local era especialmente estratégico, como confirma o delegado Edemilson Nunes e outras fontes da polícia.

Era assim. Quando um carro se aproximava da ladeira que dá acesso ao Morro, o “olheiro” já comunicava ao gerente ou mesmo a Ravengar qual era o carro e se eram fregueses ou policiais que estavam chegando. A comunicação era realizada via rádios transmissores, espécies de *walkie-talkies*. Por esse mecanismo, a subida ao Morro era controlada e monitorada pelos traficantes. Por meio dos rádios transmissores, como aponta o processo contra Raimundo Alves, eram decididos a quantidade e o preço da cocaína vendida, a depender do cliente. E eram os “olheiros” os responsáveis por avisar qualquer movimento estranho ou suspeito que colocasse em risco o comércio. A polícia prendeu um dos “olheiros” de Ravengar. José de Souza Jesus afirmou em depoimento que exercia a função em regime de plantão por cinco horas consecutivas e recebia em troca pelo turno R\$ 25.

Tal estrutura, com a qual se organizava o comércio de drogas no Morro do Águia, permitia a Ravengar se manter informado de qualquer operação policial que se aproximasse da área. Somado a isso, a localização do Morro possibilitava celeridade no deslocamento dos envolvidos, com desmonte rápido do esquema e despacho fácil da mercadoria. Essa é uma das explicações que a Polícia Federal concede para justificar porque não se conseguia prender Ravengar definitivamente. O motivo era que quando os policiais chegavam ao topo do Morro, a droga já não estava mais lá e, portanto, não era possível se realizar o flagrante, exigido por lei para que a justiça decreta prisão preventiva.

Na verdade, o que contribuía para Ravengar não ser preso em flagrante ia além da geografia estratégica do Morro do Águia. Mas se admite que sua localização dava dinâmica ao escoamento das drogas. O local tem acesso rápido a vários pontos da cidade, pelo fato

de estar bem próximo a avenidas vitais à malha rodoviária de Salvador. O Campo do Águia ocupa uma posição central, rodeado entre as avenidas Luis Eduardo Magalhães, San Martins, Barros Reis e BR 324. Como confirma a polícia civil baiana, era fácil o usuário buscar a mercadoria e rapidamente adentrar pelo centro da cidade. Do mesmo modo, a localização facilitava a logística para o abastecimento das drogas, realizada pelos fornecedores, e para a distribuição do produto aos “jóqueis”, porque liga rapidamente o local a outras cidades pela BR-324.

A rodovia, inclusive, era muito importante no esquema porque nela eram utilizados pontos de entrada e saída do Morro. O acesso se dava por dois locais basicamente, apesar de haver um terceiro menos utilizado e conhecido. A subida dos usuários acontecia ou pela Rua Albertino Guimarães, uma ladeira íngreme meio escondida, à qual se chega pela Av. Barros Reis, sentido Feira de Santana; ou então pela BR-324, sentido Acesso Norte. Os clientes subiam por qualquer um dos acessos, mas sempre saíam pela mesma estrada de barro, construída a mando do próprio Ravengar a uns 500 metros da entrada pela BR, que desembocava na mesma rodovia. Por isso o movimento era bem organizado.

A clientela chegava a um dos acessos, onde era recebido por um dos homens de Ravengar aparelhado com rádio transmissor, e pagava pela quantia solicitada, depois de negociar o preço com o gerente da “boca” ou mesmo com o próprio Raimundo. Era liberado para subir, chegava ao que chamavam de curral (ponto de entrega efetiva da droga) e descia pela estrada de barro. A operação durava poucos minutos e era do início ao final monitorada pelos “soldados” de Raimundão. Já a terceira entrada para o Morro é pela Rua

Alto de São Gonçalo, localizada à direita da ligação entre as avenidas Luis Eduardo Magalhães e Barros Reis, no sentido Fazenda Grande do Retiro.

Toda essa lógica de distribuição e venda de drogas não foi premeditada. Não se pode dizer que Raimundo Alves tenha escolhido racionalmente o Morro do Águia para montar uma estrutura bem organizada de tráfico de drogas. Até porque ele passou alguns anos morando no local sem contar com tal esquema. Foi inteligente o bastante quando, no momento em que percebeu o negócio ganhar volume, passou a aproveitar a geografia do local em benefício do seu empreendimento.

ESTRADA DE BARRO QUE DÁ SAÍDA DO MORRO A BR-324



CAP. 5 | O mito

Início de 2004, mais precisamente uma manhã de 16 de fevereiro daquele ano. Há quase quatro anos, a Força-Tarefa, que reuniu polícias Civil, Militar e Federal, e Ministério Público, prendia Raimundo Alves de Souza, o então maior traficante de drogas do Estado, segundo a polícia. Nos bastidores, entres advogados, policiais e jornalistas, apreensão e euforia se misturavam na espera do que Ravengar poderia declarar caso sobrevivesse aos tiros que sofreu em confronto com a polícia. O Cláudio Mariani sabia demais sobre policiais corruptos e morreu. O Zequinha do Pó sabia muito, acrescentou mais detalhes ao que a imprensa já vinha denunciando sobre juiz corrupto, e hoje não se sabe qual seu paradeiro.

Traficantes sempre têm histórias intrigantes para contar. O que Raimundo prometia da sua era que poderia “derrubar meia Bahia”. Lá em fevereiro de 2004, muitos jornalistas dariam tudo para revelar com exclusividade e em detalhes tudo o que Raimundão parece esconder até hoje a sete chaves. Um “furo” jornalístico naquele momento preocupava até o já falecido ex-senador Antônio Carlos Magalhães. Uma fonte próxima a Ravengar revelou que o advogado Alfredo Carlos Venet de Souza, da família Magalhães, foi procurado por Raimundo, dias antes de ser preso, para promover sua defesa. O advogado negou o convite e teria afirmado na ocasião: “fuja para muito longe, que nenhum advogado do mundo vai querer te defender”. Raimundo me falou sobre o advogado:

- Um dos maiores juristas que eu pude conhecer aqui nesta terra. Foi meu advogado anteriormente. Ele é uma pessoa tão íntegra que quando passou a constituir a família

Magalhães, ele me chamou: “olha Raimundo, estou aqui defendendo o outro lado, e a política é isso. Você sabe como é”. Então ele foi bem claro.

Há quem sustente que o então senador Antônio Carlos Magalhães havia ordenado a seu advogado Alfredo Venet que ele não entrasse no caso de Ravengar, porque o jornal *A Tarde* estava procurando só uma oportunidade para ligar seu nome ao traficante. Isso porque corria amiúde na capital baiana que Ravengar teria ligações com um deputado federal, e as suspeitas e boatos caíam à época sobre a figura de Paulo Magalhães, sobrinho de ACM. O *A Tarde* estaria pressionando para que Raimundo Alves envolvesse Paulo Magalhães no esquema, com o intuito de que as denúncias respingassem no ex-senador.

O fato é que Alfredo Venet não defendeu Ravengar, apesar de já ter sido seu advogado no início da década de 90 (voltou também a defendê-lo em 1995, quando foi preso pela segunda vez pelo policial José Jorge Barbosa, o Barbosinha), quando Raimundão foi preso pela primeira vez pela Polícia Federal e quando estranhamente o processo foi arquivado e depois sumiu dos anais da Justiça baiana. Procurado por telefone para falar sobre o caso Ravengar, Venet se negou, por meio de um assessor, a conceder entrevista. Sua justificativa, assim reportada pelo assistente, foi que ele não poderia falar sobre o assunto já que é advogado da Rede Bahia e da família Magalhães.

As histórias em volta de Raimundo Alves de Souza são assim misteriosas e curiosas. Sua trajetória como traficante de drogas se assemelha a de outros seguidores do ramo porque envolve dinheiro, violência e, especialmente, corrupção. Mas algo de muito peculiar o diferencia dos demais traficantes. Nos morros do Rio de Janeiro, a polícia é

corrompida pelo dinheiro dos traficantes, como não deixa negar os relatos da imprensa e recentemente, num retrato nu e cru, o filme *Tropa de Elite*, de José Padilha. Ravengar também distribuía propina para muitos policiais. Na cidade maravilhosa, se o traficante não garante o “pão de cada dia” da polícia, o confronto cedo ou tarde acontece e a artilharia do mundo do crime é pesada. Na terra soteropolitana a coisa funcionava ligeiramente diversa. A cobrança policial pela grana extra era muito presente, mas caso a propina faltasse não causava maiores transtornos. “Os traficantes daqui não têm armamento para enfrentar a polícia de igual para igual”, afirmou o chefe do DTE, Hélio Jorge.

No Morro do Águia não eram comuns tiroteios e confrontos. O trânsito de policiais no local sempre foi predominantemente pacífico, o que indicava que boa parte dos homens da lei e da ordem estava de barriga cheia, lambendo os beiços, e o restante, de todos os segmentos da sociedade, olhando o movimento de longe. Há alguns casos de mortes no Morro, inclusive associadas à chefia do tráfico exercida por Ravengar e envolvendo policiais. Dois deles, ambos agentes da polícia civil, foram identificados posteriormente pela polícia como “jaguços” de Raimundão. O Gilberto Xavier Clementino, conhecido como Juca, e o Herielson Lopes Santos, cujo apelido é *Três Quinas*, aquele mesmo policial que esteve envolvido na morte de Cláudio Mariani. Juca tem mais fama de exterminador, inclusive colegas da polícia se referem a ele como Juca “Matador”. O depoimento de uma das testemunhas do processo contra Ravengar, a dona de casa Patrícia Santos Silva, relata que a mando de Raimundo Alves, Juca matou o policial de prenome Davison, conhecido no Morro do Águia como “05”, em referência ao 5º Batalhão da Polícia Militar, onde trabalhava. Em 2002, Davison foi expulso dos quadros da polícia porque estava envolvido num esquema de tráfico de drogas. Como traficante, começou a incomodar Ravengar,

fazendo-lhe forte concorrência. Tanta que naquele mesmo ano seu corpo foi encontrado esquartejado na BR-324, sentido Feira de Santana. Os detalhes estão registrados no depoimento prestado por Patrícia ao Ministério Público em 12 de janeiro de 2004.

Legalmente, não há confirmação de que Gilberto Xavier tenha sido realmente o autor do crime. O policial atualmente não responde na Justiça por homicídio e, no processo elaborado contra a atividade criminosa de Raimundo Alves, Juca só é indiciado por associação ao tráfico e por corrupção passiva. Mas seu histórico não é grande coisa. Sua ficha judicial fornece indícios de sua personalidade. Gilberto respondeu pelo menos a dois processos de lesão corporal, um deles com entrada na 7ª Vara Criminal de Salvador, com decisão publicada recentemente, no dia 26 de outubro de 2007, quando a juíza o livrou de cumprir pena alternativa por um ano. O policial também respondeu na 10ª Vara Criminal por crime contra a pessoa. Gilberto segue respondendo ao processo de associação ao tráfico em liberdade e foi afastado da polícia civil.

A última delegacia por qual Juca passou foi a 10ª DP, localizada no bairro de Pau da Lima. Até hoje, ele tem se livrado das acusações graças ao advogado Abdon Abade dos Reis, um criminalista famoso e rico, que costuma prestar seus serviços advocatícios a traficantes. Abdon iria defender Raimundão em 2004, depois que o traficante foi preso pela força-tarefa, mas saiu do caso assim que percebeu que Raimundo Alves já estava praticamente falido. O atual advogado de Ravengar, Antônio Carlos dos Santos, contou-me que os diversos advogados – eram 18, ao menos - que Raimundo contratou para defender seus companheiros foram largando o processo, quando viram que o cliente não dispunha de tanto dinheiro como imaginavam.

Entre tantas histórias, muitas delas não comprovadas de forma irrefutável, paira a certeza de que o domínio de Ravengar no Morro do Águia, no seu negócio de drogas de tantos anos, era administrado por ele com tranqüilidade, sem incômodos maiores da polícia e sem que a imprensa criasse maior desconforto. Sua projeção como líder comunitário, por exemplo, em Alto de São Gonçalo se deve muito à forma que conseguia penetrar nas páginas dos jornais. Jornalistas aposentados relatam que a presença de Raimundão nas redações, especialmente no antigo *Jornal da Bahia*, era constante. A expressão “trânsito livre” é usada quase unânime pelos antigos jornalistas para retratar como Ravengar se relacionava com a imprensa – muitos jornalistas eram clientes de Raimundão. Alguns jornalistas e fotógrafos se aproximaram de forma muito estreita de Raimundo Alves a ponto de trabalharem para ele. Caso do jornalista Alberto Miranda, respeitado repórter policial que atuou durante os anos 70 e 80 no jornal *A Tarde*. Caso de Vicente de Paula, que já trabalhou no antigo *Jornal da Bahia*, como repórter e editor de Polícia. Caso de Francisco Galvão, fotógrafo da *Tribuna da Bahia*.

Cada um à sua maneira contribuiu para que Raimundão projetasse a imagem de líder comunitário, divulgando seus projetos sociais e suas ações de caridade, o que funcionava como eixo central para que Raimundo Alves tivesse o respeito e colaboração da maioria da comunidade do Alto de São Gonçalo. É esse aspecto de liderança social que predominou na imprensa por muito tempo. Como traficante, Ravengar só teve destaque espaciais vezes. A imprensa noticiou suas prisões em 1993 e 1995 como também quando ele foi solto depois de ter ficado apenas alguns meses preso. Já como líder comunitário sua reputação foi longe.

De líder comunitário a empresário

Uma página da revista de *Veja* de 08 de novembro de 2000 foi dedicada ao “Dono do Pedaco”, como o repórter intitulou sua reportagem sobre Raimundo Alves de Souza, o Raimundão. A matéria não deixou de pontuar os “probleminhas” que Ravengar tinha com a polícia. O enfoque maior, no entanto, foi dado ao trabalho social realizado para as 16 mil pessoas que moravam à época na comunidade. *Veja* assinalou que Raimundo Alves construiu o posto de saúde, a creche, sustentou o time de futebol, incentivou grupos musicais, apoiou a rádio comunitária, criou cursos profissionalizantes, reformou o posto policial e inventou ronda noturna com dois guardas patrulhando a área. As obras beneficiavam os habitantes que viam em Raimundo alguém a quem recorrer quando faltava gás de cozinha, alimentos e remédios, e o patrono comunitário que propiciava segurança aos moradores.

O conjunto dessas ações possibilitou e consolidou o “clima de tranquilidade” que o repórter de *Veja* observou como fator preponderante para que Raimundo conduzisse seus negócios. Tal conjunto está ligado à imagem de Raimundo como líder comunitário. Os moradores de Alto de São Gonçalo – os poucos que ainda lá vivem, já que as obras do metrô transferiram a maioria para outros locais por meio de indenizações – até hoje admitem que a comunidade era mais segura à época em que Ravengar comandava o local. A região vivia repleta dos “soldados” do tráfico e de policiais que participavam do esquema, recebendo propina para acobertar o negócio. A ordem era coibir e repreender assaltos, estupros, homicídios e mesmo simples brigas entre os moradores para que o Campo do Águia se apresentasse como lugar seguro aos clientes da elite, e, paralelo a isso,

não chamasse a atenção das autoridades e da sociedade para o que lá ocorria. Mortes no Morro, a princípio, só autorizadas por Raimundo. “Temos índice de criminalidade zero por aqui”, afirmou Ravengar a *Veja*.

Promovendo segurança, saúde, educação e cultura para a comunidade, Raimundão era a autoridade da região. Concentrava nele os poderes político e social que o dinheiro lhe concedia. Tinha, sobretudo, poder econômico sobre o Morro do Águia. Raimundo Alves era traficante, o comércio de drogas era sua fonte de renda. Quando foi preso a última vez em 2004, a polícia estimou que seus negócios espalhados por 15 pontos de distribuição na capital baiana gerassem algo em torno de R\$ 100 mil por dia. Em um mês, R\$ 3 milhões entrariam e sairiam dos “caixas” de Raimundão. Muito dinheiro tinha de justificar suas fontes. Depois de ter sido preso temporariamente em 1990 pela Polícia Federal, Ravengar sentiu a necessidade de criar mecanismos que explicassem sua renda. Começou emitindo notas falsas de borracharia que nunca existiu, depois abriu um bar e na sua última cartada para desvincular seu dinheiro ao tráfico de drogas resolveu virar empresário da noite.

Raimundo Alves decidiu investir em casas de espetáculos. Começou pelo bairro Baixa de Quintas, próximo à antiga rodoviária da cidade, onde funcionava o antigo bar Quinta Ponte. O empreendimento não deu certo e fechou em pouco tempo. Tentou sucesso também com o Mega Show II, em Dias D`Ávila, município localizado cerca de 80 km de Salvador. Também não teve sorte e o negócio não vingou. No final da década de 90, montou sua segunda e última casa de espetáculos, o Mega Show. O investimento prosperou e passou a ser a fonte legal da grana de Ravengar. O empreendimento era a “lavanderia” do dinheiro sujo do tráfico, considerou a polícia.

A casa de espetáculo recebia até sete mil pessoas em apenas um show. O ingresso era baixo, em média R\$ 10. Com uma localização central, o Mega Show era única opção de lazer musical próxima e acessível aos milhares de habitantes das redondezas, como Barros Reis, Fazenda Grande, Pau Miúdo, Mata Escura, entre outros bairros. A casa também contou com divulgação na mídia. Raimundo Alves foi anunciante em muitos meios de comunicação de Salvador. Os eventos do Mega Show eram anunciados em rádios e jornais. O ex-empresário investia na publicidade. Em 30 de setembro de 2002 pagou, por exemplo, R\$ 2 mil por um *spot* ao vivo na rádio FM 104. Entre 2001 e 2002, gastou R\$ 13,4 mil com anúncios no jornal *A Tarde*. Talvez por essa relação comercial que Ravengar tenha se sentido traído quando viu os jornais o “perseguiem” com manchetes o anunciando como o maior traficante de drogas da Bahia. Esse sentimento de Raimundão foi relatado pelo *site* da Tribuna da Bahia em 05 de fevereiro de 2004:

Ele citou a sua relação com um jornal de grande circulação como exemplo de traição. “Fui parceiro desse órgão de imprensa durante quatro anos e esse mesmo órgão é quem mais está me batendo”, espanta-se. Ele contou que pagava por espaços publicitários no jornal para fazer a divulgação de sua casa de espetáculos, o Mega Show. Segundo Ravengar, a “perseguição” teria se iniciado após uma reclamação que fez aos diretores do jornal, referente a uma matéria de cunho policial veiculada, onde estava citado que houvera um homicídio nas proximidades do Mega Show. “Cometi o crime de reclamar de uma matéria que um repórter produziu de forma infundada e que chegou ao conhecimento da direção. Não sei quais as providências foram tomadas, mas sei que acabou provocando a ira dos editores da página policial deles”, deduziu. “Os mesmos de quem por tanto tempo fui parceiro não deram espaço para me defender. Então que o Ministério Público chame eles para investigação, já que formávamos uma parceria”, concluiu.

Divulgação resultava em público. Era da arrecadação do Mega Show, sustenta Raimundo Alves, de onde eram tirados os recursos para sustentar o Centro de Cultura e Lazer Reluz, onde funcionava a creche que atendia a 154 crianças de 3 a 6 anos de idade, um consultório odontológico e o posto de saúde. Reluz, além de nomear o centro cultural,

também era o nome dado à banda que Raimundão incentivou financeiramente a criação. Sua atividade empresarial ia dos palcos aos artistas. Ravengar possuía casa de shows e grupo musical. A banda Reluz fez sucesso e cresceu relativamente na cena da *axé music*. Saiu no carnaval de Salvador em cima de um trio independente, bancado também pelo Raimundão. A versão mirim da banda chegou até a se apresentar fora do País, ao receber um prêmio na Europa, segundo Florisvaldo Santana Ferreira, que foi coordenador do grupo durante três anos.

O empresário artístico Raimundo Alves de Souza se empolgou. Além da banda Reluz, lançou outro grupo musical. Agora o lance era samba e pagode. Raimundão investiu no Império do Samba. A banda fez sucesso. Foi além do palco do Mega Show. Ficou conhecida na cidade e, no auge, fez apresentações nos programas televisivos de São Paulo. Do pagode, Ravengar seguiu para o reggae, por meio de Sine Calmon. Raimundo Alves investiu na carreira de Calmom com seu grupo Morrão Fumegante. Grato, o também compositor quis agradecer ao padrinho com uma música em sua homenagem no disco intitulado *Rosa de Saron*. Raimundo o proibiu dizendo que desse jeito ele iria prejudicá-lo, já que a canção, sob o título *Ravengar*, fazia referência ao comércio de drogas no Morro do Águia: “desço lá do Morro, não me canso de cantar, desço lá do Morro, riba, passo logo em Ravengar...”. Não teve jeito. Sine Calmon ignorou o pedido do empresário e gravou a música, que se tornou famosa na Bahia. “Ele é um imbecil. Aquela ação na justiça que tem contra a música, foi eu quem dei entrada”, revelou-me Raimundo Alves contrariado.

Entre todos os investimentos artísticos de Ravengar, o Mega Show era o maior. Funcionava num terreno espaçoso, onde poderia ser construído um edifício de pelo menos

10 andares. Possuía dois palcos, um na área externa e outro na área interna, localizado dentro de um galpão batizado de “Barracão do Reggae”. Tinha tudo o que uma casa de espetáculos deve ter: camarins, bilheterias, bar e até camarote vip. Mas os convidados de Raimundo Alves eram recebidos por ele em seu escritório, instalado numa sala ao final do corredor, onde na entrada uma placa avisava, literalmente: “Fica proibido a permanência de visitantes e funcionários no corredor, à direção”. O aviso puramente administrativo tinha o objetivo de disciplinar a entrada e saída do escritório de Raimundo, ao qual o acesso era restrito.

A estrutura do Mega Show assim narrada parece em tudo grandiosa. Mas não era. O terreno é espaçoso, mas as instalações eram simples. A decoração não levava peças sofisticadas, letreiros luminosos e iluminação especial. O cenário não era nem de perto parecido a casas de show como o antigo Rock in Rio, no Aeroclub. O que decorava a casa eram as pinturas de dois artistas contratados por Raimundo Alves. Eles moravam em São Paulo com dificuldades financeiras quando receberam a proposta. Caricaturas de artistas da MPB, por exemplo, decoravam o Museu de Arte Afro, espaço dedicado à cultura afrobaiana e onde estava localizado o escritório de Ravengar. Desenhos de Chico Buarque, Caetano Veloso, Batatinha, entre outros artistas, encobriam as paredes. O Mega Show era todo pintura, de desenhos aos letreiros, numa combinação de cores que faziam referência à bandeira da Jamaica. Nada de luxo ou pompa.

Modestas também eram as “obras” sociais de Raimundo no Morro do Águia e no próprio Mega Show. Na casa, durante o dia, era fornecido almoço a R\$ 1 para a comunidade. Nos últimos dois anos de seu funcionamento, entre 2002 e 2003, três médicas

prestavam atendimento aos moradores do Morro, que pagavam uma taxa mensal de R\$ 5 pelo serviço. O posto médico antes ficava num pequeno casebre onde estava instalada a Associação Comunitária Reluz. A creche, o Centro de Cultura, o consultório odontológico que nunca funcionou, o salão de cabeleleiro e barbearia, mini mercado comunitário, tudo era apenas estabelecimentos minúsculos instalados em casinhas modestas. Raimundo Alves não possuía uma rede social de filantropia, mas apenas sustentava pequenas ações sociais que ajudavam a comunidade a enfrentar dificuldades. O dinheiro para fornecer pratos de comida a preço popular, pagar médicos, professores, cabeleleiros não era uma fortuna que não pudesse ser explicada pelos lucros de Raimundão com os shows realizados na sua casa de espetáculos. Agora como conseguiu montar o Mega Show, aí a situação é outra.



A POLÍCIA CHAMOU DE “FORTALEZA” A CASA DE RAVENGAR NO MORRO

CAP. 6 | O dinheiro

A casa de espetáculos Mega Show foi inaugurada em 11 de setembro de 1999 em grande estilo. Na primeira noite de funcionamento, lá se apresentou a banda Planet Hemp, do cantor e compositor Marcelo D2. A casa lotou. Como já dito, o Mega Show estava localizado em um ponto central, próximo a diversos bairros populares, o que colaborava para seu êxito comercial. Precisamente, ficava bem próxima a Norsa, fábrica da Coca-Cola, na Jaqueiro do Carneiro, uma rua paralela à Avenida Barros Reis, bem perto da BR-324.

Em cinco anos de funcionamento, o Mega Show experimentou o sucesso. Pela casa passaram artistas renomados em Salvador e até em nível nacional. Lá se apresentaram Alcione, Os Travessos, o antigo Kara Metade, Belo, Exalta Samba, Vavá (já fora do Kara Metade), Lairton e Seus Teclados, Amado Batista, um dos ídolos da Jovem Guarda, o Jerry Adriani, além de Harmonia do Samba, da Patrulha do Samba, Império do Samba e o próprio Sine Calmon. Alguns deles estiveram mais de uma vez nos palcos da casa de espetáculos de Raimundão. O Planet Hemp inaugurou o Mega Show em setembro de 1999 e esteve de volta em fevereiro de 2000.

As boas atrações garantiam casa lotada. O jornalista Alberto Miranda conta que rolava “uma grana boa” com os shows. Miranda trabalhou como gerente do empreendimento durante os cinco anos de seu funcionamento. Em suas contas ele tenta explicar os lucros do Mega Show. Os contratos com empresas distribuidoras de cerveja chegariam a fechar por noite 30 mil latinhas de cerveja, vendidas por até R\$ 3,00 cada uma.

Já a arrecadação de ingressos, por R\$ 10 a entrada, correspondia a R\$ 70 mil em dias de casa cheia. Fazendo as contas de Miranda, a renda bruta alcançaria a cifra de R\$ 160 mil em um único dia de espetáculo. Ao final dos cálculos, o jornalista concluiu que o Mega Show ia bem. Dava dinheiro.

Miranda não revelou a margem de lucro da casa. O depoimento de Uiscei Anares da Silva ao Ministério Público, em 03 de fevereiro de 2004, ajuda a dar uma idéia por alto de quanto era. Uiscei trabalhou por pelo menos três anos como *office boy* do Mega Show. Lidava assim com as transações bancárias da casa. Em 2001, ele realizou depósito de R\$ 9 mil, nas contas de Raimundo Alves e Sueli Napoleão, esposa de Ravengar, referente à apresentação da cantora Alcione. O *ex-office boy* não soube precisar se a quantia se referia à arrecadação de todo espetáculo. Com base no valor deste depósito, o lucro de Raimundo com sua casa de shows poderia chegar a R\$ 36 mil mensais, se pelos menos em um dia de cada semana o público lotasse o empreendimento.

Os documentos apreendidos pela Polícia Civil na “fortaleza” de Ravengar também esclarecem um pouco os ganhos de Raimundo Alves. Cerca de R\$ 140 mil foi o valor correspondente às despesas das empresas de Raimundão em três anos. De 2001 a 2003, a Reluz Produções e Eventos Ltda. e o Mega Show – curiosamente e irregularmente inscritos sob o mesmo CNPJ - somaram gastos inferior à arrecadação bruta de uma única apresentação realizada na casa de espetáculo. O relatório policial registra que a documentação não estava completa, em virtude da “desorganização administrativa” ali apresentada. Apesar da ressalva, ainda sim o montante de despesas é consideravelmente inferior aos ganhos.

A saúde financeira da Mega Show explicaria em parte os carros de luxo, as casas, as idas a restaurantes caros, como o restaurante e churrascaria *Boi Preto*, e outras regalias a que Raimundo desfrutou algum tempo. Mas é pouco convincente para sustentar a idéia de que a casa serviria como “lavanderia” do dinheiro sujo do tráfico de drogas. Nos últimos anos, o faturamento do comércio liderado por Raimundo chegaria a R\$ 100 mil por dia, segundo estimativas da polícia. Ao repórter Samuel Lima, Ravengar ironizou os cálculos policiais:

- Se tivesse mesmo esse dinheiro, toda semana eu viajava para Nova York e ia jogar nos cassinos de Las Vegas. Para se ter uma idéia de minha situação, a luz do Mega Show foi cortada ontem e todos os funcionários estão com os salários atrasados.

O montante seria realmente astronômico. Ravengar possuía pelos menos nove imóveis em Salvador – entre eles um apartamento na Paralela e uma casa no condomínio Colinas de Pituaçu - casa em Arembepe e em Barra do Jacuípe, três carros, ônibus e micro-ônibus. Uma quantidade significativa de bens, mesmo assim insuficiente para justificar tanto dinheiro. As contas de Raimundo Alves, de seus parentes, dos envolvidos na sua organização, todas foram devassadas pela Justiça. Os sigilos bancários foram quebrados. O que se achou foram quantias irrisórias para uma rede supostamente milionária de tráfico de drogas. O valor mais alto que se encontrou com a quebra dos sigilos bancários a mando judicial foram R\$ 56,3 mil na Caixa Econômica Federal numa conta em nome de Manoel Benedito Napoleão, cunhado de Ravengar. Na maioria das contas abertas, as quantias não chegavam sequer a mil reais. O promotor Jânio Braga, um dos coordenadores da Força-Tarefa de 2004, explicou-me:

- A gente não conseguiu detectar grandes somas de dinheiro em conta dele (Ravengar), até porque nenhum traficante movimentava dinheiro do tráfico em conta no nome dele. Mas o que percebi durante toda a investigação é que ele não tem grandes somas de dinheiro, porque gastou uma grande parte do capital do tráfico corrompendo agentes públicos.

O Ministério Público indiciou o envolvimento de oito agentes públicos por associação com o tráfico de drogas no esquema de Ravengar. Acredita-se que haja mais policiais e outros servidores públicos envolvidos. Os policiais que trabalhavam para Raimundo Alves ganhavam R\$ 50 por diária para realizarem a cobertura do comércio. Raimundo pagava R\$ 25 também a alguns policiais militares para fazer a segurança do Mega Show. Caso a teia de corrupção patrocinada por Raimundo chegasse a 100 agentes públicos, seu gasto com propinas seria de R\$ 600 mil por mês, o que em seis dias de comércio seria coberto pela grana que entrava no seu bolso diariamente. Isso mesmo se os R\$ 100 mil reais por dia se referissem à movimentação do negócio (segundo a polícia se referia ao faturamento) entre compra e venda de drogas, sobretudo cocaína, e nem tudo fosse parar no bolso de Ravengar.

Se o gasto para sustentar a rede de corrupção que protegia o esquema fosse tão alto, muitos dos corrompidos que foram indiciados pela justiça estariam muito bem de vida hoje. Não é o caso. No processo contra os oito agentes públicos envolvidos no esquema não há registros de enriquecimento de nenhum deles. Policiais ligados mais diretamente a Raimundão até hoje moram em casas simples de bairros populares da cidade, como é o caso de Gilberto Clementino Xavier, morador de Cajazeiras. Claro que Ravengar não pagava

apenas aos policiais corruptos. Fora a polícia, existiam pelo menos mais 14 “soldados” a seu mando. A organização criminosa de Raimundo Alves contava com três pessoas responsáveis pelo processamento da cocaína. Pelo serviço, eles recebiam em média R\$ 300 por dia, com base em depoimentos prestados ao Ministério Público e à Justiça. A despesa de Raimundão seria de R\$ 27 mil mensais com a mão de obra de pesagem e acondicionamento da mercadoria. O valor é pouco mais de 25% do total faturado com o comércio de drogas em um único dia.

Tudo leva a crê em duas hipóteses. Ou Raimundo Alves prestava contas para alguém acima dele, que ficava com boa parte da grana, ou a polícia superestimou os dividendos do negócio ilícito de Raimundão. Com base em informações do relatório realizado pela Força-Tarefa, a estimativa de R\$ 100 mil por dia não é tão absurda assim matematicamente. O documento elaborado pela Procuradoria de Justiça descreve que Raimundo Alves e Sueli Napoleão compravam para revenda diariamente cerca de dois a quatro quilos de cocaína em tabletes de um quilo cada. Depois de processados em raladores manuais ou elétricos, os tabletes eram transformados em pó, o que era pesado e acondicionado em embalagens de um a cinco gramas. A mercadoria de um grama era chamada de “CD” ou “cartões” e a de cinco, de “sonho de valsa”. Custavam, respectivamente, R\$ 25 e R\$ 100 cada. Por esses valores, a receita máxima diária chegaria a R\$ 100 mil e a mínima a R\$ 40 mil. No entanto, considerando apenas as duas formas de embalagem da venda de cocaína, para a arrecadação chegar a esses valores, o número de clientes de Ravengar em um único dia poderia ser entre 800 a quatro mil usuários, espalhados pelos 15 pontos de distribuição sob seu comando.

Não há maiores dúvidas de que os negócios de Ravengar movimentavam muito dinheiro. Mas o então maior traficante da Bahia não levava uma vida milionária que justificasse tamanho êxito comercial. Levava, é claro, sua parte do bolo. Com o dinheiro vindo do tráfico de drogas, como ele mesmo admite, comprou o espaço onde montou o Mega Show. Uma transação comercial cara e informal. Não há documento que comprove o negócio e que registre o valor acertado. Raimundo também não possui a escritura pública do terreno no qual funcionou a casa, apesar dela ser considerada de sua propriedade. Na única certeza, o terreno é e sempre foi valorizado. No local já funcionou uma empresa de metalurgia, a Companhia Metalúrgica Barbará, e uma empresa de distribuição de bebidas, a Distribuidora de Bebidas Gagliano Ltda. Em 1975, a Cia. Barbará comprou o espaço por Cr\$ 2.150.000,00 (dois milhões e cento cinquenta mil cruzeiros), ou US\$ 236,5 mil, na mão da Construtora Noberto Odebrecht S/A. Quando a Gagliano adquiriu o terreno em janeiro de 1999, por meio de uma cédula de crédito comercial em favor do Banco do Nordeste do Brasil, o valor, agora em nova moeda, era R\$ 442,6 mil, ou US\$ 223,3 mil. Ravengar adquiriu o terreno oito meses depois da Gagliano, no mesmo ano de 1999. Segundo Alberto Miranda, o ex-gerente do Mega Show, Raimundo Alves teria pagado dez parcelas de R\$ 40 mil pelo espaço ao empresário Jaime Oliveira do Amor. A transação, confirmada por Raimundo sem atestar o valor informado, não consta no registro público do terreno no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Salvador, localizado no prédio da Fundação Politécnica, na Avenida Sete de Setembro.

CAP. 7 | Segundo Encontro

Raimundo Alves estava de bermuda e camiseta vermelha quando fui visitá-lo pela segunda vez na Unidade Especial Disciplinar (UED) do Complexo Presidiário de Salvador numa quinta-feira, 28 de junho de 2007. Estava um pouco mais magro desde a primeira vez que o vira, quase um mês atrás. O semblante saudável, no entanto, permanecia. Antes de iniciar as longas quatro horas de conversa que teve comigo naquele dia entre as 11h30 e 15h30, queixou-se de diarreias, que passara a ter com frequência nas últimas semanas. Foi esse o motivo de pedir ao diretor da Unidade, Alfredo Hinain Mehmeri, para que pudesse conversar comigo numa sala próxima ao banheiro. Raimundo alertou que só aceitaria a entrevista nessas condições. O diretor negou o pedido e alegou que não podia acatar exigências de nenhum detento, privilegiando um em detrimento de todos os outros. Ravengar lamentou o que chamou de autoritarismo e percebeu que sua influência por ali não era lá grande coisa. Conformado, resolveu me conceder a entrevista, a primeira de fato, no parlatório mesmo.

O parlatório da UED é idêntico àqueles vistos em filme. Os interlocutores ficam em lados opostos, separados por um vidro e dialogam por meio de um telefone. Pedi para que o agente penitenciário colocasse meu gravador do lado de Raimundo Alves e iniciei o bate-papo. A primeira pergunta que fiz a Ravengar foi direta. Quis saber se ele prestava contas a alguém. Raimundo Alves deu um sorriso e sem vacilar respondeu:

- Nunca tive sócio, nem esposa, nem ninguém, eu era sozinho.

Foi uma das poucas vezes que mostrou segurança. Raimundo Alves vai e volta no seu raciocínio de maneira confusa e não raro contraditória. Às vezes parece querer dizer algo, mas sempre fica no meio do caminho. Em fevereiro de 2004, quando concedeu entrevista exclusiva à Tribuna da Bahia, Raimundão afirmou ter gravado uma fita de vídeo na qual teria contado os detalhes importantes de sua vida, entre eles, nomes de pessoas com quem teve envolvimento. Ravengar disse ter feito várias cópias do vídeo, as quais ele teria distribuído para amigos fiéis poderem usá-las no momento certo. Tais declarações causaram na época um rebuliço na imprensa e entre as autoridades. Raimundão chegou a marcar uma entrevista coletiva e estaria disposto a abrir o verbo. Foi orientado por seus advogados, Antônio Carlos dos Santos e Fábio Paim, a ficar calado. A coletiva foi suspensa.

Passados três anos, parece a princípio que tudo não passou de bravata de Raimundo como forma de garantir sua sobrevivência. Ravengar negou a existência do vídeo que comprovaria sua relação estreita com políticos, empresários e artistas baianos. Negou, inclusive, que teria afirmado à imprensa possuir a fita e mandado fazer cópias dela. Mas nisso não foi muito convincente. Insisti com ele a respeito de sua relação com políticos, sobre boatos espalharem que um deputado federal – no caso Paulo Magalhães - estava por trás dos seus negócios com drogas. Ele respondeu:

- Nunca tive ninguém por trás de mim. Nunca prestei contas a ninguém. Nunca tive político comigo, inclusive, nem gosto de político. Mas a Justiça nem sempre é muito correta. Os “colarinhos brancos” nunca são pegos.

Assim de repente e sugestivo, seu raciocínio passou a atacar a “justiça”. Raimundo Alves lamentou o que ele considerou como abuso de poder e perseguição política. Contou que sofreu “fortes pressões” dos promotores do Ministério Público, Jânio Braga e Oscar Araújo, para que declarasse ter envolvimento com a família do senador Antônio Carlos Magalhães. Exaltado, agora era ele quem me questionava:

- Isso é ou não é ameaça?

Ravengar me contou que em troca de confirmar que familiares do falecido senador, sobretudo ACM Neto, realmente mantiveram relações estreitas com ele, seria lhe dado abrandamento da pena. Eu respondi assim a pergunta de Raimundo:

- Pode não ser ameaça, mas um instrumento legal conhecido como delação premiada.

O promotor Jânio Braga confirmou ter oferecido redução de pena a Raimundo em troca de informações mais detalhadas, mas negou pressioná-lo com o intuito de envolver os Magalhães no jogo. Raimundo Alves demonstrou respeito e apreço pela família Magalhães. Considerou um absurdo a suposta tentativa de envolver ACM Neto na sua história conturbada. Indagou:

- Fazer isso com o neto do senador, que é isso?

Ele descartou os boatos de que ACM Neto mandaria seus assessores buscar drogas no Morro do Águia e de que o próprio teria ido pessoalmente buscar a mercadoria certo dia num carro importado. Do mesmo modo, refutou todas as possíveis ligações entre ele e celebridades. Ivete Sangalo e Daniela Mercury nunca compraram drogas em sua mão,

garantiu. E assim seguiu seu depoimento. Certas horas, parava para verificar se o gravador continuava funcionando. Às vezes interrompia o raciocínio e se esforçava para puxar da memória uma citação de Aristóteles e de Ruy Barbosa. Não me dei o trabalho de verificar se eram deles mesmo.

Ele tem essa mania de filosofar, declarar frases de efeito e atribuir o pensamento a alguma mente brilhante. Nestes momentos, suas frases são vazias. Raimundo Alves é mais intrigante quando pensa por si mesmo. Aí é possível perceber um pouco da inteligência que o próprio superintendente da Polícia Federal, César Nunes, reconheceu estar acima da média de outros traficantes que atuam ou já atuaram na Bahia. Uma inteligência vestida de um discurso aparentemente ingênuo. Dei risadas muitas vezes junto com Ravengar durante aquelas quatro horas de conversa. Ele me respondeu assim sobre como conseguiu o dinheiro para montar sua casa de espetáculos Mega Show:

- Sempre fui um viciado em jogo, eu tinha até uma casa lá no Pelourinho. E você sabe, a mesa sempre ganha. Mas depois tive que fechar. Continuei jogando no jogo do bicho. O negócio é que sempre tive sorte. Acho que em 2000 ou 2001 ganhei R\$ 200 mil. Sou um cara de muita sorte. Ganhei muitas vezes no jogo do bicho. R\$ 13 mil, uma vez, outras vezes poucas quantias. Teve uma vez que ganhei R\$ 200 mil.

Raimundo contava, eu ria e ele também. Percebendo que a história não ia colar, passou a admitir que vendeu drogas por um bom tempo. Quando se mudou para São Gonçalo, Raimundo já não possuía mais seu táxi nem a casa de jogos. Sua falecida esposa, Edna “Neguinha”, começou a se envolver com uns “caras” que vendiam maconha. Conta:

- Eu reprovava. Não queria esse tipo de coisa em casa. Minha formação religiosa não permite. Sou muito careta.

Certo dia uns clientes foram pegar a maconha e Edna não estava em casa. Raimundo resolveu ele mesmo vender a mercadoria:

- Eu estava precisando de dinheiro, a necessidade me forçou.

Com a grana das drogas e da sorte no jogo, Raimundão conseguiu montar “com muito sacrifício” seus empreendimentos empresariais. Ele justifica:

- Como sou um cara sem vícios, não bebo, não uso drogas e gastava pouco, dava para juntar.

Raimundo Alves começa a construir sua defesa. Ele admite que traficou drogas durante muitos anos. Depois com as economias de uma vida regrada, como insiste em dizer, juntou dinheiro suficiente para se tornar um empresário da noite. Investiu em três casas de espetáculos. Na terceira tentativa, logrou êxito e montou o Mega Show. Com o bom retorno financeiro do empreendimento, largou nos últimos anos a vida de traficante, garante. Parecia dar ouvidos aos conselhos de amigos próximos, que o alertavam sobre as notícias da imprensa em relação a seu envolvimento com o tráfico de drogas. Disse um dos seus conselheiros à época:

- Raimundo, está começando a ficar feio.

De fato, Raimundo Alves tinha e tem até hoje uma grande preocupação com sua imagem. Foi ele mesmo quem propagou o apelido Ravengar - que lhe foi dado numa

associação ao personagem feiticeiro vivido por Antônio Abujamra na novela *Que Rei Sou Eu?*, transmitida pela Globo em 1989; o apelido nasceu de uma alusão à “habilidade” de Raimundo de ganhar dinheiro rápido, como se o fizesse aparecer num passe de mágica. Mas Raimundo não aceita a pecha de traficante, sobretudo, a de maior traficante da Bahia. Quer ser visto como empresário da noite.

O traficante Ravengar mesmo assim insistia em competir com o empresário da noite Raimundo Alves de Souza. Por isso, a preocupação dos amigos. Notícias sobre as complicações policiais de Raimundo Alves de vez em quando vinham à tona. Em 1993, o empresário foi indiciado por tráfico de drogas. Ficou preso por nove meses e depois foi liberado. O *Jornal da Bahia* divulgou a prisão de Raimundo e sua associação com o tráfico. Dias depois de sair da prisão, o empresário foi até a redação do *Jornal da Bahia*, que funcionava onde é hoje o prédio da *Tribuna da Bahia*, com uma certidão da justiça em mãos. O documento registrava a anulação do processo iniciado contra ele e Raimundo Alves pedia que o jornal publicasse uma nota de esclarecimento, como conta o jornalista Vicente de Paula, que trabalhava lá na época. A nota foi publicada. Ravengar queria limpar seu nome. A preocupação com a repercussão de traficante retornou anos mais tarde. É evidente a irritação de Raimundo ao lembrar que seu afilhado musical Sine Calmon gravou uma música em sua homenagem mesmo com a reprovação do padrinho. Raimundo lamenta o episódio:

- Eu disse a ele que aquilo ia me prejudicar.

A defesa de Raimundo Alves é no mínimo curiosa. Relata acontecimentos bizarros, tece conjunturas intrigantes e ao silenciar em alguns pontos confere um ar de mistério ao

seu percurso como traficante e empresário da noite. Ravengar não revela na mão de quem ele comprava as drogas. No começo ia buscar a mercadoria, mas não conta onde. Depois passou a receber a encomenda no próprio Morro. Não informa como, nem quem “entregava o pacote”. Foi bem sucinto em relação à operação de reabastecimento do estoque:

- Quando você é grande, as pessoas vêm até você.

Ele insiste que nunca foi encontrado nada em sua mão. A polícia nunca teria achado drogas – seja maconha ou cocaína – em sua posse. Os vestígios de cocaína, identificados pela perícia técnica da polícia em cima de móveis em sua casa e entre os azulejos, eram de visitas que teriam usado a droga havia poucos dias em uma visita a Raimundo. Mesmo quando parece impossível negar, ele insiste nisso. A polícia encontrou, em umas das batidas realizadas no Morro – cena filmada pela TV Bahia -, sacos de cocaína enterrados no pé de uma das traves do campo de futebol localizado em frente à casa de Raimundo. O local foi encontrado graças ao depoimento da testemunha Ângela Maria Santos Silva. Ângela viu coisa demais e se enganou, garante Ravengar. O saco, que supostamente estaria cheio de pacotes de cocaína, era apenas o cachorro de Raimundo, que havia morrido recentemente e ele resolvera enterrá-lo junto à trave do campo de futebol:

- Ângela me viu enterrar o cachorro.

Eu ri novamente, Raimundo também. Entre risos, Ravengar seguiu desfazendo dos depoimentos das principais testemunhas do processo movido contra ele. Ângela trabalhava como empregada doméstica na casa de Raimundão e foi decisiva para o inquérito policial e para o julgamento. A outra testemunha central foi Patrícia Santos Silva, filha de Ângela. Foi ela quem abriu o caminho para a equipe do delegado Edemilson Nunes montar as peças

do esquema de Ravengar. No início de 2004, quando a polícia já investigava o comércio de drogas no Morro do Águia, Patrícia soube, provavelmente por meio de um dos usuários interrogados pela polícia, que o DTE estava monitorando os telefonemas de Raimundo Alves por meio de escutas telefônicas autorizadas pela Justiça. Resolveu então procurar pelo policial civil Antônio Monteiro Borges. A ele contou uma história muito triste. Patrícia fora casada por oito meses com Ivon Santana de Jesus e com ele teve um filho batizado com o mesmo nome do pai. Ivon era um dos braços-direitos de Raimundo Alves, era um dos seus *jóqueis*, vendia a droga para Ravengar e chegava a guardar quilos da mercadoria no fundo de sua casa no Campo do Águia para o patrão. Em meados da década de 90, o movimento era intenso no morro. A cocaína de Ravengar era a melhor da cidade, portanto a mais procurada. Mas certo dia, um dos clientes reclamou da qualidade do produto a Raimundo, dizendo que a cocaína estava batizada. Queria o dinheiro de volta.

Raimundão quis identificar qual de seus “soldados” havia passado aquela mercadoria para o cliente. Era o Ivon. Os dois acabaram brigando, depois que Raimundo Alves acusou o *jóquei* de estar o passando para trás. Dias depois da briga, Ivon apareceu morto. Patrícia acusa Ravengar de ter mandado matar seu marido. Segundo seu depoimento, quatro policiais do 8º Batalhão de Polícia Militar – de prenomes Adilson, Vanilson, Rogério e Lailson - realizaram a execução a mando dele. Raimundo Alves negou qualquer envolvimento com a morte de Ivon. Era seu grande amigo, que havia trabalhado para ele durante muitos anos dirigindo seu táxi. Na sua versão dos fatos, Patrícia queria mesmo era se vingar dele porque estava tomada de ciúmes. Ela era sua amante, contou Raimundão. E havia montado uma emboscada em conluio com o policial Monteiro para acusar Raimundo Alves de estupro. Sentenciou:

- Ela queria fazer sexo anal comigo para depois me acusar de estupro. Eu não quis.

Mais uma história daquelas. Em seu depoimento à Justiça, Patrícia disse ter mantido relações sexuais com Ravengar primeiro por desejo e depois para obter mais informações do tráfico. Raimundo Alves de Souza não responde a nenhum processo por homicídio ou por ser mentor intelectual de qualquer assassinato.

Em 07 de dezembro de 2004, o depoimento de Franciana Cerqueira Santos, conhecida como “Noca”, causou tumulto na audiência de instrução do processo movido contra Raimundo Alves, realizada no Fórum Ruy Barbosa. “Noca” acusou o policial Monteiro de, em nome da Força-Tarefa, ter lhe oferecido R\$ 5 mil para que ela depusesse contra Raimundo no julgamento. Franciana sustentou que Patrícia Santos Silva tivesse sido comprada pelo Ministério Público, porque teria recebido de Patrícia o incentivo de aceitar a proposta de Monteiro. A acusação ainda incluiu mais duas testemunhas do processo: Ana Paula Bispo do Santos e Ângela Maria Santos Silva. À época, o promotor Jânio Braga desqualificou as acusações:

- Não passa de uma armação típica de advogado de traficante. A resposta será dada com o próprio julgamento. O Ministério Público não é constituído por nenhum réu. Não vive de honorários de bandidos, mas sim para servir à sociedade no combate à criminalidade.

Na imprensa, o tumulto foi visto como tentativa de confundir o juiz. O processo seguiu. As acusações de Franciana foram desconsideradas e não se tocou mais no suposto

suborno. O réu não era a Força-Tarefa, mas Raimundo Alves de Souza. E um réu não só dos tribunais. Ravengar se considera um perseguido político:

- Sou uma vítima da dinastia Souto.

Raimundo falava de Paulo Souto, governador da Bahia em 2004. O semblante dele agora se enrijece, o sorriso desaparece do rosto e seu olhar me encara com mais atenção. Raimundo Alves sugeriu que sua prisão foi resultado da disputa política entre Paulo Souto e Antônio Carlos Magalhães. Sugeriu também que todas as “pressões” que sofreu para envolver familiares do falecido senador no esquema de tráfico de drogas têm escopo na mesma disputa. Seu raciocínio segue, muda um pouco de assunto, e escolhe o alvo predileto. Mais uma vez sentencia:

- Antes de ele virar chefe da Polícia eu disse bem antes que ele iria se promover. Como eu ia saber, só se eu fosse Nostradamus.

O delegado Edemilson Nunes de Almeida, ex-chefe do DTE, é um desafeto de Ravengar. Ele foi responsável pela prisão de Raimundo Alves. O delegado realmente galgou posições na polícia após a força-tarefa. Em 2005, tornou-se o delegado-chefe da polícia civil, substituindo Jacinto Alberto Correia, e hoje é superintendente da Stelecom, o órgão de inteligência da polícia baiana. Raimundo afirma com veemência que Edemilson o tinha como seu “troféu”. Na cartilha de 56 páginas que produziu na prisão, Raimundo Alves chama o delegado de “astro-rei”.

O agente penitenciário entra no parlatório, e verifica como vai a conversa. Raimundo Alves se queixa. Sente fome e está cansado. Pede-me para a gente continuar

outro dia. Aceito o pedido. Raimundo me faz uma proposta. Achar um patrocinador para publicar uma biografia dele escrita por mim. Eu pergunto se ele vai abrir o jogo, essa é a condição. Ele sorri e antes de retornar à cela dispara:

- Tem muita coisa política por trás disso. Você vai entender. Você é um rapaz inteligente. Já percebi isso. Se você for atrás vai descobrir.

Despediu-se.

CAP. 8 | A Organização Ravengar

O *staff* da organização criminosa de Raimundo Alves de Souza era formado por pelo menos 22 pessoas. A polícia acredita que tivesse muito mais. No entanto, 22 é o número oficial de membros daquilo que pode ser chamada de Organização Ravengar, ou, como a polícia e a imprensa costumavam dizer, o “Império Ravengar”. Cada um tinha uma função específica dentro do esquema e eram eles que operavam o movimento do comércio de drogas no Morro do Águia. No inquérito policial número 014/2004 do Departamento de Tóxicos e Entorpecentes da Polícia Civil da Bahia, os “soldados” da organização Ravengar são apresentados (com apenas dados pessoais, o resto das informações vem de outras fontes):

- **Sueli Silva Napoleão Souza.** É uma soteropolitana morena e magra de 36 anos. Foi esposa de Raimundo Alves de Souza por pelo menos oito anos e esteve sempre ao seu lado no comando do tráfico de drogas. Nascida em 04 de setembro de 1971, é filha de José Napoleão Filho e Gildete da Silva Napoleão. O delegado Edemilson Nunes a considerava a grande “cabeça” da organização. Segundo Nunes, Sueli foi a grande responsável pelo crescimento dos negócios de Raimundo Alves, autora do lado logístico do esquema. Foi também quem teve a visão de investir no lado artístico. Sueli era a produtora das bandas Reluz e Império do Samba. Foi condenada a 22 anos de prisão, por associação com o tráfico e por corrupção ativa. Atualmente, está presa no presídio feminino do complexo presidiário da Mata Escura.

- **Josimar da Silva Napoleão.** Irmão de Sueli, Josimar era cunhado de Ravengar. Tem hoje 27 anos, completados no último dia 23 de outubro de 2007. Era um dos responsáveis por pesar e acondicionar a droga, que depois seria passada aos entregadores. Foi acusado de associação com o tráfico de drogas.
- **Silvio da Silva Napoleão.** Conhecido pelo apelido de “Buguelo”, também era cunhado de Raimundão. É o irmão do meio de Sueli. Nasceu em Salvador em 02 de janeiro de 1973. Junto ao irmão Josimar, fazia o processamento da cocaína, pesando e embalando a mercadoria. Também foi indiciado por associação com o tráfico de drogas. Hoje, tem 34 anos.
- **Manoel Benedito Napoleão.** Tio de Sueli, Manoel também trabalhava no processamento, que inclui pesagem e acondicionamento da cocaína, realizado numa mesa na casa de Raimundo. Por isso nos depoimentos sempre aparece “que Manoel trabalhava na mesa”. “Berro Grosso”, como era chamado, foi acusado de associação com o tráfico de drogas. Natural de Maragogipe, interior da Bahia, Manoel tem 68 anos.
- **Djeane Santos Napoleão.** A última a integrar o grupo de quatro membros responsável pela pesagem e acondicionamento da droga. Ou seja, trabalhava na mesa. Foi incorporada à família Napoleão quando casou com Sílvio e depois pela

associação com o tráfico de drogas, pela qual foi acusada. Seus pais são Daniel Francisco do Santos e Calmelita da Silva Santos. Tem hoje 25 anos.

- **José Napoleão Filho.** Pai de Sueli, Josimar e Sílvio, e irmão de Manoel, era sogro de Raimundo Alves. Conhecido como “Zequinha”, era um dos gerentes do esquema Ravengar. Segundo a polícia, José Napoleão atuava durante o dia, organizando os pontos e fazendo a reposição da droga para os varejistas. Possui um bar no Morro do Águia, que funciona até hoje. Magro e de cabelos grisalhos, Zequinha está com 65 anos de idade. Responde em liberdade as acusações de associação com o tráfico de drogas.

Esse é o primeiro grupo da organização Ravengar. Seus membros pertencem a um mesmo elo de sangue, à exceção de Djeane. Cinco deles são parentes de Sueli, a então esposa de Raimundão, portanto faziam parte da família do ex-empresário da noite. Todos moravam no Morro do Águia, na Rua ou Travessa Anares, bem perto do que foi chamado da “fortaleza” de Raimundo. Os que trabalhavam na mesa recebiam em média R\$ 300 por dia, com base nos depoimentos feitos à justiça.

- **Isidro Alves de Souza Neto.** É filho de Raimundo Alves de Souza com sua primeira esposa, Edna de Souza. Soteropolitano de 32 anos, negro e magro, tem ensino fundamental incompleto. Era músico da banda Reluz. Segundo os depoimentos colhidos no processo, Isidro trabalhava como “avião”, fazendo a entrega da droga aos usuários, e atuava também como “olheiro”, observando do alto do Morro se a polícia se aproximava. Morava na Baixinha de Santo

Antônio. Foi acusado de associação com o tráfico de drogas e está preso na Penitenciária Lemos de Brito - PLB.

- **Cláudio Luiz Alves de Souza.** Também músico, era o vocalista da banda Império do Samba. Sobrinho de Ravengar, foi acusado de ser um dos gerentes do tráfico, e uma “das principais ligações de Raimundo com os varejistas”. Segundo o inquérito policial acolhido pela Justiça, era responsável pela distribuição de drogas nos pontos do Bairro da Ajuda, Arraial do Retiro, IAPI, São Marcos e São Caetano. Claudinho, como era chamado, foi assassinado em 02 de junho de 2004 no Arraial do Retiro. Conforme a versão policial, o ex-traficante morreu quando tentava retomar no local uma “boca” do tráfico que havia pertencido a Ravengar. Sua mãe, Zuleide Alves de Souza, contesta a polícia e sugere que seu filho tenha sido assassinado por policiais. Claudinho tinha 29 anos quando morreu e também foi acusado de associação com o tráfico de drogas. Morava no Jardim Eldorado, no IAPI, com sua ex-esposa Franciana, a “Noca”.
- **Robson Aragão de Souza.** Sobrinho de Raimundo Alves, também foi acusado de associação com o tráfico de drogas. Trabalhou com o tio desde que este atuava no jogo do bicho, arrecadando a grana em cima de uma moto nos bairros do IAPI, do Comércio, Caixa D`Água e do Pau Miúdo. Complicou-se realmente com a justiça quando auxiliou Raimundão a fugir em 2004. Robson arranjou o Vectra branco usado por Raimundo na sua fuga, conduzindo o veículo até a casa do tio em Barra do Jacuípe. Nos últimos anos antes da prisão de Raimundão,

trabalhou como mecânico e motorista de táxi. Tem hoje 47 anos e está preso na PLB. Tem residência no bairro de Pirajá.

Este segundo grupo é formado pelos parentes de sangue de Raimundo Alves de Souza. Um filho e dois sobrinhos. Nenhum deles morava no Morro do Águia. Apenas Claudinho exercia uma função maior no esquema de Ravengar.

- **Luzival Santana dos Santos.** Soteropolitano de 36 anos, morava na Jaqueira do Carneiro, bairro do Retiro, mesma rua onde estava localizada a casa de espetáculos Mega Show. Trabalhava como varejista para Raimundo Alves, vendendo a droga em nome de seu fornecedor. Segundo os depoimentos feitos ao Ministério Público, Luzival usava rádio transmissor para efetuar o comércio e se comunicar com Ravengar. Foi casado com Patrícia Santos Silva, uma das principais testemunhas do processo contra Raimundo.
- **Carlos Magno dos Santos de Jesus.** Era também espécie de varejista de Raimundão. Atuava no mesmo esquema de Robson. Trabalhou ainda como locutor na rádio comunitária, onde Raimundo mantinha um programa. Tem residência no Alto de São Gonçalo do Retiro. Foi acusado de associação com o tráfico de drogas.
- **José de Souza de Jesus.** Outro vendedor da droga de Raimundão. Nasceu em Salvador em 25 de maio de 1970. Tem residência no bairro de San Martin. Há

poucas informações sobre José no processo. Foi acusado de associação com o tráfico de drogas.

- **Magda Tourinho da Silva.** Era a amante oficial de Ravengar. Magda era responsável por gerenciar a venda de boa parte da cocaína no Morro do Águia. Indicava clientes ao amante e monitorava a subida e descida dos usuários por rádio transmissor. Tem hoje 30 anos de idade e está presa no presídio feminino do complexo presidiário da Mata Escura. Morava no bairro do IAPI.

Fim do terceiro grupo. Formado por três varejistas e uma gerente, seus membros não tinham qualquer ligação de parentesco com Raimundo Alves de Souza. O mais próximo era Magda Tourinho, que mantinha relacionamento sexual com o ex-empresário.

- **Osmário Verne.** Com a cabeça já quase completamente branca há três anos, o oficial de Justiça da 1ª Vara de Tóxicos de Salvador foi acusado de associação com o tráfico de drogas e corrupção passiva. Osmário passava informações privilegiadas a Raimundo de processos que corriam na Justiça e chegava a tentar influenciar nos resultados judiciais. Fotos apreendidas pela polícia mostram Osmário em festas particulares na casa de Raimundão. Afastado do cargo, tem hoje 72 anos e responde ao processo em liberdade.
- **Washington Luiz Plácido Lima.** Era o capitão da Rondesp em 2004, quando foi acusado de envolvimento com tráfico de drogas e de corrupção passiva. O

policial militar trabalhou por alguns anos como segurança do Mega Show, pelo menos desde 2000, quando a superintendência de inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP) denunciou em documento confidencial a relação de Plácido com Raimundo. O ex-capitão pegava cocaína no Morro do Águia em companhia de outros policiais militares, agentes civis e da polícia federal. Responde ao processo em liberdade, defendido pelo advogado Abdon Abadde. Reside em Colinas de Pituvaçu até hoje. Por telefone, disse que não estava disposto a conceder entrevista. Está com 50 anos.

- **André Luiz Lage de Almeida.** O policial militar era um freqüentador assíduo da casa de Raimundão e amigo do falecido Claudinho, sobrinho de Ravengar. Foi acusado de associação com tráfico de drogas e corrupção passiva. Lage fazia a segurança da “fortaleza” de Raimundo Alves e fornecia informações de batidas policiais que estava para acontecer no Morro. Hoje aos 35 anos de idade, está em liberdade enquanto aguarda seu julgamento definitivo.
- **Bárbara Maria Santos Lopez.** Também prestava serviço de segurança para Raimundão, especificamente para sua casa de espetáculos. Acusada de corrupção passiva e associação com o tráfico de drogas, a policial militar era um dos tentáculos da rede de Ravengar na Fazenda Grande do Retiro, num lugar conhecido como Candinho Fernandes, no qual ela tem residência.

- **Luiz Ferreira de Oliveira.** Policial militar, Luiz era vizinho de Claudinho no Jardim Eldorado, no bairro do IAPI. Mais conhecido como Luizinho, trabalhava na 1ª Companhia Independente da Polícia Militar. Segundo as investigações policiais, Luizinho prestava serviço de segurança para as “bocas” de Raimundão e passava a ele informações sobre as operações da polícia. Afastado da corporação, foi acusado de associação com o tráfico de drogas e de corrupção passiva.
- **Carlos Alves do Carmo.** Amigo íntimo de Raimundo há mais de 30 anos, segundo seu próprio relato, o policial civil era visita freqüente na casa de Ravengar. A denúncia do Ministério Público não menciona qualquer função de Carlos no esquema de comércio de drogas. É acusado de associação com o tráfico e de corrupção passiva.
- **Gilberto Xavier Clementino.** Sobre o policial civil, correm suspeitas de que era o responsável por fazer o serviço sujo para Raimundo. Sua fama se incorporou ao apelido: “Juca Matador”. Na denúncia do MP, Gilberto é considerado como o “encarregado de eliminar os desafetos do Morro do Águia”. Em seus antecedentes criminais, constam pelo menos três homicídios. Foi acusado de associação com o tráfico de drogas e de corrupção passiva. Também defendido pelo advogado Abdon Abadde, recusou-se a conceder entrevista. Mora no bairro das Cajazeiras, está com 52 anos e responde processo em liberdade.

- **Luiz Brasileiro Silva Filho.** Acusado de associação com o tráfico de drogas e de corrupção passiva, aparece como fornecedor de cocaína para Raimundão. Atuava negociando cocaína no Centro Histórico de Salvador com outros traficantes, segundo imagens realizadas pela inteligência da Secretaria de Segurança Pública. Aos 32 anos, tem residência no bairro de Brotas.

Este é o último grupo que formava a organização criminosa de Raimundo Alves de Souza. São sete policiais e um oficial de justiça. Todos foram acusados de corrupção passiva. Todos estavam sob o comando de Ravengar, que foi condenado em 1ª e 2ª instâncias, além de associação com o tráfico e corrupção ativa, por organizar a cooperação no crime e dirigir seus agentes. Nem Raimundo nem sua ex-esposa Sueli foram acusados de tráfico de influência.

Dezoito homens e quatro mulheres formavam o núcleo do esquema de Ravengar. Uma organização que trabalhava de forma empresarial, segundo a polícia e a justiça. Com hierarquia, funções específicas, normas de conduta e salários. Sua estrutura principal era eminentemente familiar. Dos 22 membros, nove pertencia direta ou indiretamente à família de Raimundo. Quatro exerciam funções de chefia: Claudinho e Zequinha eram gerentes, e Raimundo e Sueli eram as “cabeças” do grupo. No Morro do Águia havia uma organização criminosa, de acordo com a polícia e o Ministério Público. O juiz José Reginaldo Costa Rodrigues descartou, no entanto, formação de quadrilha, pois considerou, com base nas provas do processo, que apenas Raimundo Alves de Souza praticava corrupção ativa, subornando policiais civis e militares, quando a lei exige pelo menos quatro corruptores. A

conclusão central da Justiça: Raimundão liderava uma associação criminosa de tráfico de entorpecentes.



A CASA DE ESPETÁCULOS INAUGURADA PELO PLANET HEMP NUNCA FOI DE RAVENGAR

CAP. 9 | O “Político”

Desde que começou a funcionar, em 11 de setembro de 1999, a casa de espetáculo Mega Show, na Jaqueira do Carneiro, sediou diversos eventos musicais. Muitas atrações já foram citadas neste livro. Caso do Planet Hemp, de Marcelo D2, que inaugurou a casa. Uma das atrações mais presentes do Mega Show, no entanto, era a banda Império do Samba. Patrocinado por Raimundo Alves de Souza, sob a orientação de sua produtora Reluz Produções e Eventos, o grupo chegou até a se apresentar fora da Bahia. Seu líder era Cláudio Alves de Souza, sobrinho de Ravengar, o vocalista da banda. Como já visto, o músico ficou famoso também por estar envolvido no esquema de tráfico de drogas do tio, atuando como um dos seus “gerentes”. Segundo a polícia, Claudinho foi assassinado em 2004, no Arraial do Retiro, pelo então braço-direito de Ravengar, o comerciante Júlio César Matos Ferreira de Souza. “Sariguê”, como Júlio é conhecido, foi preso por agentes da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes de Salvador em julho de 2007.

No mesmo palco onde Claudinho se apresentava, o empresário Raimundo Alves de Souza recebeu, além dos artistas da música, visitas muito comentadas amiúde na capital baiana. O empreendimento propiciava a Ravengar a aproximação de personagens mais ilustres e importantes da sociedade soteropolitana. Quando foi preso pela força-tarefa em 2004, Ravengar causou muito estardalhaço afirmando possuir fotos e fitas de vídeo que “derrubariam a Bahia”. Supostamente, o material apresentaria uma relação estreita entre Raimundo Alves de Souza e artistas, jornalistas, empresários e políticos baianos. Muitas dessas fotos e 23 fitas foram apreendidas pela polícia na chamada “fortaleza” de Ravengar,

no alto do Morro do Águia, e estão sob segredo de justiça. Mas o atual superintendente de Telecomunicações da Polícia Civil da Bahia, delegado Edemilson Nunes, declarou:

- Raimundo financiou campanhas políticas de gente que ainda é e não é mais político.

As imagens não são provas de que tais políticos tiveram suas campanhas financiadas por dinheiro sujo do tráfico ou mesmo se eles tinham outros vínculos com a organização criminosa. Por isso não foram divulgadas. No dia 06 de julho de 2007, o promotor do Ministério Público, Jânio Braga, um dos principais coordenadores da força-tarefa de 2004, concedeu-me entrevista:

- Ravengar disse muitas vezes à imprensa que tinha fitas de vídeo, e o próprio delegado Edemilson Nunes me afirmou que existem fitas sob segredo de justiça, que não comprovam envolvimento de políticos no tráfico de drogas, mas que mostram Raimundo Alves de Souza utilizando o seu espaço para promover certos políticos, que iam lá fazer campanha, inclusive realizar comícios no Morro do Águia. Por que essas fitas estão sob segredo de justiça?

- Isso é verdade. Mas são fitas que não comprometem ninguém. Porque Ravengar era um típico líder comunitário, e como todo traficante de maior escala, como tem no Rio, procurava fazer aquela política de Robin Hood, ajudar todo mundo. É uma forma de comprar o silêncio. Por isso Ravengar traficou tantos anos e nenhuma operação foi bem sucedida em cima dele. Porque comprava as pessoas com doações, dando café a velhos, pseudo-asilos, pseudoconsultórios odontológicos, que ele tinha lá na fortaleza dele, mas quando a gente foi ver estavam empoeirados por falta de uso. Isso tudo era uma forma estratégica dele comprar o silêncio dos outros. Os políticos querem votos, então se valiam da liderança comunitária dele, e muitos iam lá, vereadores, muitos iam lá na casa dele. Têm

fotos de muitos políticos municipais, especialmente. De jornalistas, e de pessoas ligadas à música. Mas são coisas que não interessam ao processo. Então são coisas que acredito que não devem ser publicadas, porque as pessoas iam lá com a intenção mais de ter voto do que qualquer outra coisa. Não seria justo divulgar pessoas só porque foram lá.

- Então, o entendimento é que isso não abre nenhum precedente para qualquer outro tipo de investigação mais profunda?

- Não, a gente foi até onde pôde. E acredito que a gente desmanchou o negócio dele.

- Quais foram as limitações das investigações?

- Não tivemos limitações. As limitações foram de ordem técnica. Por exemplo, não se conseguiu pegar todos os envolvidos daquela organização criminosa. Porque é difícil mesmo, são muitas pessoas. Mas o núcleo do tráfico, da organização criminosa foi desmanchado. Acredito que foi tudo desmembrado e eu não acredito que tenha alguém por trás dele. Por outro lado, não vale a pena numa investigação desse vulto você apenas especular e divulgar nomes de pessoas que iam lá sem ter nenhuma relação com o tráfico.

Seguindo o entendimento do promotor Jânio Braga, políticos apenas subiram o Morro do Águia ou o palco do Mega Show usando do prestígio de Ravengar para pedir voto à comunidade. Raimundo Alves de Souza era frequentemente visto em companhia de políticos “influentes” – como considerou matéria do *A Tarde* de 16 de janeiro de 2004. Moradores da região conhecida como Candinho Fernandes afirmaram ao jornal que Ravengar visitava o bairro “acompanhado, inclusive, de políticos de influência na capital baiana”. A reportagem sem citar nomes lançou um clima de mistério no caso. Soube depois que entre esses políticos estaria o atual presidente da Câmara Municipal de vereadores de Salvador, Valdenor Cardoso (PTC).

Manhã ensolarada de uma quarta-feira, 15 de agosto de 2007. No meio político, as discussões em torno do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) se acirravam. Nos bastidores policiais, não se falava de outra coisa que não a recaptura do maior traficante da cidade, conhecido como Pitty. Alheias aos acontecimentos mais quentes divulgados nas páginas dos jornais, muitas pessoas seguiam a rotina naquele final de manhã, na Rua Dr. Pedro Araújo, no bairro da Fazenda Grande. Este é o endereço conhecido como Candinho Fernandes. Conversei com pelo menos uma dezena de moradores antigos sobre a presença de Ravengar na região. A maioria afirmou desconhecer que Raimundo Alves freqüentasse o bairro em companhia de políticos. Raimundão tinha somente ligação com o traficante *Rasta*, que operava o tráfico de drogas no local e que foi assassinado há três anos. Poucos quiseram comentar um “ai” sobre o assunto. E apenas um morador, dono de um bar no final da ladeira, que preferiu não se identificar, informou que Raimundo estivera lá muitas vezes, em campanhas políticas, em companhia de Valdenor Cardoso.

O vereador Valdenor Cardoso é nativo da região. Cresceu e se criou em Fazenda Grande do Retiro e redondezas. Quando iniciou seus planos e projetos políticos, a área foi palco de suas idéias e propostas. Vereador desde 1990, fez campanhas muitas vezes pelo Partido Trabalhista Cristão no bairro. Estive com Valdenor Cardoso num final de tarde de uma terça-feira, 13 de novembro de 2007. O presidente da Câmara Municipal me recebeu depois de terminada uma sessão ordinária sobre o conturbado PDDU de Salvador. O parlamentar respondeu com tranquilidade sobre sua presença política em Candinho Fernandes e, inclusive, no Morro do Águia:

- Eu sempre fui, talvez, a única presença do Estado naquela região, eu e meu grupo político. Ele (Ravengar) nunca me incomodou no sentido de me hostilizar, mas também nunca me ajudou em nada e nunca me procurou para ajudar em nada”, afirmou.

Perguntei mais diretamente:

- Estou perguntando ao senhor, porque gosto das coisas muito claras. O jornal *A Tarde* divulgou matéria sobre Ravengar andando com políticos em Candinho Fernandes. Eu estive lá e me falaram que viram ele com Valdenor Cardoso.

- Nunca, rapaz, que nada! Sabe qual é a presença de Ravengar lá, na Fazenda Grande, naquelas zonas? A presença dele lá é como se fosse qualquer morador normal. Ia pra baixo e pra cima, como morador normal. Não tinha nenhum tipo de influência de poder, nada. Como eu sou de lá, nascido lá, andava lá e como presidente da Câmara, ando lá normalmente. Ele nunca me ofereceu... E a prova mais consistente disso é que a polícia gravou duas mil horas de telefone e nunca, por exemplo, meu nome foi citado, nem foi ouvido. Nunca falei com ele por telefone. Nunca ele me apoiou em candidatura.

No Morro do Águia, Valdenor Cardoso tem presença política constante, confirmaram os moradores. Ele ajeitou o campo de futebol em frente à casa de Raimundo e lá promoveu campeonatos de futebol:

- Eu, por exemplo, participo do campeonato de futebol, eu apoio. E um dos times que eu patrocinava, quem sempre patrocinou fui eu. Ravengar patrocinava os dele, que jogava contra os meus no campo do Águia.

- Foi o senhor quem construiu aquele campo?

- É, fiz arquibancada, a iluminação, tudo... Eu era a única presença do Estado. Agora, eu não posso prender, vou fazer o quê?

- Como o senhor avalia essa relação? Você (político) sabe que aquela pessoa é traficante e eventualmente isso pode colar na sua imagem...

- Não, isso não. Ele nunca teve nenhum contato comigo. Muito pelo contrário. Lá no bairro quem mais combate o tráfico sou eu.

- O senhor nunca teve receio de alguém te associar com ele, com o tráfico? De o virem junto com ele, pelo fato dele morar ali?

- Eu nunca tive contato com ele não. Não, porque eu sempre combati. Eu sempre tive ação social, ação na Igreja, naquele lugar. Sempre falei contra o tráfico e falo até hoje. Agora o problema é o seguinte. Como eu fui nascido naquela região, todos me respeitam. Nunca as pessoas teriam a ousadia de me enfrentar, porque sabe que eu tenho poder político, não emanado do meu cargo, mas emanado do apoio da população. E, por outro lado, todos sabem a história da minha família, decente, de trabalhadores. Tenho uma couraça de proteção que ninguém ousa levantar qualquer suspeita.

- Políticos tiveram no Mega Show fazendo campanha. Como o senhor vê isso?

- Veja bem. Eu nunca fiz, nem nunca participei de campanha (no Mega Show)... E, sou sincero, nunca tive apoio porque nunca pedi, mas também ele nunca me ofereceu também. Agora, eu não me lembro de político lá.

- Imbassahy teve lá, ele mesmo me afirmou isso, mas que teve lá sem saber que era de um traficante.

- Eu não me lembro nem se Imbassahy teve lá.

- Mas como o senhor vê a situação de um político...

- Veja bem. Eu acho que qualquer político tem a obrigação, qualquer agente público tem a obrigação de saber tudo. A ninguém é dado o direito de dizer que não sabe disso ou daquilo. Isso aí é balela. Por que eu andava lá (no Morro)? Eu andava lá porque tinha legitimidade para andar, porque fui nascido e criado lá. Cheguei primeiro do que Ravengar ali. Ele chegou depois de mim. Então não era eu quem ia sair. Ele que tinha que sair. Eu não andava com ele. Eu vivia na minha terra... Então, não é porque se estabeleceu um império do crime na região, onde fui nascido e criado, que eu ia sair. Agora, quem não é de lá, nunca teve relação com a vida da comunidade, aí não é meu problema, é outro problema. Eu não vou sair do meu bairro para poder andar em lugar que traficante frequenta. Aí cada um sabe de sua vida.

Na arte da política, vale quase tudo para se obter votos. O Mega Show era somente mais um espaço de contato com potenciais eleitores, um território propício para conquistar a confiança de milhares de populares, os que realmente alçam qualquer candidato à vitória no pleito eleitoral. Não tinha porque ter constrangimento de fazer palanque no território particular do homem considerado à época o maior traficante de drogas da cidade. Em 2000, o atual presidente do PSDB baiano, Antônio Imbassahy, era o prefeito de Salvador. Na época, ainda pertencia ao PFL, hoje Democratas, portanto não havia rompido com seu “indesejado” padrinho político – Imbassahy tinha constantes desavenças com ACM, inclusive dizem que certo dia foi recebido pelo ex-senador com um chute na canela, depois de chegar atrasado ao aeroporto. Há sete anos, o então prefeito chegava mais uma vez ao Palácio Tomé de Souza, com 53,75% dos votos válidos. Sua reeleição era certa. Aquela coisa tão conhecida da política brasileira: é difícil candidato à reeleição perder a disputa.

Foi na condição de então prefeito da cidade que Imbassahy discursou no palco da Mega Show em 2000. As fotos – nem todas foram obtidas pela justiça – não estão datadas. É a presença de uma pessoa que determina o ano em que a fotografia foi tirada. Sandra Ventura Regis é juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e naquele ano foi candidata à vereadora pelo PFL, inscrita no pleito eleitoral com o número 25802. A ocasião era uma homenagem ao prefeito Imbassahy, um bom momento para a candidata angariar apoio político e conquistar votos. Sandra Regis obteve um pouco menos de cinco mil votos, não conseguindo se eleger. Nas fotografias, a candidata está ao lado de Antônio Imbassahy, de Manoel Castro e do jornalista Alberto Miranda, responsável por intermediar o comício e fazer as devidas apresentações ao público. Manuel Figueiredo Castro é figura conhecida dos baianos, ocupante de cargos importantes no Estado. Foi prefeito de Salvador, deputado federal quatro vezes, ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE e hoje é mais uma vez presidente desta instituição. Já Alberto Miranda era o gerente e o assessor de imprensa do Mega Show. Aposentado das redações, Miranda faz hoje jornais institucionais para sindicatos policiais.

Num agradável escritório no oitavo andar do bloco A do Centro Empresarial Iguatemi, Antônio Imbassahy despacha e costura suas alianças e projetos políticos para retornar ao Palácio Tomé de Souza em 2008. Na ante-sala do gabinete do atual presidente do PSDB, alguns funcionários comentavam uma violenta ação policial, considerada por muitos como uma verdadeira caça, que causara polêmica no Rio de Janeiro havia alguns dias, quando militares atiraram do alto de um helicóptero em traficantes desarmados correndo em meio a um matagal da área do Complexo do Alemão – região de conflitos constantes entre policiais e soldados do tráfico. Foi o assunto mais comentado naqueles 40

minutos aproximados de espera, em mais uma tarde quente da primavera soteropolitana. Era uma terça-feira, precisamente 23 de outubro de 2007. O ex-prefeito me recebeu com simpatia. Nos primeiros momentos de bate-papo, desenvolveu sua visão administrativa e conceitual sobre segurança pública e violência urbana. Falou do problema do tráfico de drogas e de aspectos sociais que envolvem a questão. Homem público há pelo menos 10 anos, já calejado pela arte da política, Imbassahy não deixou transparecer nenhum minuto sua desconfiança que o motivo daquele encontro não se resumia apenas a uma discussão sociológica ampla do tráfico de drogas em Salvador, como eu deixara entender à secretária quando agendei a entrevista.

Não causou espanto quando, de repente, ele antecipou o assunto sobre sua breve estada na casa de espetáculos de Ravengar sete anos atrás. Falou em alguns detalhes como foi parar no Mega Show, mas se enganou sobre o ano do acontecimento. Contou:

- Eu vou lhe falar uma coisa que talvez nem devesse falar. Eu candidato a... Não sei se foi candidato... Foi candidato na primeira vez, em 96. Eu fui para uma festa que tinha, um negócio de campanha, e quem estava do meu lado era um cara desses! E eu não sabia! E fui lá, fiz discurso e não sabia.

- Uma das perguntas que iria fazer ao senhor era sobre isso. Eu soube que o senhor esteve no Mega Show...

- Mega Show, exatamente. Eu estive lá e não sabia (que era de Ravengar). A polícia me avisou depois. Foi uma pessoa que me levou lá, que era candidata a vereadora, e outra que era uma jornalista conceituada, do jornal *A Tarde*. Quando me disseram que eu estava ao lado... Veja que coincidência você me perguntar uma coisa que eu falei...

Foi perspicaz. Um político experiente não ia se deixar pegar de surpresa. Tirou de letra qualquer especulação sobre sua pessoa em associação com Raimundo Alves. O ex-prefeito me fitava com olhos atentos por detrás dos óculos. Não estava mais recostado na poltrona como no início da conversa, mas mais próximo à mesa, sem, no entanto, perder o ar de serenidade. Segui a entrevista:

- Essa pergunta que quero fazer ao senhor. Como avalia essa questão de políticos ao lado de traficantes, como é administrar isso?

- Você não pode está ao lado. No caso ali, depois que eu sai, quem me falou isso foi uma pessoa da área militar, quando entrou no carro: olha você estava na festa que tinha um cara que trabalha com esse cidadão (Ravengar). Chamei a candidata à vereadora no dia seguinte e disse: você não faça mais isso comigo, eu não posso lhe ajudar desta maneira. E fiquei preocupado com isso.

- Por que podiam te associar?

- Não, aí não me preocupava. Mas eu não vou querer ninguém que esteja ao meu lado, na minha campanha, com alguém, entendeu? Sobre tudo com essa coisa (de tráfico). Mas, interessante... Mega Show, exatamente, foi um show que fui lá, gente pra burro, bandas que tinham lá. E fui lá para cima, onde estava tocando a banda, e ainda falei. Fiz um pronunciamento e segui a rotina da campanha. Depois que fiquei sabendo.

Agendas de campanha são normalmente planejadas por assessores, mas não à revelia dos candidatos. O Mega Show à época também era muito conhecido, sobretudo no meio jornalístico – inclusive Alberto Miranda, o assessor de imprensa da casa de espetáculos, é um nome rodado nas redações. Antônio Imbassahy ainda era o prefeito da

cidade, portanto dificilmente deveria negligenciar onde estava pisando seus pés. Talvez por isso, tenha frisado não saber que o estabelecimento pertencia a Ravengar como forma de afastar qualquer suspeita de sua relação com o ex-trafficante. A conversa teve seqüência:

- Sobre o caso Ravengar, muito se especulou na época que ele teria ligação com políticos, inclusive o nome do deputado federal Paulo Magalhães aparece nessa história. O senhor acredita que ele tivesse tanta proeminência assim?

- Não. Isso na ocasião se especulava que ele teria ligações com parlamentares. É possível até que tenha. Mas eu não cheguei, não teve nada assim que mostrasse com concretude. A gente tinha notícias, sempre se falava assim: tem políticos no meio, tem judiciário no meio. Agora concretamente, eu não saberia lhe dizer quem estava envolvido no meio político e no meio judiciário.

- O senhor acredita que a imprensa foi conivente com Ravengar?

- Também. Porque tinha gente do jornal que trabalhava lá no Mega Show.

Quando Antônio Imbassahy esteve no Mega Show, Raimundo Alves teve a preocupação de se manter discreto. Não queria que alguém o visse, muito menos o fotografasse ao lado do então prefeito da cidade. Esse foi o motivo de ter dito ao seu assessor de imprensa:

-Não posso sujar a imagem do homem.

Nas fotos, Raimundão realmente não aparece. Na ocasião, quem recebeu Imbassahy foi Alberto Miranda. O ex-prefeito se confundiu pela segunda vez ao mencionar uma jornalista do A Tarde, na verdade ele se referia a um jornalista homem, o Alberto Miranda, o assessor de Raimundão. Refresquei a memória do ex-carlista, hoje tucano:

- A pessoa que o recebeu foi o jornalista Alberto Miranda...
- Pois é, foi Alberto, rapaz. Tomei um susto porque não sabia que ele estaria lá...
- Teve um fato curioso. Ravengar disse que não poderia aparecer do seu lado, para não sujar a sua imagem.
- É, mas eu não sabia que era dele, entendeu? Porque ali era uma casa comercial.

Antônio José Imbassahy da Silva tem hoje 59 anos de idade. Geriu a cidade de Salvador por oito anos. É considerado um bom administrador e um político correto e honesto. Cresceu politicamente no esteio de Antônio Carlos Magalhães, com quem rompeu em 2005 para alçar vôo com as próprias asas. Não há grandes notícias que o envolvam em casos de corrupção ou outras irregularidades. Sua campanha em 2000 contou com financiamentos vultosos, a maioria de construtoras civis, que chegaram à cifra de R\$ 1,17 milhão. Entre eles, R\$ 100 mil da construtora Gautama Ltda., do empresário Zuleido Veras. A empresa esteve envolvida em 2006 em escândalos de corrupção como principal vetor de um esquema de fraudes de licitações de obras públicas. O nome do ex-prefeito nunca foi envolvido no caso. A quantia significativa das doações para sua campanha refuta qualquer hipótese de que o atual tucano precisasse do apoio político de um mero líder comunitário, apontado como traficante. Como suas próprias declarações indicam, Imbassahy parece mesmo ter passado por uma imensa saia justa promovida pela vereadora Sandra Ventura Régis.

Sandra Ventura chama atenção, porque algumas fontes afirmam que Raimundo Alves de Souza havia financiado a campanha de uma vereadora, no entanto sem sucesso, pois ela não havia se eleito. O delegado Edemilson Nunes foi uma delas, mas ele não se

recordou o nome da política. A prestação de contas de 2000 da candidata Sandra Ventura foi aprovada com ressalvas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. As irregularidades apontadas foram o valor de campanha informado ter sido menor do que o do partido, a candidata não ter assinado os documentos e não ter sido apresentado extrato bancário. Sandra Regis arrecadou para a campanha R\$ 18.991,78. Do total, R\$ 15.991,78 estão identificados como provenientes de recursos próprios e R\$ 3 mil como doações de pessoas jurídicas. Como previsto, não consta na prestação de contas da candidata nenhuma doação de Raimundo Alves de Souza ou de qualquer uma de suas duas empresas. Seria leviano afirmar que Ravengar tenha financiado a campanha da candidata, não há provas que tenha feito. Com certeza, as doações que eventualmente tenha destinado a qualquer que seja o político devem ter sido contabilizadas no famoso caixa dois.

Imbassahy e Sandra Regis não foram os únicos a fazerem campanha na Mega Show. É da mesma época, eleições municipais de 2000, a foto que mostra um imenso cartaz de Josenel Silva Barreto (PL), pendurado em umas das paredes da casa de espetáculos. O candidato – sócio da Rodoclínica Serviços Médicos Ltda -, inscrito no pleito com o número 22660, também não se elegeu, obtendo pouco menos de cinco mil votos. As ações políticas à procura de votos não comprovam relações de promiscuidade entre políticos e Ravengar. Com base nas fotos, ninguém em sã consciência pode dizer que Antônio Imbassahy, ou qualquer outro eventual candidato, em troca do apoio político dado por Raimundo Alves, concedesse qualquer proteção ao esquema de tráfico de drogas montado no Morro do Águia. Talvez por isso, numa das interceptações telefônicas policiais, o agente da Polícia Civil Luiz Brasileiro Silva Filho – um dos envolvidos com o tráfico – faça pouco caso de

outras fotos em conversa com sua namorada Priscila, que comentava sobre um programa de Varela:

- Varela dizendo que os caras só tinham pego as pititingas, que os tubarões estão tudo escondidos. Que Raimundo não queria dizer. Aí, ele está cobrando a Imbassahy: cadê você Imbassahy?

- Ôchente, o que o Imbassahy tem a ver? Só porque Imbassahy tirou uma foto com Raimundo... Eu soube que a foto está nas mãos dos caras lá, tem uma foto...

- Mas se está mesmo, não vai aparecer, né?

- Já está escondida nas mãos dos caras lá (risos).

- Se ainda estiver escondida. Se já não nem existe, né?

- É. Uma foto abraçado assim, com o nome acho que Mega Show na camisa, sei lá. Ó paí que escale (risos).

- Deixa lá. Um crime não compensa o outro, sabia?

- Deviam ter pedido a prisão temporária de Imbassahy também (risos).

As fotografias e depoimentos de moradores não incriminam ninguém. Mas são fortes indícios de que um homem considerado um grande traficante ganhou dimensões políticas e sociais perigosas em Salvador, a ponto da polícia e o Ministério Público defenderem a tese de que Raimundo Alves tinha como líder comunitário um capital político significativo. Era por isso que políticos o procuravam no Morro do Águia, na busca do precioso voto. Políticos municipais, sobretudo. E artistas também, não mais pelo voto. Mas é preciso repetir que não há qualquer suspeita legal e oficial sobre Antônio Imbassahy, Sandra Ventura Régis ou Valdenor Cardoso. Imbassahy, inclusive, era o prefeito da capital

baiana em 2004, quando a polícia colocou abaixo o chamado “império” de Ravengar sob as ordens expressas do governador Paulo Souto.

CAP. 10 | O “Folclore”

O superintendente Edemilson Nunes:

- Quando fui chamado para assumir o Departamento de Tóxicos e Entorpecentes cheguei para o governador e disse que queria ir fundo no tráfico de Ravengar, mas que precisava de apoio. Ele me deu carta branca para combater qualquer tráfico de drogas no Estado.

Com o aval do governador Paulo Souto, o delegado deu início ao trabalho que desmontou o chamado “império” de Raimundo Alves. A carta branca do governador quebrara o receio do delegado em encontrar obstáculos intransponíveis nas investigações. O novo chefe do DTE estava preocupado com a possibilidade de intervenções políticas dificultarem ou mesmo impedirem as operações contra o tráfico de drogas no Alto de São Gonçalo. Mesmo assim, Nunes ainda afirma que não foi até onde queria ir. Segundo o delegado, o juiz do caso determinou que as investigações teriam que ser realizadas a partir de fatos recentes, portanto não poderiam ser apuradas ligações, relações e acontecimentos do passado, estreitamente relacionados à história de Ravengar como traficante. Não foi apurado oficialmente se Raimundo Alves realmente foi mentor intelectual dos assassinatos ocorridos no Morro. No embalo, não se levantaram suspeitas sobre a absolvição de Raimundão no primeiro processo que respondeu de tráfico de drogas, nem porque e como em 1990 os arquivos jurídicos contra o réu Raimundo Alves de Souza sumiram dos anais da justiça. O superintendente da PF, César Nunes, falou sobre o destino desconhecido do processo com um sorriso enigmático no rosto:

- No início de 1990, nós fizemos um inquérito contra ele, fizemos a apreensão de quase 15 kg de maconha enterrados no quintal da casa dele dentro de um tambor, e este inquérito propiciou a condenação dele. Posteriormente, depois dessa condenação em primeira instância, houve um recurso pro Tribunal e depois disso ninguém sabe mais o que foi que ocorreu com esse processo.

Por mais de dez anos o esquema de Ravengar funcionou pela capital baiana, distribuindo cocaína para a elite soteropolitana, sob um manto de proteção da própria polícia e da justiça. Durante esse período, passaram pelo Palácio de Ondina – sede do Governo da Bahia – seis governadores: Antônio Carlos Magalhães (1991-94), Ruy Trindade (1994 - à época presidente do TJBA, substituiu ACM que renunciou para concorrer ao senado), Antônio Imbassahy (1994 - interinamente), Paulo Souto (1995-99), César Borges (1999-2002), Otto Alencar (2002-2003) e novamente Paulo Souto (2003-2007). Ravengar passou quase incólume por todos eles, exercendo o tráfico de drogas e se projetando como líder comunitário, com uma dita influência política sob os mais de 20 mil moradores do Alto de São Gonçalo. Nove meses foi o máximo de tempo por qual ficou atrás das grades, antes da força-tarefa ser realizada há três anos. Também durante longos dez anos, a Polícia Federal investigou as atividades no Morro do Águia sem sucesso. Conta Edemilson Nunes:

- O pessoal da Polícia Federal ficava pê da vida porque quando ia fazer palestras em universidades, os alunos questionavam por que não se prendia Ravengar, já que toda a Bahia sabia que ele traficava drogas.

A explicação dada pelas autoridades é que a rede de informações privilegiadas de que Ravengar dispunha corrompendo policiais impedia sua prisão em flagrante pela Polícia Federal. Segundo as investigações da força-tarefa de 2004, Raimundo Alves matinha uma fonte secreta até mesmo dentro da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Os telefonemas rastreados pelas escutas telefônicas eram realizados com aparelhos da própria Secretaria. As investidas policiais eram previamente avisadas a Ravengar: “Pára o treino” e “Suspende o baba” – alertava a fonte secreta quando uma batida policial se preparava para subir o morro. Até hoje, o informante não foi identificado. De acordo com o promotor Jânio Braga, a polícia federal não conseguiu prender Ravengar porque queria o flagrante, apreender a droga na casa dele. Essa era a dificuldade.

Em 07 de agosto de 2007, a polícia federal com a Operação Farrapos prendeu o colombiano Juan Carlos Ramirez Abadia, um dos cinco maiores traficantes do mundo, com patrimônio estimado em torno de US\$ 80 milhões. A Interpol oferecia US\$ 5 milhões para quem apenas tivesse qualquer informação que pudesse levar ao traficante que comandava o cartel de Vila Norte, responsável pelo envio de mais de 30 toneladas de cocaína aos Estados Unidos. Ramirez passou por pelo menos três cirurgias que serviram para seus inúmeros disfarces. Nada disso impediu a polícia federal de prender Abadia na sua casa – uma grande mansão de luxo - no condomínio Morada dos Lagos, em Aldeia da Serra (Grande São Paulo), onde o traficante se escondeu no Brasil durante três anos.

Salvas as devidas proporções, é pouco provável que a polícia federal na Bahia não fosse capaz de prender um traficante “pé-de-chinelo” como Ravengar. Muito menos razoável que dez anos de investigação não foram suficientes para provar o que a sociedade

inteira sabia. E a investigação existia. As interceptações telefônicas realizadas pela polícia federal no caso Ravengar foram juntadas ao processo nº 380.929-6/2004 que sentenciou Raimundo Alves a 22 anos de reclusão por comandar organização criminosa de tráfico de drogas. Os 12 volumes se encontram na secretaria da 1ª Câmara do Tribunal de Justiça da Bahia. Durante uma semana e meia, debruicei-me sobre o processo. São mais de duas mil páginas. Entre elas, está o depoimento de Patrícia Santos Silva. É filha de Ângela, ex-empregada doméstica de Ravengar, e como ela foi testemunha-chave no processo. Seu testemunho ao Ministério Público, de 12 de janeiro de 2004, registra:

... Passou (Patrícia) a pedir auxílio da polícia para ver se o prendiam, mas nunca obteve êxito, tendo em vista a grande influência que o mesmo (Ravengar) exercia sobre pessoas importantes da comunidade baiana de diversas atividades, a exemplo de... Ivete Sangalo, que lá não vai, mas manda assessores comprar cocaína, mesmo procedimento usado pelo filho do deputado Luis Eduardo Magalhães, que também manda assessores comprar cocaína...

Nos seus outros dois depoimentos, Patrícia se contradisse e não confirmou as afirmações do primeiro. No testemunho de 16 de janeiro de 2004, então quatro dias depois, desmentiu suas primeiras declarações, afirmando que na verdade não teria visto nada, mas que alguém havia lhe contado aquilo e que não se recordava de ter dado ao Ministério Público tais declarações. Já em 12 de abril do mesmo ano, nenhum comentário sobre as relações entre Ravengar e personalidades. Na primeira vez que testemunhou, Patrícia citou outras tantas personalidades artísticas baianas. É curioso o nome de Luis Eduardo Magalhães Filho, conhecido como Duquinho, aparecer nessa história.

Em 11 de julho de 2007, subi pela primeira vez o Morro do Águia, antigo reduto do tráfico de drogas instalado no Alto de São Gonçalo. Os relatos da imprensa e de moradores

descrevem o lugar como antes de grande movimentação, sobretudo durante a noite, quando havia trânsito de muitos carros de usuários de drogas e de viaturas que faziam a cobertura do esquema. Já pelo dia, o movimento ficava por conta da realização de “peladas” no chamado Campo do Águia, competições entre os times de Ravengar e o vereador Valdenor Cardoso, por exemplo. Mas naquele 11 de julho, o morro lembrava muito uma cidade bem pequena do interior. Gente mesmo só duas crianças correndo pelo campo de futebol, dois homens sentados em frente a um boteco e Dulce Mendes Belas. Moradora há 20 anos do Alto de São Gonçalo, Dulce contou que tudo havia mudado desde a prisão de Raimundão. Para o bem e para o mal. Se há tranquilidade sem o tráfico, a calma também revela abandono, descaso e insegurança. A moradora expôs o problema:

- Aqui não tem mais polícia, creches, escola, não tem nada. É como se a gente não existisse.

Muitas pessoas se mudaram e estão se mudando devido às obras do metrô e a região fica cada dia mais deserta. Em meio a esse cenário, a chamada “fortaleza” de Ravengar – na verdade um grande barracão – estava fechada. Um homem toma conta da casa, mas apenas à noite. Eram 11h da manhã. Ao lado direito da “fortaleza”, quatro casebres quase em ruínas. Neles funcionavam as famosas obras sociais de Raimundão: consultório odontológico, posto médico, Centro de Cultura e Eventos Reluz e salão de cabeleleiro. Ali perto, na mesma Rua Anares 73E, os dois homens no boteco continuavam jogando conversa fora. Um deles é José Napoleão Filho. Mais conhecido como Zequinha, é pai de Sueli Silva Napoleão Souza, esposa de Ravengar. Magro, cabelos grisalhos, 65 anos, José Napoleão responde processo em liberdade por participação na organização criminosa de Raimundão. Junto com Zequinha, estava um homem que trabalhava com a banda Reluz, um

dos empreendimentos artísticos de Ravengar. Naquele dia estava de folga do trabalho e tomava umas cervejinhas no boteco de Zequinha. Conversei com eles durante mais de uma hora:

- O senhor que é Zequinha, sogro de Ravengar?

- Ah! Está vendo que você sabe!

- Zequinha está ficando conhecido. Imagine se ele souber quem sou eu?! Ismar entra no diálogo.

- Quem é você?

- É filho da empregada. Informou Zequinha.

- Por que não vem conversar comigo?

- Eu não! Depois quem morre sou eu! Gritou Ismar dentro de um carro em movimento.

Ismar é filho de Ângela – ex-empregada doméstica de Ravengar que foi uma das testemunhas-chave para as investigações da força-tarefa. Esta foi a segunda das duas vezes que Ismar, de forma muito breve, juntou-se à conversa. Na primeira, respondeu:

- Ochente! Aqui vivia cheio de político! Vários, todos.

Depois de um tempo, voltou, brincou com a recente fama de Zequinha e partiu num Corsa azul-claro modelo antigo. Sem Ismar, a conversa seguiu com o homem que tomava cerveja.

- Sabe aquele homem lá do busto da Paralela? Esse veio aqui muitas vezes. Vi muitas vezes ele, Paulo Magalhães e ACM por aqui.

- Mas eles vieram oficialmente, fazer comício, campanha política?
- Não. Vinham aí na casa de Ravengar, fazer o quê eu não sei.

O homem que tomava cerveja é morador do Alto de São Gonçalo há 47 anos. Pediu para não ser identificado.

A relação entre os Magalhães e Ravengar é um tanto folclórica. Nada até hoje pode comprovar qualquer ligação entre a família e Raimundão. É pouco provável que um político da envergadura nacional que teve Antônio Carlos Magalhães tivesse qualquer proximidade com Raimundo Alves de Souza. Assim como seu filho Luis Eduardo Magalhães. Pelo menos é o que as visões oficiais das autoridades consideram. O delegado já aposentado Itamir Casal – que coordenou o Departamento de Tóxicos e Entorpecentes de Salvador na década de 80 – foi taxativo sobre declarações de moradores afirmando terem visto o ex-deputado e mesmo ACM pelo Morro do Águia:

- É mentira.

O folclore é ainda maior em torno de Luis Eduardo Magalhães. Em 21 de abril de 1998, o ex-deputado, então líder do governo na Câmara de Deputados, morreu depois de um infarto fulminante durante um *cooper* ao meio-dia. Essa foi a versão oficial, reproduzida por toda a imprensa. Mas nos bastidores, há outra versão. O ex-deputado morreu de infarto enquanto cheirava cocaína. Numa simples busca no *Google*, é possível encontrar blogs “noticiando” a segunda versão da morte do ex-deputado. Num deles, chamado “Mau Humor”, há a seguinte postagem:

Segundo uma amiga que estagiou no *Correio Braziliense* na época do ocorrido, “ataque cardíaco fazendo *cooper*” foi um eufemismo usado a pedido da família para ‘ataque cardíaco cheirando cocaína’. Para o Brasil, o cara era um atleta que fazia *cooper* ao meio dia. Mas em Brasília muitos têm certeza que o lance dele era pó mesmo.

Caso Luis Eduardo Magalhães fosse mesmo viciado em cocaína, não usaria a mercadoria de Ravengar por ser de baixa qualidade. Um jornalista que prefere se manter no anonimato neste caso me afirmou:

- Luís Eduardo mandava trazer de Nova York.

A ligação entre os Magalhães e Raimundão é tão “folclórica” quanto o famoso caso da morte de Juca Valente, genro de ACM, em 1975. Não há provas irrefutáveis. Os comentários correm a cidade à boca pequena. Entre os Magalhães e Raimundo Alves de Souza, no entanto, existem suspeitas graves. No dia 19 de junho de 2007, o processo de Ravengar seria julgado em segunda instância na Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Bahia. Foi adiado para o dia 26, porque o advogado de defesa, Antônio Carlos dos Santos, não pôde comparecer à sessão devido a uma forte gripe que o deixou de cama. Foi nesta ocasião, no elevador do Tribunal de Justiça, que ouvi a seguinte declaração:

- Ravengar era apenas um passador. Eu sei quem são os “cabeças” disso tudo. Já ouviu falar da Itapoan Veículos? Pois é. O dono, ele e Paulo Magalhães.

A fonte pediu sigilo. O proprietário da antiga Itapoan Veículos é Jaime Oliveira do Amor. É um homem muito rico. É um grande fazendeiro da região sul da Bahia, dono de muitas terras nas proximidades de Ilhéus, considerado um dos maiores pecuaristas do Estado. Em 19 de dezembro de 2006, no local onde funcionava a Itapoan Veículos – na Av.

Paralela – Jaime do Amor investiu R\$ 1 milhão no Auto Shopping Itapoan, empreendimento que aglomera mais de 40 lojas de automóveis semi-novos.

O nome do fazendeiro empresário aparece em alguns casos associado ao do deputado federal Paulo Magalhães, sobrinho de ACM. Em maio de 2006, líderes dos índios pataxós denunciaram à Funai e ao Ibama que o fazendeiro teria desmatado para pastagens, derrubando árvores centenárias, a reserva Caramuru Catarina Paraguaçu, localizada no sul da Bahia, na região da cidade de Ilhéus. A reserva, de 54 mil hectares de extensão, foi motivo de disputa judicial entre os índios e Jaime do Amor. Determinação do juiz Pedro Calmon Holiday, de Ilhéus, exigiu a saída dos pataxós da reserva. Os índios moravam na área já há mais de cinco anos. A decisão de Calmon, no entanto, foi anulada pelo então presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o desembargador Catão Alves. Os índios permaneceram no local. Em 14 de fevereiro de 2006, texto de Yanona Pataxó, realizado a partir de conversa com o cacique Akanawuam, denuncia que os pataxós *hã-hã-hãe* estavam sendo perseguidos por fazendeiros com apoio do juiz Holiday. O mesmo documento informa que 14 mil hectares da reserva eram de propriedade de Jaime Oliveira do Amor e do deputado Paulo Magalhães. Diz o trecho do texto, já com correções gramaticais e ortográficas: “É lamentável que todos os fazendeiros queiram negociar com a Funai, mas Jaime do Amor e Paulo Magalhães comprem a terra na força do dinheiro e da política da Bahia”.

No enredo do tráfico de drogas comandado por Raimundo Alves de Souza, Jaime Oliveira do Amor e Paulo Magalhães surgem como supostos homens acima de Ravengar. Seriam os *capo* da organização criminosa juntamente com o deputado estadual Osmar

Torres. Os nomes aparecem em relatos de quatro fontes em contextos diferentes. Duas delas falaram abertamente. Deixaram claro que teriam ouvido falar sobre a relação de Paulo Magalhães com Raimundo Alves. Não têm provas, não fazem acusações, nem denúncias, apenas relatam aquilo que ouviram. O ex-policial Rosendo Júnior sempre ouviu o nome do deputado federal no meio policial. Inclusive, o nome do político é mencionado como Paulo “Trambique”. O jornalista Alberto Miranda declarou algo parecido:

- A gente ouvia dizer que ele (Paulo) estava metido nisso.

As duas outras fontes pediram anonimato. Uma é jornalista, a outra foi do convívio de Raimundo no Morro durante anos. Uma sustenta a hipótese de Jaime do Amor e Paulo Magalhães como chefes do esquema com base na relação entre os dois e no histórico de irregularidades do fazendeiro e do deputado. Declarou:

- Jaime tem uma vida marginalizada. Já esteve envolvido em vários assassinatos... Tem documentos sobre isso, mas foi tudo engavetado. Ele sempre teve bom relacionamento com secretários de segurança pública, oficiais da polícia militar, com delegados...

A outra fonte costura uma teia de acontecimentos que colocam Osmar Torres sob suspeita. A família Torres goza de poder político e econômico na Bahia, sobretudo no município de Feira de Santana, a 110 km da capital baiana. Os Torres são donos de pelo menos 50 postos em todo o Estado, 21 deles da bandeira BR. A tradição política vem de Osmar Torres pai, que foi por muitos anos deputado estadual, legado que o filho Osmar Torres Júnior segue hoje, ocupando o mesmo mandato. Junto ao poder econômico e político, um histórico de irregularidades e coronelismo. A rede de postos comandada pelos Torres foi alvo de investigações na Assembléia Legislativa da Bahia em 2005. Na casa, foi

criada a CPI dos Combustíveis para apurar a acusação de formação de cartel sustentada pelo deputado estadual Targino Machado. As investigações comprovaram a máfia dos preços e resultaram em processo judicial contra o empresário Osmar Torres.

Entre os 50 postos de propriedade da família Torres está o posto *Fon Fon*, localizado no km 14 da BR-324. O local é famoso por causa da lanchonete Rei da Pamonha, conhecida pelo suco e sorvete de milho. O *Fon Fon* seria o ponto de entrega da cocaína. O esquema funcionaria assim. Raimundão anunciava que o time de futebol patrocinado pelo traficante iria viajar para jogo fora de casa. Entre os jogadores, os “soldados” de Raimundo, muitos deles, como visto, policiais. O time seguia em viagem no ônibus ou micro-ônibus de propriedade de Raimundo, que não tinham permissão para pegar estrada. Raimundo dava um jeitinho molhando a mão de policiais rodoviários e a viagem seguia em frente. Na verdade, os jogos fora de casa serviam como pretexto para que fossem realizadas as transações de reabastecimento da cocaína no posto *Fon Fon*. Ali, os homens de Osmar Torres passariam a mercadoria para os enviados de Raimundo Alves. Conforme o relato, a cocaína de Ravengar era fornecida pelos irmãos Torres. A polícia confirmou que 90% da mercadoria de Raimundo Alves realmente passavam por Feira de Santana. Mas nunca qualquer um dos membros da família Torres foi citado nas investigações da força-tarefa e no processo judicial contra Raimundão.

Segundo a fonte, seu relato tem base nas próprias histórias que Raimundo Alves contava a ele e a outros interlocutores no Morro do Águia. Realmente seu depoimento casa em muitos pontos com a versão de Ravengar, quando o ex-empresário se defende das acusações dizendo que há um bom tempo não era ele quem traficava drogas no Morro do

Águia. Em 2002, dois anos antes de ser deflagrada a força-tarefa, uma operação policial interceptou um carro com 6 kg de cocaína nas imediações do posto *Fon Fon*. Havia mais um carro no comboio, com 7 kg da droga, mas o veículo conseguiu fugir ao receber a informação que uma manobra policial tinha interceptado o primeiro “pacote”. Segundo o relato, os irmãos Torres atribuíram a Ravengar o fracasso da operação e ele teria que pagar o prejuízo pelos 6 kg apreendidos pela polícia. Raimundo Alves se negou a arcar com o ônus e resolveu romper com seus fornecedores. O fato coincide com o momento que Raimundo teria começado a se desvincular do tráfico de drogas no Morro do Águia, segundo seu próprio depoimento:

- Tinham uns caras que estavam traficando, o que eu podia fazer, matá-los? Eu não mandava lá no Morro.

Os tais “caras” estariam a mando de Osmar Torres e Paulo Magalhães. Os chefes da organização não queriam perder o principal ponto de venda da cidade. Ravengar não tinha permissão para sair do esquema. Como insistiu, foi derrubado. O relato constrói uma teia de ligações para descrever motivos obscuros da força-tarefa. Teria sido Paulo Magalhães quem indicou a Paulo Souto o delegado Edemilson Nunes para assumir o DTE, e este já estava orientado a investir na prisão de Raimundão. O então governador da Bahia queria muito a prisão de Ravengar porque atribuiu ao ex-empresário a ordem de um assalto à casa de seu filho Fábio Souto, como cobrança de uma dívida não honrada por ele com o traficante. Nos jornais não há notícias sobre o fato de assalto à residência do filho do governador. A versão do jornalista conclui que Raimundo Alves foi vítima do próprio esquema que o criou, quando passou a não mais servir aos interesses dos chefes da organização, na qual era apenas uma peça.

A história pode ser considerada uma narrativa de ficção muito bem contada. Os seus personagens não são sequer citados no processo contra Raimundo Alves de Souza, não aparecem em qualquer depoimento, em nenhum momento. Ravengar também não confirma a história, disse que tudo é fruto “de uma grande ilusão”. O único elo entre tais personagens é o passado de atos suspeitos e reputação criminosa. O passado pode guardar segredos. Além de responder a processo por formação de cartel, os Torres são considerados pessoas violentas em Feira de Santana, capazes de mandar matar adversários políticos. Osmar Torres já respondeu a processos desta natureza. Paulo Magalhães também não tem uma ficha lá muito limpa. O parlamentar foi envolvido na Operação Navalha, em 2006, que revelou o esquema de fraudes em licitações de obras públicas. O deputado foi acusado de receber pelo menos R\$ 20 mil da construtora Gautama para favorecer a empresa em concorrências de obras da União. É também suspeito de enriquecimento ilícito. Na declaração que prestou à Justiça Eleitoral em 2006 seu patrimônio chegava à impressionante cifra de R\$ 14 milhões. Em 1998, era de apenas R\$ 1,4 milhão. O deputado ficou 900% mais rico em apenas oito anos, como mostra matéria de Lenilde Pacheco do jornal *A Tarde*.

Em sua defesa, a assessoria do deputado explicou que a evolução patrimonial se devia a R\$ 10 milhões provenientes de uma ação indenizatória movida contra o antigo Banco do Estado da Bahia (Baneb), adquirido pelo Bradesco. O processo, que deu causa ganha ao deputado, mostra que a indenização se deveu a prejuízos sofridos pela empresa Pesqueira Porto Seguro Ltda., localizada na cidade de Porto Seguro e de propriedade do deputado federal. É a mesma empresa que na década de 70 foi alvo de investigações, inicialmente da polícia carioca e depois da polícia baiana, por funcionar como fachada para

o tráfico de drogas. À época, a pesqueira era de propriedade do bicheiro Nestor Castor de Andrade. Na série de matérias publicadas no antigo *Jornal da Bahia*, o jornalista Moacir Ribeiro narra como Porto Seguro se transformou em ponto de conexão do narcotráfico, recebendo cocaína de navios cargueiros vindos do Oriente. Os barcos pesqueiros de Castor de Andrade buscavam a mercadoria nos navios, que depois era levada até o Rio de Janeiro em meio aos peixes em caminhões isotérmicos. O empresário negou as acusações à época, inclusive que tivesse envolvimento com o jogo do bicho. A história provou o contrário.

O passado de Jaime Oliveira do Amor tem uma ligação mais próxima com a história de Raimundo Alves de Souza. Na verdade, de todos os supostos chefes da organização de Raimundão, o empresário e fazendeiro é o único que teria uma relação mais concreta com o ex-traficante. Como dito antes, o terreno onde funcionou o Mega Show não pertence legalmente a Ravengar. A escritura pública - matrícula número 363, com primeiro registro datado em 22.03.1976 - sobre o imóvel não registra qualquer transação comercial entre Jaime do Amor e Raimundo Alves. A atual situação jurídica do terreno é que ele está hipotecado, por meio de uma cédula de crédito comercial, em favor do Banco do Nordeste do Brasil. O terreno vale hoje R\$ 428,6 mil. Em janeiro de 1999, Jaime Oliveira do Amor foi avalista da Distribuidora de Bebidas Gagliano Ltda. – empresa sua em sociedade com Joaquim Satyro Netto, que contraiu um empréstimo de R\$ 442,6 mil junto àquele banco, a juros de 3% ao ano - e hipotecou o terreno como garantia para o financiamento. A dívida foi firmada em 84 meses, com primeira parcela vencida em 15 de março de 2000 e a última em 15 de fevereiro de 2007. Em 2005, o empresário incorporou o imóvel, agora sob o valor de R\$ 428,6 mil, à Patrimonial Nossa Senhora do Socorro, uma sociedade entre Jaime

e sua esposa Maria da Glória Oliveira do Amor que agrega outras propriedades do empresário, com capital social totalizando R\$ 7 milhões.

Como o terreno está hipotecado, em favor inclusive de uma instituição financeira, o terreno do Mega Show jamais poderia ser vendido, conforme as regras jurídicas sobre hipotecas. A relação comercial entre Raimundão e o fazendeiro Jaime do Amor realmente aconteceu. Só que informalmente. O próprio Ravengar e o promotor Jânio Braga confirmaram que o Mega Show é de propriedade de Raimundo Alves, comprado na mão do fazendeiro. O promotor descartou, no entanto, qualquer suspeita em torno do empresário de veículos e indagou:

- O senhor Jaime é um homem muito rico, para quê iria se envolver com um traficante como Ravengar?

As transações comerciais entre Ravengar e Jaime não param no Mega Show. O ex-empresário da noite adquiriu dois carros da marca Chevrolet na mão do fazendeiro. Apenas um deles está em nome de Raimundo Alves de Souza, como o próprio ex-traficante revelou. Na prática, o terreno do Mega Show parece ser mesmo de Ravengar já que o comerciante Cosme Moreno paga mensalmente ao ex-traficante R\$ 2 mil pelo aluguel do espaço, onde hoje funciona a casa de ferro-velho Mega Metais. O valor do aluguel foi confirmado pelo próprio Raimundo e sua irmã Zuleide Alves, que recebe o dinheiro para o irmão. O proprietário do ferro-velho, Cosme Moreno - um senhor moreno, com pouco mais de 60 anos - no entanto, reagiu de forma estranha a minha visita ao estabelecimento num final de manhã de 05 de julho de 2007. Conversava com seu filho Jean Flávio, quando ele adentrou o escritório:

- Eu não quero ouvir mais nada relacionado a esse Raimundão. Não diga nada. Preço de aluguel... Nada! A propriedade é da Mega Metais. Não quero saber de entrevista

- Senhor Moreno, a propriedade é de vocês ou de Ravengar? Vocês alugam na mão dele?

- Isso é aqui é propriedade da Mega Metais. E nunca foi de Raimundão.

- Então a quem vocês pagam o aluguel?

- Não interessa a ninguém. Não quero saber disso comigo. Não quero me complicar, me expor, sair na imprensa. É muito fácil alguém vim aqui “plantar” um papelote de cocaína, depois voltar e prender em flagrante. (Cosme Moreno encena toda eventual armadilha da qual poderia ser vítima, coloca as mãos no bolso, vai ao canto da sala, se agacha e simula deixar um pacote no chão). Não quero saber disso aqui, de Raimundão. A gente não fala nada.

- A propriedade é de Ravengar?

- Não! Isso aqui é daquele homem lá da Itapoan Veículos!

Em 2004, quando a imprensa cobriu intensivamente todo o processo de investigação e prisão de Ravengar, o nome Jaime do Amor foi pouco explorado na imprensa. Os jornais afirmaram praticamente em uníssono que o Mega Show era de propriedade de Ravengar. Mas quem havia vendido o espaço, o prédio, por quanto, quando? Nenhuma informação.

Era um final de manhã de uma quarta-feira, 21 de novembro de 2007. O sol estava a pino. O caos nos aeroportos de São Paulo, com intermináveis atrasos, preocupava brasileiros, e empresários baianos do turismo baiano viam com receio o êxito comercial do

verão que se aproximava. Em contraste com o forte calor lá fora, naquele dia estava gélido o escritório do empresário Jaime Oliveira do Amor, localizado no Auto Shopping Itapoan, na Av. Luís Vianna, a Paralela. Com as unhas dos dedos já roxas, esperei mais de uma hora para falar com o fazendeiro que resolvia negócios do dia-a-dia. Na pauta, nada de aviões, é claro. O assunto era mineração, um alto negócio que o empresário acabara de perder a licitação por um erro banal, de prazo, no projeto desenvolvido por um dos seus engenheiros. A conversa girava em contornar esse pequeno problema. Nessa reunião que presenciei, por acaso, as características de Jaime do Amor foram se deixando perceber. Se fosse político, Jaime seria um típico “coronel”. Ele tem um jeitão de Severino Alves, um modo rude, mas ao mesmo tempo franco e cativo de falar. É objetivo e prático. Tentando resolver a pendência do negócio da mineração, Jaime do Amor deixou transparecer como costuma tocar seus negócios: nos bastidores com a força do dinheiro.

O empresário se mostrou um pouco surpreso quando iniciei a conversa questionando se ele havia realmente vendido o espaço do Mega Show para Raimundo Alves. Disse depois:

- Não, nunca vendi. Ele não pode dizer que tem um imóvel se não tem o documento.

Ele apenas alugava o espaço para Raimundo, advertiu. Jaime afirmou desconhecer que Cosme Moreno, do Mega Metais, paga mensalmente R\$ 2 mil a Raimundo Alves pelo aluguel do terreno. E considerou Ravengar uma “vítima”, um mero passador de cocaína que deveria servir como testa-de-ferro.

Entrei em contato com o deputado federal Paulo Magalhães. Não tive retorno do *email* que enviei solicitando entrevista e já com perguntas referentes às histórias envolvendo seu nome. Quanto aos irmãos Torres, não procurei por nenhum deles, por não ter encontrado informações mais substanciais que os envolvessem no caso. Não entrei em contato também com netos ou filhos do falecido senador Antônio Carlos Magalhães porque seus nomes jamais foram citados como pessoas envolvidas com o esquema de tráfico de drogas de Ravengar, do mesmo modo como outros tantos artistas, a exemplo de Ivete Sangalo, que foram citados apenas como supostos clientes de Raimundão. Tentei também entrevista com o vereador de São Francisco do Conde, Sandro Valença. Não logrei êxito.

O vereador prestou depoimento ao Ministério Público depois de ter seu nome envolvido no processo pelo policial civil Gilberto Clementino Xavier, o Juca. Numa segunda-feira, em maio de 2003, o agente policial recebeu a informação de que uma pessoa a bordo de um Vectra branco estaria realizando entrega de cocaína no Morro do Águia. O policial partiu em direção ao morro e no momento que lá chegava observou que o veículo desviara seu caminho original não subindo a ladeira que dá acesso ao local. Quatro dias depois, numa sexta-feira, recebeu a mensagem de um colega de trabalho de que um político queria encontrá-lo num restaurante chinês na Av. Paulo VI. Juca foi até o encontro e se deparou com a mesma pessoa que dirigia o Vectra branco: o vereador Sandro Valença. Segundo o policial, o político, acompanhado do traficante Argolinha, teria lhe contado que era amigo do delegado Edmilson Nunes e que financiara a campanha de sua esposa a vereadora, Janete de Almeida, em Coração de Maria. No seu depoimento em 04 de fevereiro de 2004, Sandro Valença negou que ele ou Argolinha tivessem financiado a campanha da também delegada Janete de Almeida. Admitiu que conhecia Argolinha, seu

amigo há mais de 10 anos, mas que desconhecia se ele era traficante e mesmo as fontes de renda de que vivia. Reconheceu que possuía um Vectra branco há um ano e meio, mas não recordava a placa do veículo. Curiosamente, um Vectra branco foi usado no final de 2003 para a fuga de Raimundo Alves de Souza, de placa JNJ 0930. No processo não há informação do histórico do veículo, apenas que fora roubado de uma pessoa inocente pelo sobrinho de Raimundão, o Robson Aragão de Souza, para entregá-lo ao tio na sua fuga. No Detran, a placa não consta do sistema.

O policial Juca se enganou em relação à cidade na qual Janete de Almeida fez campanha. A esposa do delegado Edmilson Nunes nunca fez política em Coração de Maria, mas foi presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Conde. O vereador Valença também admitiu ter ido por três vezes à casa de Raimundo Alves, quando levava seu time “Rodo” para participar de campeonatos no campo do Águia. Negou que tivesse em qualquer ocasião negociado drogas com o ex-traficante e, claro, que tivesse se encontrado com o policial Juca, nem mesmo o conhecia. A polícia e a justiça se deram por satisfeitos e o caso envolvendo o vereador foi esquecido. Sandro Valença voltou ao cenário judicial em 2005 quando foi acusado, junto com o ex-prefeito da cidade Osmar Ramos, de corrupção eleitoral por ter comprado votos no pleito municipal.

O delegado Edemilson Nunes, citado nos depoimentos de Sandro Valença e Juca, também depôs perante a justiça. O atual superintendente da Stelecom negou que sua esposa tivesse sua campanha financiada pelo vereador ou pelo traficante Argolinha. Dado o depoimento, tudo foi considerado esclarecido e o processo seguiu rumo. O enredo que incluiu o delegado foi considerado pela MP e pela justiça como uma tentativa de

desmoralizar a figura responsável pelas investigações policiais e assim enfraquecer o processo contra Raimundo Alves de Souza.

Não foi a primeira vez que Edemilson Nunes de Almeida respondeu a acusações contra sua lisura profissional e pessoal. Em 06 de setembro de 2002, o jornal *A Tarde* publicou na íntegra carta do promotor de Justiça de Eunápolis, João Alves da Silva Neto. O texto denunciava a existência de uma “banda podre” na Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP) e acusava o então diretor do Departamento de Polícia do Interior – Depin, o delegado Nunes, de corroborar com o crime organizado. O promotor chegou a propor uma ação civil pública por improbidade administrativa contra Edemilson Nunes. Tudo se deveu à portaria 031/99, baixada pelo diretor em 31 de maio de 2002, que proibia o registro de furtos e roubos de cargas em rodovias em delegacias que não fossem sedes das Coordenadorias Regionais de Polícia. Além disso, o então diretor do Depin, por meio de ofício circular, ameaçou:

Responsabilizar administrativamente o delegado de polícia caso ele permitisse que fossem efetuados registros de furtos, roubos de cargas ou qualquer outro procedimento referente a tal crime em unidades policiais que não na sede da coordenadoria.

Na carta publicada pelo *A Tarde*, o promotor João Alves acusa Edemilson Nunes de receber dinheiro do delegado Gilberto de Souza Mouzinho, apontado à época como mandante do crime organizado na região extremo sul da Bahia, como parte de seu suposto favorecimento ao esquema de desvio e roubos de cargas que ocorria com frequência pelo interior da Bahia. O caso desencadeou uma série de suspeitas sobre a SSP, inclusive sobre a então secretária Kátia Alves. Num dos trechos mais fortes da carta, o promotor de Eunápolis afirma, literalmente:

- Nesta esteira de crimes são reveladas até execuções patrocinadas pela Polícia Civil do Estado da Bahia para proteger políticos de igual nível àqueles.

CAP. 11 | **Último encontro**

Foi minha terceira e última visita a Raimundo Alves de Souza, o Ravengar. No meio da manhã de uma terça-feira, 20 de novembro de 2007, encontrei Raimundão já na Penitenciária Lemos de Brito (PLB). O ex-traficante fora transferido há cerca de dois meses da Unidade Especial Disciplinar (UED), depois de o desembargador Irany Francisco de Almeida ter aceitado o pedido de transferência de seus advogados de defesa. A reivindicação se deveu à necessidade de uma melhor nutrição do detento, já que Raimundo Alves sofre de diabetes e precisa de alimentação adequada.

A penitenciária me levou às imagens do filme *Carandiru*. Os agentes penitenciários rudes, desleixados, e os prisioneiros o reflexo de uma sociedade desigual e socialmente preconceituosa: a maioria de negros pobres favelados. São 1,7 mil detentos hoje na PLB, quando a capacidade é de 1,4 mil. Lá tem literalmente gente saindo pelo ladrão, e tinha muito mais. Aproximadamente 2,3 mil presos no início de 2007, número que foi reduzido graças ao trabalho de revisão de pena realizado pelo juiz Moacir Pitta Lima, da Vara de Execução Penal. Raimundo Alves está ali há pouco tempo, mas está mais tranqüilo, contente e saudável. Estava bem mais forte desde minha última visita, ainda mais corado e os cabelos mais vistosos. Desta vez, nada de parlatório, nenhum vidro nos separava e nada de telefones. Entre nós, apenas uma pequena mesa. A conversa foi mais franca, olho no olho:

- O senhor não confiou em mim, não contou toda a história.
- Eu não posso lhe contar. Estou fazendo minha biografia, se eu lhe conto tudo, você publica tudo antes que eu faça minha biografia e não vou conseguir... (dinheiro).
- Mas eu não estou fazendo sua biografia. Meu trabalho é sobre tráfico de drogas.
- Até porque você não tem autorização.
- Eu tenho minhas fontes... O senhor disse que conhecia Jaime do Amor e que havia comprado o Mega Show na mão dele. Mas o terreno não é seu, nunca foi. A escritura pública não está no seu nome.
- Não está no meu nome.
- O senhor pagou a ele?
- É um detalhe. Quando fiz o negócio com ele, eu sabia que existia uma hipoteca. Você não pode passar escritura quando tem hipoteca, não é verdade? Acreditei nele, acreditei no homem. Comprei um imóvel hipotecado.
- Qual foi o valor?
- Rapaz, é o tipo de valor do imóvel que não precisa até... Isso eu não quero alavancar (sic), nem botar... Porque você sabe que hoje no Brasil tudo serve de mentira... Eu comprei um imóvel na mão dele, não vou alavancar para você o montante por quanto eu comprei ou não.
- O valor foi R\$ 400 mil, divididos em 10 vezes de R\$ 40 mil.
- Você está parecendo aquele rapaz do filme Tropa de Elite, o capitão Nascimento: foi ou não foi rapaz?! (Risos)
- Eu tenho que fazer as perguntas.

Raimundo Alves desvia o tom do papo e começa a refletir sobre o papel do jornalista. Retomei a conversa.

- Deixo eu te fazer uma pergunta. Quem é Osmar Torres?

- Quem? Osmar Torres? Não tenho lembrança.

- Na história que apurei, ele aparece como seu fornecedor. Vou tentar lhe refrescar a memória. Conhece o posto Fon Fon?

- Conheço, é um posto que tem lá na BR. Todo mundo abastece, abasteci muitas vezes lá. Mas esse negócio de fornecedor lhe informaram errado, viu velho! Novamente errado. Você vai com uma relação de coisas que eu sei que não é verdade. Não vou acusar ninguém. Nem fornecedor, nem isso ou aquilo.

- Você não conhece Osmar Torres, então? Ele é de Feira de Santana.

- Rapaz, já morei um tempo em Feira de Santana. E ouvi falar de um Torres, mas se não me engano um político. Nunca tive ligação com ele.

Expliquei para Raimundo Alves toda a história das transações no posto Fon Fon, sobre uma mercadoria apreendida pela polícia e seu suposto rompimento com os irmãos Torres, que teria motivado sua derrocada. Ele reagiu com ironia:

- Rapaz, a gente cria um mundo da fantasia. A gente assiste aquele filme *Harry Potter* e as pessoas criam uma imagem em relação àquilo. Um amigo meu chamado César, que era locutor de rádio em Feira de Santana, ele me falava muito dessa pessoa, mas como empresário... Você está me dando uma surpresa agora. Eu não tenho esse conhecimento, não tive essa ilicitude com esse rapaz.

No próximo trecho da entrevista, Raimundo Alves, com uma declaração confusa, descartou e não descartou a suposta armação dos Torres para derrubá-lo, infiltrando seus homens no Morro para exercer o tráfico de drogas à revelia do conhecimento e comando de Ravengar. Também voltou a questionar o procedimento da polícia. No seu entendimento, houve excessos nas investigações policiais e informações equivocadas que levaram a equipe do delegado Edemilson Nunes ao erro. Avisa:

- É bom deixar bem claro. É preciso olhar a escola do direito penal. Se você comete um crime, eu posso dizer que não estava traficando droga e amanhã está traficando. Como posso dizer que estava traficando e não está. Se a polícia me pegasse com qualquer tipo de droga, eu assumiria toda uma circunstância relacionada ao fato. Mas na realidade, não fui preso com nada. Então eu disse 'eu vendia'. Se a polícia não me pegou com nada, eu vendia.

- Mas as pessoas que foram pegas lá no Morro não tinham relação com o senhor?

- Quando eu lhe expliquei aquilo era o seguinte. Quero deixar bem claro. Eu disse o quê? A rua é pública, eu não posso impedir que A, B ou C façam seu comércio. Eu só mando na minha casa e na minha casa a polícia não achou nada. Se o cara vendia lá é problema da polícia, eu não sou informante da polícia, não ganho para ser 'cagoete'.

Ravengar faz questão de registrar que não se envolvia com políticos, nem que tinha sócios.

- Nunca tive sociedade com ninguém não. Na época que estava na ilicitude, eu nunca quis me envolver nem com A, B ou C. Se a polícia sabe que está vindo droga dele pra mim, e sabe do fornecedor, ela tem que ir em cima de alguém, que é culpado. Quem está trazendo tem consciência para quem vai levar.

- O Osmar Torres não aparece como seu fornecedor no processo. Quem aparece como seus fornecedores são Vicente Paulo, o Mineirinho, e Maria Nicéia, de Sergipe.

- Eu não sei. Quando a polícia pega alguém, ela já sabe o destino que vai e o destino que vem. Quando a polícia diz que a droga é sua, ela automaticamente, a própria lei diz, que tem que instaurar inquérito.

- Mas ele foi feito.

- Não foi feito. Não foi feito nada. Essas informações não procedem. Quem informou a você talvez esteja querendo até... (te usar, nota minha).

As informações da polícia sobre Vicente Paulo Martins Gomes e Maria Nicéia de Jesus são escassas. O primeiro, nascido em Uberaba (MG) em 1973, não tem passagem por narcotráfico na sua ficha criminal, nem mandado de prisão em aberto. A segunda, uma paulista com mais de 30 anos, esteve em Tobias Barreto (SE) com empregados do Mega Show que pagaram a ela pela confecção da roupa das crianças da creche Reluz a mando de Raimundo. O depoimento do ex-office boy da casa de espetáculos informa que Nicéia estava envolvida com jogo do bicho. O testemunho de Uiscler Anares é a única informação sobre a suposta traficante. As investigações sobre o esquema de Ravengar terminaram sem provar quem eram seus fornecedores. Ficaram muito longe disso.

Raimundão pára de novo o rumo da conversa e reflete novamente sobre o exercício do jornalismo. Transparece uma grande mágoa com a imprensa. Para interromper a digressão de Raimundo Alves, perguntei sobre seu patrimônio. Ele confirmou quase tudo, menos que tivesse cinco fazendas. Retornei então ao foco principal:

- Vou voltar então a insistir com Jaime. O senhor não confirmou que comprou o terreno por R\$ 400 mil, em 10 vezes de R\$ 40 mil. Mas ele também aparece vendendo três carros ao senhor que me parece não estão em seu nome.

- Um carro está no meu nome.

- Um só?

- Olhe só, eu comprei um carro na mão de Seu Jaime e depois fui trocando, eu tinha um carro e fui trocando o carro. Estão no meu nome, todos os carros.

- Cadê os documentos?

- Você pesquisa lá no Detran A Zafira está no meu nome, o carro de minha ex-esposa, foi tirado lá em Jaime também, e está no nome dela. A Meriva a mesma coisa.

- Jaime aparece num terceiro momento. O senhor teria ligado para ele, quando foi preso, pedindo que ele te ajudasse financeiramente com advogados e ele teria negado.

- Negativo. Quando eu liguei para ele, na época, foi para vê se ele poderia comprar de novo o imóvel (o Mega Show que Jaime disse nunca ter vendido a Raimundo). Teve dificuldade porque estava hipotecado. Porque meu negócio com ele, não é dele. Não era só ele, ele tem outro sócio, chamado Seu Satyro. Por que só em cima dele? Ele foi o fiel depositário, o cara que hipoteca, que dá o nome, o avalista. Mas tudo que comprei na mão de Seu Jaime paguei diretamente a ele.

- Por que esses nomes aparecem envolvidos com você?

- Aparecem porque é o seguinte. Deixa eu explicar a você o que acontece. Quando foram ao ex-governador do Estado, Paulo Souto, dizer que tinha um serviço grande para fazer na Bahia, e eu era a bola da vez na época, falaram que eu estava envolvido com A, com B, com C. Ora, o governador é um político, então tinha seus adversários e para ele seria muito interessante... E é isso que políticos fazem, eles procuram saber onde estão os erros dos outros políticos para poder... Então criaram uma ilusão na cabeça do ex-governador Paulo Souto que eu era uma pessoa envolvida com políticos, radialistas, nomes da TV, com um monte de gente. Criou-se essa imagem. Só que quando eles deram um bote em cima de mim, eles não vieram estruturados como manda uma investigação criminal. E eu nunca gostei de político... Tenho minha ideologia política e gosto dos métodos de alguns políticos, como Antônio Carlos, que era brigão pelas causas do Estado... Eu poderia hoje está com foto de muitos se eu quisesse, porque o político na hora de angariar o voto não quer saber onde ele está pisando não. Quando ele quer ganhar voto não quer saber da consequência futura, ele quer se eleger. E eu nessa parte sabia que só haveria um aproveitamento. Então sempre deixei a comunidade votar livremente.

- Estive semana passada com o vereador Valdenor Cardoso, o senhor é amigo dele, o conhece?

- É líder de lá da comunidade. Conheci Valdenor Cardoso como vereador. Trabalha com projeto esportivo, colocou alambrado lá no Águia. Conheço de lá da comunidade e como político mesmo.

- O senhor andava na comunidade Candinho Fernandes?

- Minha irmã morava em Fazenda Grande, eu sempre fui em Fazenda Grande.

- Por que moradores de lá afirmam ter visto Ravengar em companhia de políticos influentes em Salvador?

- Vou lhe dizer uma coisa. Eu não gosto de político. Eu sou líder comunitário, desde o Centro Histórico. Todo meu trabalho foi desenvolvido para o social. Mas não gosto de político. Eles são mentirosos. Muito político se engrandeceu com a minha imagem. Só que Deus é tão grande que muitos deles foram derrotados nas urnas. Aqueles que se aproveitaram de meu nome, que acharam que iam ser candidato reeleito, acabaram se ferrando.

- Algum político pediu dinheiro para você?

- Não. Eu digo a você, não gosto de político. Nunca fui em campanha de político, nunca subi em palanque. Eu tinha banda que tocava para político lá no interior, mas eu nem queria saber quem era.

- Qual cidade?

- Várias cidades do interior. Inclusive cheques meus, pagos pela prefeitura de determinado município, ficaram presos na polícia até hoje, cheques pré-datados, porque disseram que era do tráfico. Eu fazia contratos. Quando você tem dinheiro, quando você tem alguma coisa para oferecer, as pessoas estão do seu lado e depois somem, e político é a mesma coisa. Quando você tem dinheiro, quando bota seu nome, 'ah, pelo amor de Deus', é isso e aquilo... Mesmo porque não é só político andar com uma pessoa que já foi presa, aí não se faz, você não tem chance. Quando você for preso, está liquidado para sempre. A primeira alternativa que as pessoas lhe dão é que você já foi preso.

Essa é a análise política que Ravengar faz de sua prisão. Uma versão que tem mais detalhes. Dando continuidade ao contexto, perguntei sobre seu suposto envolvimento com o deputado federal Paulo Magalhães e a ligação do sobrinho de ACM com Osmar Torres.

Ravengar me alertou que eu não era o primeiro a fazer essa pergunta. Outros jornalistas já tinham ido até o seu encontro na prisão interessados no mesmo assunto. Alerta:

- Já me perguntaram isso também. Na verdade, existia uma questão política muito grande. Isso você vai vê no meu livro. Vou contar só um detalhe. Existia uma questão política dentro do PFL. Nos últimos anos, antes do falecimento do senador, você não via nem o senador Paulo Souto nem ACM lado a lado. Passou-se a observar eles de frente, uma câmera filmava um de um lado e a outra filmava outro do outro. Do ponto de vista técnico, da pessoa que tem visão, percebe-se que houve ali abandono político. Existia uma guerra política...

- Essa é sua versão... Você disse assim para mim da última vez: “sou um perseguido político da dinastia Souto”.

- É uma versão bem realista. Essa dinastia que me colocou onde estou hoje... Essa guerra política, que na verdade eu sei alguns fatos como foram, e o porquê de o governador... Claro que o governador tem que dá sua opinião dos fatos, até porque foi uma divulgação muito grande.

- Você soube como foram os bastidores da decisão dele?

- Desde quando estava no hospital enfermo, que eu comecei a saber as histórias de políticos que falam, que conversam, que fazem isso ou aquilo. Político é imagem do cão, quando eles querem alcançar seus objetivos eles vão para linha de chegada e jogam duro mesmo. Eles são terríveis. Por isso que nunca gostei de político. Eu vivo com meus ideais... Estou com aquele que está do lado do povo e até quando me envolvi com drogas foi para ajudar o povo, na verdade, quando me envolvi com drogas eu dei mais as pessoas do que meti no bolso. Mesmo porque só andava de chinelo havaiano, e minha casa era uma casa

normal, tipicamente normal. Eu jamais mataria um ser humano, mas vale a pena você se sacrificar em determinadas coisas por aquele que está precisando. E eu, com todo respeito que tenho, fiz isso.

Ravengar não deixou nenhuma pergunta sem resposta e fez seu desabafo contra o que considera uma injustiça.

- Às vezes as pessoas criam uma névoa um pouco malévola. A polícia, com todo esse dom, não sei como consegue fazer uma coisa dessas. Eu sou um ser humano, de qualquer maneira. Acho que tinha de ser tratado como um ser humano. Com respeito, no rigor da lei. Como disse ao meu advogado, Antônio Carlos, eu nunca quis benesse. Deveria ser tratado de acordo com a lei. Mas a partir da mudança do juiz, percebi que já estaria condenado. Aí vi que a questão era política.

Em 08 de abril de 2005, o juiz titular da 2ª Vara de Tóxicos de Salvador, Antônio Roberto Gonçalves, afastou-se da condução e presidência da ação penal movida contra Raimundo Alves de Souza. O magistrado alegou foro íntimo. Num trecho do pedido de afastamento, o juiz diz que “a nobre e elevada missão do Poder Judiciário, de julgar, aplicar a lei e distribuir justiça; não pode nem deve ficar à mercê de pressões pessoal, institucional ou de qualquer natureza. Ademais, a independência moral e funcional do Magistrado deve pairar sempre acima de injunções de qualquer ordem”. Roberto Gonçalves foi duramente pressionado pela imprensa e colocado sob suspeição por promotores do Ministério Público por ter concedido *habeas corpus* a muitos dos indiciados pela polícia como integrantes da organização criminosa de Ravengar. Os rumores e o temor eram que o juiz interviesse em

favor de Raimundo Alves. Um dos membros da força-tarefa me contou em *off* que na verdade o juiz Antônio Gonçalves não era corrupto, mas nas palavras da própria fonte “um fracote”. O magistrado Antônio Roberto Gonçalves é hoje desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Tomou posse no início de 2007.

Com o afastamento de Gonçalves, o juiz substituto da 11ª Vara de Tóxicos, José Reginaldo Costa Rodrigues Nogueira, assumiu o caso interinamente. É dessa mudança que Ravengar lamenta. A substituição de juiz do processo de Ravengar motivou que seus advogados de defesa entrassem com argumento de quebra do princípio do juiz natural. No julgamento em 2ª instância, ocorrido em 26 de junho de 2007 na primeira câmara do TJ-BA, o advogado Antônio Carlos pediu a nulidade absoluta do primeiro julgamento de 28 de abril de 2006, com base no princípio do Juiz Natural, respaldado no inciso LIII do artigo 5º da Carta Magna. Segundo a defesa, o princípio teria sido desrespeitado neste inciso que diz: “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

O relator Irany de Almeida concordou com o argumento da defesa, votando pelo “acolhimento da preliminar”. Trocando em miúdos, ele também viu na substituição dos magistrados uma afronta ao princípio do Juiz Natural. A revisora Celeste Ledo e a terceira julgadora Vilma Veiga não seguiram o mesmo voto. Depois de quase uma hora de julgamento, primeiro resultado: “rejeitada a preliminar por maioria, vencido o relator”. A sentença que condenou Ravengar a 25 anos de reclusão permanecia legítima. No julgamento do mérito, Raimundo Alves de Souza e sua esposa Sueli Napoleão da Silva Souza foram novamente condenados a regime fechado com penas abrandadas em três anos para cada um. Raimundo Alves passou de 25 anos e seis meses para 22 anos e seis meses

de reclusão, mais 540 dias multa a um salário mínimo e meio, em valores de 2005. Sueli passou de 17 anos para 14 anos de prisão, mais 420 dias multa.

Essa foi a última decisão da Justiça sobre o processo contra Ravengar. Resta ao ex-empresário da noite entrar com apelação e depois com recurso no Superior Tribunal de Justiça. Não se pode dizer que o ex-trafficante foi plenamente condenado, pois seu processo ainda não transitou em julgado. Raimundo Alves de Souza, Raimundão ou Ravengar está há quase quatro anos preso. Está falido, devendo ao advogado, como ele mesmo revela “envergonhado”. Sua única fonte de renda é os R\$ 2 mil que divide ao meio com sua esposa Sueli, provenientes de aluguel do antigo Mega Show, uma propriedade que nem é sua legalmente, apesar de ter pago por ela.

As histórias que o envolvem e o veredicto da força-tarefa o transformaram em alguém muito longe da realidade. O cidadão Raimundo Alves de Souza não é um homem rico, nunca foi tão influente, muito menos o grande trafficante da Bahia. A organização criminosa que comandava não era lá grande coisa, apesar de ter contado com postos de observação, comunicação por rádios transmissores e informação privilegiada e cobertura por parte de policiais civis, militares e federais. Não era uma organização que afrontasse o Estado, aos moldes quase partidários do Comando Vermelho (CV) ou Primeiro Comando da Capital (PCC). Ravengar era um trafficante “pé-de-chinelo”, um passador da mercadoria, uma ponta sem conexão direta com as grandes máfias do narcotráfico que assola todo o mundo. Conseguiu montar um comércio de drogas porque até sua época o tráfico de entorpecentes ainda não era considerado uma ameaça na sociedade soteropolitana. As autoridades não tinham interesse em combatê-lo, nem a imprensa cobrava isso delas com

empenho. Como analisa a promotora do MP Ana Rita Cerqueira, integrante do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado, criado em 2005:

- Durante muito tempo a polícia não acreditou que na Bahia pudesse existir uma estrutura de crime organizado montado no Morro do Águia. É aquela idéia de que na Bahia isso não existe... As autoridades nunca viram em Ravengar uma ameaça, uma coisa muito sólida.

Ravengar se tornou um triste mito, mas era apenas um traficante, um distribuidor de cocaína que se aproveitou do descaso e indiferença do Estado para ganhar dinheiro com comércio ilícito. Sua relativa importância se deve por ter se relacionado com a imprensa e ter tido alguns clientes ilustres. O que o transformou num caso emblemático. O Morro do Águia tinha sua organização do comércio de drogas, mas nunca foi um lugar sitiado, controlado ao ponto da polícia precisar de autorização de Raimundão para ter acesso a ele. Lá não havia homens fortemente armados que pudessem combater a polícia. A chamada “fortaleza” é na verdade um grande barracão, portanto não condizia à vida do maior traficante do Estado, com um suposto faturamento milionário. Como o experiente policial civil José Jorge Barbosa, o Barbosinha, disse:

- Ravengar era apenas mais um traficante. Ele é fichinha para os que estão por aí hoje.

O primeiro a ser considerado líder de uma organização criminosa. O primeiro a querer copiar, mesmo que palidamente, os modos de operação dos grandes traficantes cariocas armados até os dentes nos morros do Rio de Janeiro. Sua maior singularidade, no entanto, é ter lembrado e alertado à sociedade que o tráfico de drogas existe na Bahia como

um fenômeno socioeconômico em expansão, que tem como característica invadir as estranhas do aparato estatal e corromper sua engrenagem, e, no seu lado mais perigoso, impor novas regras socioculturais calcadas paradoxalmente, de um lado, na força da bala, do terror, do medo, e do outro, no assistencialismo, na ajuda comunitária e no estabelecimento da ordem e da “paz”.

CAP. 12 | O tráfico sem Ravengar

Quando Raimundo Alves de Souza saiu de cena, o tráfico de drogas foi aos poucos mudando de cara na Bahia. Os pontos de distribuição foram se multiplicando. Não existia mais um grande centro de venda de cocaína. Pelo menos da década de 70 até aos anos 90, o Centro Histórico e o Porto da Barra se revezaram no papel de *point* do comércio de drogas em Salvador. A Ondina também teve sua importância, nos tempos de Zequinha do Pó. Com a chegada de Ravengar, o Morro do Águia assumiu o posto principal. Não significou, no entanto, a extinção do movimento nas outras “bocas”, sobretudo no Pelourinho. Mas com a queda do chamado “império Ravengar”, perdeu-se a referência maior de distribuição de drogas e o tráfico de entorpecentes migrou de pontos centrais para a periferia. O tráfico se difundiu e se tornou mais perigoso.

A expansão do tráfico de drogas o transformou em algo difícil de ser derrubado. O delegado titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes de Salvador, Carlos José Habib da Silva, explicou que a polícia tem hoje grande dificuldade em combater o tráfico de drogas na Bahia porque ele se alastrou no Estado através de uma rede ramificada. Habib:

- Você pega um cara, mas ele não sabe quem passou a droga para ele. São muitos passando droga.

O tráfico ganhou volume, mas a polícia não cresceu, parou no tempo sofrendo com dificuldades “seculares”. A delegacia comandada por Habib, por exemplo, conta apenas com oito agentes para cobrir toda a cidade de Salvador e região metropolitana, além da Ilha

de Itaparica e redondezas. O número de policiais civis é insuficiente e entre eles poucos estão preparados para atuar contra o tráfico de drogas, porque não recebem treinamento que os condicionem emocional e psicologicamente para exercer o combate. Em toda Bahia, há 5,4 mil agentes da polícia civil e eles são mal remunerados. Habib completa:

- Faltam recursos para as operações, os delegados são reembolsados com custos de viagens, mas os agentes não. O que requer pedir verba, um procedimento demorado que atrasa as investigações.

Na verdade, seria preciso um grande exército para dá um basta no tráfico de drogas a partir de uma solução repressiva. O chamado trabalho “formiguinha” perde força dentro da polícia pelo fato de demandar grandes esforços financeiros e logísticos, para resultados pífios. Se um traficante for preso hoje, amanhã já terão dois no seu lugar. É essa a realidade perversa que leva a polícia a trabalhar com sistemas de inteligência de investigação. São as chamadas operações estratégicas, com prévio levantamento de informações precisas em campo, um trabalho realizado exclusivamente pelos delegados que demanda paciência e tempo. Os agentes só entram em ação na hora da invasão da “boca”. O procedimento é adotado como prevenção a vazamento de informações de eventuais policiais corrompidos por traficantes. O delegado explica:

- Não que os agentes sejam necessariamente corruptos, mas é mais seguro usar a contenção de informação.

A inteligência hoje inclui o trabalho de escuta telefônica, quando autorizado judicialmente. O delegado aposentado Itamir Casal lembra que quando deixou a atividade

policial no final da década de 90, a polícia civil na Bahia começava timidamente a utilizar a tecnologia de *grampo*.

- Agora tudo é mais fácil. Antes só se podia fazer escuta de um único telefone por vez. Hoje a tecnologia permite de vários ao mesmo tempo.

Foram escutas telefônicas que garantiram à polícia civil informações preciosas do esquema de Ravengar. Foram escutas da Polícia Federal que flagraram em setembro de 2007 a juíza Olga Regina Santiago Guimarães, da comarca de Cruz das Almas, conversando com o narcotraficante Gustavo Durán Bautista. Na conversa telefônica divulgada pelo *Jornal Nacional*, o traficante colombiano afirma ter depositado R\$ 14,8 mil na conta do marido da juíza, Balduino Santana, depois da magistrada lhe informar que já havia resolvido pendências suas na Polícia Federal. O narcotraficante é acusado de integrar o cartel Vila Norte, comandado pelo megatraficante internacional Juan Ramirez Abadia, o “Chupeta”, preso em agosto do mesmo ano pela PF em São Paulo. Gustavo Abadia foi preso no Uruguai com 500 kg de cocaína. O traficante já havia sido réu em Juazeiro, num processo julgado pela própria juíza que o absolveu. Em 2001, em uma fazenda de frutas pertencente ao traficante, a polícia encontrou cocaína e dezenas de caixas com fundo falso para o transporte da droga.

O caso envolvendo a juíza Olga Regina teve forte repercussão na imprensa. As suspeitas de seu envolvimento com traficantes já haviam acontecido, quando a magistrada foi promovida para juíza titular da 47ª Vara de Substituições da Comarca de Salvador. Olga Regina tomou posse numa manhã de uma segunda-feira, 10 de setembro de 2007, numa solenidade no Tribunal de Justiça da Bahia. O fato foi visto como um escândalo pela

imprensa. No dia seguinte, a assessoria da Associação de Magistrados da Bahia (Amab) divulgou nota pública informando que Olga Regina não pertencia aos quadros de associados da instituição. As pressões continuaram. Em 26 de setembro de 2007, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu a promoção dos magistrados do Tribunal de Justiça da Bahia, com base em procedimento de controle administrativo utilizado pela juíza titular da 2ª Vara Crime da comarca de Feira de Santana, Isabela Kruschewsky Pereira da Silva. Segundo a magistrada, não foram respeitados os critérios de ascensão por antiguidade e merecimento. Em grau de recurso, o pedido de Kruschewsky foi aceito. A decisão do CNJ de suspender temporariamente as promoções não teve ligações com a presença de Olga Regina, garantiram membros do próprio Conselho à época. Em meio à confusão, a magistrada foi afastada das funções, obrigada a tirar férias de setembro a novembro de 2007, quando voltaria para assumir a Vara. Em novembro, pediu mais três meses de férias, como licença-prêmio e continua fora de atuação. No Tribunal de Justiça da Bahia, corre uma investigação do seu envolvimento com o tráfico internacional de drogas sem previsão de quando serão apresentados resultados. O desembargador Antônio Roberto Gonçalves, aquele mesmo envolvido no caso Ravengar, acatou o pedido de quebra de sigilos bancário, telefônico, fiscal e telemático da juíza feito pelo procurador Edivaldo Rotondano. Todos os dados estão sob sigilo de justiça.

A história da juíza é prova que o narcotráfico internacional tem tentáculos fixados na Bahia, embora o Estado funcione mais como rota para o tráfico de drogas transnacional. Segundo o superintendente da PF, César Nunes, a máfia nigeriana atua há muito tempo na Bahia. Pelos aeroportos e portos do Estado a mercadoria entra no território nacional e é escoada para a Europa. Em 2006, a polícia federal apreendeu heroína pela primeira vez em

terras baianas também com destino ao exterior. Mas a cocaína é o principal produto comercializado internacionalmente. O esquema funciona assim. A pasta-base de coca produzida na Bolívia ou na Colômbia entra no Brasil pelo Paraguai, chegando aos estados do sudeste e centro-oeste, como Mato Grosso do Sul, São Paulo e Goiás. Depois segue pelas rodovias em direção à Bahia, uma parte para abastecer o mercado interno e outra, bastante significativa, destinada à exportação, sobretudo para Europa. O Estado é visto como ponto estratégico pelos traficantes pela posição geográfica favorável, próximo ao continente africano, de onde é escoada boa parte da mercadoria aos países europeus. “A Bahia tem a posição geográfica estratégica maravilhosa. Você pode sair por mar e pelo aeroporto. E nós tínhamos uma polícia alfandegária que não funcionava muito bem e só agora está se fortalecendo”, afirmou a promotora Ana Rita Cerqueira.

Gustavo Bautista é o mais recente traficante internacional com atividade permanente no território baiano. A polícia, entretanto, tem descoberto outras ligações entre o Estado e traficantes internacionais. Em 10 de agosto de 2007, agentes do Serviço de Investigação da 3ª Delegacia da Polícia Civil, localizada no bairro dos Dendezeiros, em Salvador, prenderam Antônio Marcos de Assunção Almeida, conhecido como “Ton”. O traficante foi surpreendido em casa, na Ladeira do Curuzu, no bairro da Liberdade, com 2 kg de cocaína e foi apontado por “aviões” da Feira de São Joaquim, Ribeira e Baixa do Bonfim como a pessoa que fornecia a eles a mercadoria. Antônio Marcos confessou à polícia que encomendava cocaína de um boliviano de prenome Michel. O negócio era fechado por telefone. Combinava-se um local de entrega em um ponto qualquer da cidade e a mercadoria era passada por um entregador desconhecido. Era desvendada mais uma conexão do narcotráfico entre a Bahia e a Bolívia, considerou a polícia baiana.

O país andino é o principal fornecedor da cocaína que circula no Brasil. Segundo matéria da *Folha de S. Paulo* de 10 de junho de 2007, 80% da droga comercializada no território brasileiro vem da Bolívia e seu principal comprador é a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). A declaração do policial brasileiro, que não quis se identificar, ao jornal foi:

- Há grandes máfias que se encarregam de distribuir cocaína e reexportá-la para a Europa.

Como o Comando Vermelho no Rio, o PCC nasceu de dentro dos presídios paulistas como forma de organização de resistência dos detentos para obtenção de melhorias nas próprias prisões. Expandiu-se para fora das grades e muros do sistema penitenciário paulista, assumiu o controle do tráfico de drogas nas periferias de São Paulo e mostrou seu grande poder de articulação, quando em 2006, parou a maior cidade do Brasil, numa série de ataques em vários pontos da capital paulista que causaram pânico e terror na população e deixaram as autoridades atônitas e inertes. O PCC e CV chegaram a um nível de organização tão grande que já chegaram a fazer alianças em prol de um plano audacioso de tomar todo o território nacional, com a criação de filiais, o que eles chamam de cédulas – numa apropriação da linguagem da guerrilha urbana que lutou contra a ditadura nos anos 60 e 70. O pacto entre as duas organizações é relatado em detalhes pelo jornalista Carlos Amorim em *PCC-CV – A irmandade do Crime*. O objetivo da união: concretizar a Federação do crime.

O crime organizado na Bahia

João Santana é magro, comprido e usa óculos. Tem uma voz calma, um jeito sereno de falar. Trabalha dentro dos presídios baianos há dezessete anos. É agente penitenciário e diretor de comunicação do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado (Sinspeb). Estive com ele por uma tarde, em setembro de 2007, na sede do sindicato, na Mouraria. Santana falou sobre sua experiência dentro do Complexo Presidiário de Salvador, na Mata Escura. Foi entre as paredes da casa de detenção que João Santana conheceu em meados da década de 90 o detento Carlos Jesler, conhecido como Seu Carlinhos, um criminoso famoso por realizar seqüestros e assaltos a bancos. Naquela época, enquanto Ravengar crescia seu negócio de tráfico de drogas no Morro do Águia, Seu Carlinhos iniciava seus esforços de organizar os detentos no presídio e conquistar regalias para seus companheiros. Segundo relato de Santana, Carlos Jesler foi o primeiro a instaurar uma “cédula” do crime organizado dentro das paredes do Complexo. Seu Carlinhos unificou todas as quadrilhas do presídio. Montou sua guarda pessoal, com “soldados” que cumpriam suas ordens diretas, executando quem pisava na bola e era julgado pelo chefe. Para tanto, contava com o apoio expresso da direção, em troca de evitar possíveis fugas, evitar mortes dentro das celas e manter a tranquilidade no presídio. O mesmo esquema Seu Carlinhos montou anos mais tardes na Penitenciária Lemos de Brito (PLB).

A imprensa desde 2005 vinha denunciando o comércio ilegal que ocorria na PLB. As celas eram negociadas pelos chefes das quadrilhas, como se fossem quartos de hotéis ou pousadas. O preso tinha que pagar para ficar “hospedado”. Os preços subiam com o conforto das celas e serviço de quarto: televisão, rádio, cigarros e drogas. Alguns detentos mantinham armazéns, vendiam alimentos, bebidas, carteiras de cigarros e outros produtos.

Essa escola foi montada por Seu Carlinhos, seguiu com outros líderes e foi ganhando corpo. Carlos Jesler está preso até hoje na PLB e continua sendo respeitado pelos detentos. Mas seu comando já é exercido por seus sucessores.

- Hoje nós temos lá (PLB) traficantes conhecidos: Genilson Lino da Silva, o “Perna”, que aprendeu muito com Carlinhos Jesler. Ele colocou a frente do presídio um homicida, Sílvio Santos, conhecido como o “Patrão”. Os dois conseguiram fazer o mesmo que Carlinhos conseguiu lá no presídio. Chamavam a direção, advertiam que nada de grave ia acontecer na cadeia e em troca queria o reconhecimento da segurança e da direção. E isso foi dado.

O trabalho do agente penitenciário e mesmo da direção era decidido por Sílvio Santos e Genilson Lino. O controle dos líderes dos presos se estendia: decidiam até quem ia ou não ia para casas localizadas na área livre da PLB, destinadas aos presos mais velhos ou com penas a vencer. Com a intervenção dos chefes dos detentos, o número de casinhas passou de cinco para cerca de 50, formando uma favela em torno da penitenciária. As visitas chegavam a qualquer hora do dia. Os carregamentos de drogas entravam na penitenciária a mando dos presos, normalmente à noite, por meio de vans, micro-ônibus e *sprinters*. Os mesmos veículos transportavam as prostitutas contratadas para satisfazerem os “xerifes”. Celulares passaram a ser uma coisa comum. Todas as regalias eram concedidas aos presos em troca da manutenção da paz.

Os desmandos foram alvo de denúncias constantes do Ministério Público e da imprensa. Em 2006, o então diretor da PLB, André Barreto, foi substituído por ser considerado responsável pelas regalias dos detentos. Há três anos, em 2004, o delegado

Barreto já dirigia a penitenciária, quando o agente João Santana telefonou de um dos pavilhões do Complexo:

- Comuniquei o fato. Ele disse: vou vê aqui. Provavelmente ele sabia. Então voltou a ligar para o ramal onde eu estava e pediu que o advogado se dirigisse até o gabinete dele. Lá ele pediu para que o advogado, com uma pessoa de confiança do diretor, fosse até certo pavilhão onde o preso estava. Isso causou estranheza a mim e a todos que estavam presentes. Por que isso? Como eu tinha conhecimento com o advogado... Quando ele saiu do pavilhão, me contou o que conversou com o diretor. E aí fomos futucar. Fomos até ao nível de secretaria, foi quando o superintendente confessou pra gente que se tratava de um preso ligado ao PCC que estava aqui.

- Mas o secretário de Segurança Pública, se não me engano, negou a presença dele na época.

- Para imprensa, negou. Mas o superintendente, que era subordinado a ele, confirmou pra gente. Tratava-se de um preso do PCC, e por causa disso, estava aqui escondido e não era para ser revelada a identidade dele. Eu disse para ele: agora vai ficar difícil.

João Santana se referia a Miguel Paulista, que fora preso naquele ano na BR-324, já próximo a Salvador. Paulista e seu companheiro de prenome Marcelo foram transferidos para o presídio de Ilhéus no início de 2006, por meio de ofício sem a assinatura do juiz competente, e com a autorização via telefone do secretário de Segurança Pública. Miguel Paulista não foi o único membro de facções criminosas do Rio e São Paulo a aparecer no território baiano, apesar do então secretário de Segurança Pública da Bahia, general Edson Sá Rocha, nunca ter admitido a presença de integrantes do PCC ou CV no Estado. Os

rumores existem e as evidências são grandes. Já em 2000, chegava à Bahia José Francisco Lumes – conhecido como Zé de Lessa. Defeituoso no braço, Lumes era integrante do PCC em São Paulo e considerado um dos maiores traficantes do Brasil. Naquele tempo, era ele quem abastecia Salvador de cocaína. No mesmo ano, um alvará concedido pelo juiz Jeferson Alves soltou o traficante condenado a 40 anos de prisão, com fins para tratamento de saúde. Voltou a ser preso numa manhã de 04 de novembro de 2005 pelo delegado Hélio Jorge, em Guarujá (SP). Hoje se encontra na UED, no complexo presidiário da Mata Escura. As histórias não param por aí. Moradores do Nordeste de Amaralina me confirmaram boatos de que traficantes do Rio de Janeiro, ligados ao Comando Vermelho, estão infiltrando “soldados” no bairro para assumirem o controle do tráfico de drogas na região. Em 16 de maio de 2006, matéria de Deodato Alcântara, do jornal *A Tarde*, já indicava relações da facção criminosa carioca com traficantes locais:

Na Bahia, já há sinais de que o PCC está começando a estabelecer operações. Além dele, a facção carioca Comando Vermelho também promove acordos com traficantes locais, em uma espécie de ‘franquia dos serviços’.

A matéria sustenta também a presença de seis criminosos ligados ao PCC, que foram presos pela polícia baiana desde o começo de 2005. Homens que respondem a processos por narcotráfico, assaltos a bancos e especialistas em fugas de penitenciárias. Um deles, Edson José Ferreira, conhecido como “Coreano”, esteve preso na Delegacia da 6ª Circunscrição, na Ladeira dos Galés, em Brotas. Fugiu e aos 26 anos continua solto. Na sua confissão registrada em relatório na secretaria de Segurança Pública, Ferreira declarou pertencer ao Primeiro Comando da Capital. Já o outro integrante identificado, José Carlos do Carmo Silvestre, o “Pintado”, foi mandado de volta para São Paulo. Os outros quatro

estavam à época presos na PLB. O relato jornalístico de Alcântara é rico em detalhes. Por telefone, o jornalista entrou em contato com um jovem morador anônimo da região ligação entre o bairro do Barbalho e a invasão do Pela-Porco, onde havia suspeitas de que uma casa fora comprada e reformada por homens ligados a uma facção do sudeste do País. Revelou a fonte anônima:

- Aqui a droga corre cada vez mais solta. Quem manda agora são os homens lá do Rio.

Conversei com o superintendente da PF, César Nunes, sobre o início da instauração do crime organizado no Estado. Comentei sobre um relatório que a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), orientadas pelo Governo Federal, haviam realizado desde 2006 para mapear a presença de organizações criminosas dentro dos presídios brasileiros. O levantamento identificou ramificações do PCC no presídio de Jequié, interior da Bahia. Para minha surpresa, obtive a seguinte resposta:

- Não tenho conhecimento de nada disso. O PCC na Bahia não. Pode ser até que um deles lá esteja preso por aqui, mas até agora não tive nenhuma informação positiva sobre esse assunto.

Em 02 de outubro de 2007, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário se reuniu com representantes da Polícia Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para discutir a presença das organizações criminosas nos presídios nacionais. Segundo o relator da CPI, deputado Domingos Dutra (PT-MA), as informações foram que nenhuma facção criminosa estava presente nas penitenciárias em todos os 27 estados brasileiros. As principais organizações estão nos estados mais ricos e

atuam no tráfico de drogas e de armas, no roubo de carros e de cargas, informou o relator. Não foi divulgado nenhum mapa em detalhes das unidades da federação nas quais o PCC ou o CV atuam ou já teriam atuado. Perguntei a César Nunes:

- Nessa análise do tráfico de drogas na Bahia o que acontece então é a forma avulsa?

O tráfico formiguinha?

- Como assim?

- Porque no Rio há grandes facções e aqui...

- Aqui não existem facções, aqui existem quadrilhas que trabalham com o tráfico de drogas. Ravengar era um deles, Djalma era outro deles. E têm outros aí que comandam o tráfico de drogas.

Uma semana antes, havia conversado com o chefe de departamento de combate ao tráfico de drogas da polícia federal na Bahia, Fernando Berbet. Ele estava mais informado do que o superintendente e deu outra versão para a presença de homens ligados ao PCC e CV no Estado.

- Existem pessoas com alguma ligação, que realmente já foram em São Paulo, fizeram contato, participaram e voltaram. Mas elas estão ligadas mais a crimes contra o patrimônio, assalto a banco, por exemplo, e não a tráfico de drogas. Porque o tráfico de drogas exige certa organização que não dá pro cara vim aqui e se estabelecer com tanta facilidade. Precisa ter o contato local mais forte.

- E os traficantes locais... Não há nenhum vínculo deles com as organizações?

- Não. O que eu vejo é alguns se intitularem com sendo (das facções). Mais como para dizer que tem status e manter o respeito. A gente não vê filial do PCC.

- Qual é hoje o maior traficante da Bahia? O principal ponto? Não há mais nenhum tipo de Ravengar...

- Não existe isso aqui. Até o próprio Ravengar, esse endeusamento é mais uma coisa que a mídia cria. Não existe isso, de um grande... Você acaba tendo o que está sendo alvo de investigação daquele momento. Todo mês tem um maior traficante, essa especulação é uma coisa mais que se cria do que a realidade.

- Uma fonte do MP me informou que há pelo menos seis grandes fornecedores hoje na Bahia, que estão sob alvo de investigação.

- É complicado se dizer isso. Eu não vejo seis grandes traficantes na Bahia. Não existe aqui um grande traficante porque o comércio daqui não é... A própria estrutura do tráfico na Bahia não pressupõe isso. Você não tem um grande traficante que estabeleça a Bahia toda, você tem pequenos traficantes e cada um tem sua fonte. Quer vê uma grande forma de tráfico que está abastecendo o mercado local? É pelo correio, pelo Sedex. E a frequência é grande. Cocaína pelo correio, expresso. Grande quantidade da cocaína na Bahia vem via correio.

O volume do tráfico de drogas na Bahia está muito longe, felizmente, daquele encontrado nos morros da cidade maravilhosa e nas periferias de Sampa. Não há, de forma tão ostensiva e, normalmente, grandes organizações criminosas sitiando bairros e fixando territórios. As disputas entre traficantes são mais pontuais. No Nordeste de Amaralina, a briga por território se dá de rua por rua. Moradores vivem em clima de terror e medo. Conversei com um deles, que reside no local há mais de dez anos. Ele trabalha como porteiro num prédio de classe média no bairro da Pituba:

- O bicho pega lá e agora está ficando pior.

Seu relato aponta jovens de pouco mais de 20 anos carregando metralhadoras, fuzis AR-15 e escopetas calibre 12. Tudo à luz do dia. Os “soldados” do tráfico matam uns aos outros, e vítimas inocentes, para ganhar o domínio do tráfico da rua ao lado, onde seu adversário tem o controle da “boca”. Os pontos mais perigosos e loteados pelos traficantes no Nordeste de Amaralina são ruas estreitas, muitas delas vielas como: Rua da Lua, 11 de Setembro, As Casinhas, Rua do Campo, Amendoeira, Sucupira, Rua do Eco, Rua da Creche. Alguns destes nomes dados pela própria comunidade, não são oficiais.

A criminalidade ligada ao tráfico de drogas tomou toda a periferia da capital baiana, regiões favelizadas, com a maioria da população formada por negros, pobres e semi-analfabetos. Como o sociólogo Gey Espinheira bem definiu, Salvador é uma cidade pobre com bolsões de riqueza. O professor, que também é antropólogo, percorre há pelo menos cinco anos os bairros periféricos e pobres da cidade. Faz pesquisas sobre violência e criminalidade. Sua constatação empírica é que as comunidades carentes sofrem com a brutalidade dos traficantes, vivem sob a lei do silêncio, e se sentem ameaçadas, apesar de se comportarem com resignação. E a violência cresce na Bahia. No primeiro semestre de 2007, o número de homicídios dolosos (612) foi 27% maior em relação a igual período de 2006, ano considerado o mais violento na história do Estado, com 988 ocorrências. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública.

Neste quadro de criminalidade, o tráfico de drogas aparece como o maior vilão. O Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep) contabilizou de janeiro a julho de 2007 apenas 67 mortes ligadas ao tráfico de drogas, para 155 mortes em 2005, e 129 em 2006. Os dados estão muito aquém da realidade. Agentes da Delegacia de Homicídios

informam que o tráfico representa de 50% a 70% dos casos de mortes em Salvador. A conta do Cedep parece de fato defasada e fora da realidade, mesmo assim seus números assustam. O órgão registrou 5,7 mil pessoas indiciadas por tráfico de drogas em Salvador durante 16 anos, do período que vai de 1990 a 2006. O impressionante é que na década de 90, esse número foi de 1,7 mil, enquanto nos primeiros seis anos do século XXI a polícia indiciou 4 mil traficantes. Nos últimos três anos anteriores a 2007, a quantidade de pessoas ligadas ao tráfico só fez subir. De 2005 para 2006, o número deu um salto espantoso de 485 para 858. Enquanto isso, o efetivo de policiais nas ruas não seguiu o mesmo ritmo da criminalidade. São 15 mil Policiais Militares (PMs) e cerca de 5,4 mil policiais civis em todo Estado. Segundo dados do Ministério da Justiça, a Bahia amarga um déficit de 18 mil policiais, entre civis e militares. As Nações Unidas (ONU) determina um policial para cada 250 habitantes, mas no território baiano, há um para 487 cidadãos. Um contingente policial defasado, despreparado e muitas vezes com medo. Revelou a promotora Ana Rita Cerqueira:

- No Quartel dos Aflitos, muitas policiais femininas trabalham ali. Elas pediram para chegar vestindo roupa, traje civil. Não queriam sair de casa fardadas, com medo. Tanto elas, quanto os homens, porque muitos deles moram porta com porta de bandido.

Capitão Nascimento, personagem polêmico do filme *Tropa de Elite*, dá três alternativas para o policial no combate ao tráfico de drogas nos morros do Rio: ou se corrompe, ou finge que não vê, ou vai para guerra. Em Salvador, as autoridades policiais insistem em dizer que não há na cidade lugar onde a polícia não possa entrar. Mas a realidade está mudando aos poucos e para pior. Os traficantes de hoje estão fortemente

armados e “recebem” a polícia à bala. O relato do policial Barbosinha é de quem está na linha de frente contra o tráfico:

- Hoje eles estão armados, é uma praga. Eles perderam o medo. Não combateram naquela época... Como falei a você, os caras vão presos com uma pequena quantidade de drogas, vão para detenção e lá vão estagiar, tomar aula, para quando saírem virarem grandes traficantes. Ali na Baixinha e na Lajinha, não pode chegar viatura por ali que eles mandam bala e botam para correr.

- Nestes locais, eles têm hierarquia?

- Tem sim. Lá funciona: “soldado” (sempre armado, faz a proteção da “boca”, nota minha); tem um “olheiro”, que fica com o celular e o rádio transmissor; tem os vendedores, o gerente e o dono da “boca”. O dono não entra em nada, só fornece a mercadoria e pega o dinheiro.

Os traficantes se armaram em Salvador. A polícia acredita que os mesmos homens que fornecem a drogas revendem as armas. Quando capturados, os traficantes alegam que as armas são para proteger a “boca” dos adversários e impor a ordem aos clientes. A verdade é que o armamento passou a ser vital, porque os traficantes iniciaram a batalha por territórios. A disputa por pontos de distribuição de drogas começou a ganhar maiores contornos em Salvador nos últimos dois anos. Até então, não havia precedentes de qualquer traficante planejando invadir e tomar à força pontos de drogas de outro companheiro do crime. Não, pelo menos, com intenção de dominar bairros inteiros, unificando-os perante um mesmo comando. O precursor da “guerrilha” para conquistas de novos territórios do tráfico foi Eberson Souza dos Santos.

Eberson é pardo, um homem de 1,75m de altura, de cabelos pretos e olhos castanhos escuros. Tem um perfil em conformidade com o da grande maioria de traficantes do Estado. Segundo a polícia, quase 90% dos traficantes são homens, com 18 a 25 anos, negros ou pardos, com baixa escolaridade e residentes de áreas afastadas do centro da cidade. Eberson também seguiu à risca outra realidade cruel: dificilmente traficante passa dos 30 anos. Ele não chegou aos 27. Morreu em 06 de agosto de 2007, aos 26 anos, depois de uma troca de tiros com a polícia, no distrito de Carobas, no município de Candeias, na região metropolitana de Salvador. Sua morte tomou as primeiras páginas dos jornais locais. No dia seguinte, a imprensa anunciava a morte do então considerado maior traficante da Bahia que ficou assim conhecido sob a alcunha de Pitty. Eberson cresceu em Cidade Nova, periferia de Salvador. Ali entrou no mundo do crime aos 16 anos. Nesta época, iniciou a atividade criminosa na qual se tornaria especialista anos mais tarde: assalto a ônibus. A sua quadrilha são atribuídos muitos saques a coletivos e mortes ocorridas durante os assaltos. Pitty se tornou um criminoso astuto em planejar também assaltos a bancos. Sua fama correu a cidade quando em 2006 seu grupo realizou um assalto à agência do Bradesco, no Garcia, numa operação agressiva, com troca de tiros com seguranças e a polícia, que resultou na morte de três policiais militares. Pitty foi responsabilizado pelos assassinatos e condenado a 28 anos de prisão pelos crimes.

Pitty chegou aos 20 anos já como um líder entre seus comparsas. Entrou no mundo do tráfico de drogas e a partir de então começou a forjar o que as facções criminosas do Rio e São Paulo se acostumaram ao longo de duas décadas: tomar territórios e expandir o domínio. Segundo a polícia, é possível até que suas ações fossem financiadas pelos traficantes das duas grandes capitais brasileiras. Na madrugada de um domingo, 18 de

junho de 2007, 15 homens armados de pistolas, metralhadoras e escopetas executaram cinco pessoas na Estrada Velha do Aeroporto, no bairro de Nova Brasília, periferia de Salvador. Segundo moradores, os criminosos, aparentando ter entre 15 e 17 anos, fizeram o serviço e avisaram que voltariam para “matar mais”. Um mês depois, na noite de outro domingo, 29 de julho de 2007, dois rapazes foram assassinados a tiros no bairro do Engenho Velho da Federação pelo traficante conhecido como “Macaco”. As duas execuções foram autorizadas por Eberson Souza do Santos. O aviso era claro: quem dominava a área era Pitty e seus comparsas.

A rede de tráfico de drogas encabeçada por Pitty chegou a dominar nove bairros de Salvador, segundo a polícia: Cidade Nova, IAPI, Pau Miúdo, Engenho Velho da Federação, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Coutos e Fazenda Coutos. Após sua morte, seus comandados tentaram seguir o trabalho iniciado pelo líder. O grupo de Pitty disputa com outros traficantes locais o domínio do tráfico de drogas nos bairros de São Caetano, Cajazeiras, Arenoso, Pernambués e Baixa do Soronha, em Itapuã. Mas seus sucessores sofreram baixas. Cláudio Santos Silva, 34 anos, conhecido como “Cheira”, teve seu esconderijo invadido pela polícia às 6h da manhã de um sábado, 04 de agosto de 2007. Era uma casa localizada próxima ao terminal de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica. No mesmo dia, foi detida sua irmã Cláudia Santos Silva, a “Claudinha”, depois de a polícia ter encontrado 12 celulares e R\$ 15,5 mil em espécie dentro da residência deles no Nordeste de Amaralina. Neste mesmo bairro, um mês e alguns dias depois vinte homens invadiram o local e fuzilaram cinco integrantes da quadrilha de Pitty. Quase simultaneamente, apenas um dia antes, em 12 de setembro de 2007, doze homens executaram no bairro de Cajazeiras cinco parceiros de Kléber Santos de Souza, conhecido como “Quequeu”. O traficante

comandava um das “bocas” deixadas por Eberson Souza. Em apenas quatro dias de setembro de 2007, a polícia contabilizou sete mortes e 13 feridos em áreas onde o tráfico de drogas estava sob o comando do falecido traficante.

A polícia avalia que a rede ficou desamparada quando deixou de receber as ordens do traficante, que planejava as operações mesmo quando esteve preso. De dentro do presídio Pitty passava as instruções por meio de telefone celular. Sem ele, as tentativas de conquistar novos territórios foram desastrosas. Um dos pontos mais cobiçados por seus sucessores é a comunidade Baixa do Soronha, em Itapuã, um local que tem hoje uma das maiores movimentações de drogas da cidade. Ali, um homem manda no “pedaço”: Dênis Dias Alves, o “Mantena”. O traficante assumiu a “boca” em 2003, quando o antigo líder, Leno da Silva Alves foi preso. Mantena é querido na comunidade, o que fortalece seu poder na região. Em 2006, quando respondia processo por tráfico de drogas, mais de 100 moradores de Itapuã compareceram a primeira audiência de seu julgamento, no dia 5 de maio daquele ano, e defenderam sua inocência entre aplausos e gritos de apoio. O relato do ocorrido foi registrado pela jornalista Helga Cirino, em matéria de 16 de maio de 2006, no jornal *A Tarde*. A reportagem sob o título “Ajuda em troca de silêncio” destacou como traficantes se tornam grandes líderes comunitários em Salvador, aos moldes do que acontece nos morros cariocas. Uma frase do próprio Mantena sintetiza o alcance desse fenômeno socioeconômico:

-Se o Estado não está para minha comunidade, eu sempre estarei.

O poder destes traficantes, de bairro, dos morros, das favelas, não é um Estado paralelo, mas uma forma de reação de uma sociedade à margem dos fluxos sociais e

econômicos legais do sistema capitalista. Se o lance é ganhar dinheiro rápido, o tráfico de drogas é uma boa opção; se não se tem poder político convencional, que o construa sob pilares de uma nova percepção do coletivo, paradoxalmente apolítica, porque a sociedade legal não reconhece sua representatividade, nem deveria. O traficante estabelece um poder autocrático, forjado pela força da arma e do dinheiro. O sociólogo Gey Espinheira fez uma dura análise ao jornal *A Tarde*, citando dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2004: “Vestidos em pele de cordeiro, como benfeitores de comunidades, traficantes foram responsáveis por boa parte dos 37,5 assassinatos por 100 mil habitantes registrados na Bahia”.

Os números frios escondem histórias tristes. Em agosto de 2007, tios e primas de João* - que preferiu não se identificar – foram expulsas de casa por traficantes do Nordeste de Amaralina. João trabalha numa oficina de instalação de kit gás natural veicular na Av. Bonocô e ali me contou que a casa de seus parentes havia sido tomada pelos traficantes para ser montado um depósito de armamentos no lugar:

- Deram 15 dias para eles saírem, senão iriam invadir.

As comunidades dominadas pelo tráfico de drogas em Salvador vivem sob a lei do silêncio. Quem contrariar as regras do jogo morre. Os contrariados se calam e muitos outros se identificam. E a cultura do tráfico de drogas se perpetua. Disse sem se identificar ao jornal *A Tarde* uma das moradoras de Baixa do Soronha:

- Eu sei o que eles fazem, mas é o Mantena que me ajuda a sobreviver.

Com força dentro da comunidade, o traficante, como Mantena, Márcio Galego e Ronaldo Betão – os dois últimos do bairro da Engomadeira que costumavam patrocinar grandes churrascos para os moradores – ganha prestígio social na localidade e autoridade para comandar seus “soldados”. Tal legitimidade permite manter a ordem e tranquilidade na “boca”, o que é imprescindível para o sucesso dos negócios, pois garante segurança aos clientes de maior poder aquisitivo - um grama de cocaína hoje pode chegar a R\$ 60. Com o movimento garantido, rola mais dinheiro para comprar mais mercadoria com os fornecedores e para corromper policiais e outros agentes do Estado. Assim cresce a importância e o *status* do traficante. Esse poder obtido na comunidade, se bem solidificado, segue muitas vezes com o traficante quando ele vai preso. Este é um dos traços mais perigosos do crime organizado de tráfico de drogas: o comando e poder dos líderes dentro do presídio e de lá para fora. A secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Marília Muricy, em entrevista ao jornal *A Tarde* em 01 de agosto de 2007, admitindo a existência de crime organizado em Salvador:

- Há poder paralelo no presídio.

Três dias antes, no final da manhã de um domingo, 29 de julho de 2007, detentos do presídio Salvador, no Complexo Penitenciário da Mata Escura, iniciaram uma rebelião mantendo como reféns três agentes penitenciários. Cerca de 700 presos reivindicavam o retorno de 51 detentos transferidos do presídio para a Unidade Especial Disciplinar (UED). Entre eles, Maurício Vieira da Silva, o “Cabeção”, e Joseval Bandeira, integrantes do grupo que foi liderado por Pitty dentro da prisão que chegou a reunir mais de 700 detentos numa facção batizada por eles de “Comando da Paz”. Depois de quatro dias, a rebelião chegou ao fim com as negociações entre presos e direção. Quatorze prisioneiros retornaram ao

presídio de Salvador, sete escolhidos pela administração e sete selecionados pelo Comando da Paz. Foram 17 pontos decididos pelas negociações, entre eles melhoria na alimentação, retirada dos DVDs existentes nas celas durante 30 dias e proibição da entrada de alimentos durante as visitas aos domingos.

Os presos “Cabeção” e Val Bandeira continuaram na UED. O comando do presídio Salvador (casa de detenção) ficou a cargo de José Carlos Santos da Cruz, o “Rasta”, e Uiris Gonçalves Carvalho, o “Bruxa”, também membros da quadrilha de Eberson Souza dos Santos. A rebelião teve início um mês depois de Pitty fugi estranhamente numa tarde de 26 de junho de 2007. O traficante e mais sete internos fugiram pela Via Regional, depois de terem cavado um buraco a apenas 10 metros de distância da guarita da Polícia Militar, responsável pela segurança na unidade. O impressionante é que Val Bandeira não fugiu junto com Pitty, porque teria que ficar dentro do presídio para manter o controle sobre os detentos. A versão é do agente penitenciário João Santana. O diretor de comunicação do Sinspeb levanta suspeitas sobre a direção do Presídio em relação à fuga de Pitty. Possíveis beneficiamentos estão sendo investigados. O sindicato chegou a alertar ao superintendente de Assuntos Penais, coronel Francisco Leite, com ofício enviado em 03 de junho de 2007, que era necessário isolar os líderes de “comandos de presos” na PLB e no presídio para que fossem evitados motins. João Santana indaga:

- Ele ia ser transferido para a Penitenciária Lemos de Brito dia 27 de junho e ele fugiu no dia 26. Ele deve ter ficado sabendo. Como ele soube? Agora essas informações não chegam a nível operacional, o agente penitenciário não sabe disso. A ordem vem da Vara de Execuções Penais para a secretaria que passa à direção do presídio. Alguém deve

ter avisado a ele: ‘amanhã você vai ser transferido’. Como ele tinha inimigos na penitenciária, não quis ir pra lá.

Antes de fugir, Pitty comandava seus asseclas em plena liberdade pelos bairros, sobretudo os periféricos, da capital baiana. Os celulares são uma peça comum dentro dos presídios. Preso sem celular está “sem pai e sem mãe”. Os internos escondem os aparelhos em buracos nas paredes de revestimento duplo das celas, cobertos depois com papel de jornal molhado ou mesmo com papel de parede. Na época da rebelião, diversos jornalistas entrevistaram os internos por telefone celular e assim souberam de suas reivindicações. Do mesmo modo, os traficantes fazem as encomendas para seus fornecedores e orquestram seus “soldados” para receberem a mercadoria e também prestarem as contas dos lucros obtidos com as vendas. Obtive um dos celulares de um dos presos da PLB, mas o telefone não recebe ligações, está bloqueado.

É pelo celular que Diego, um menino negro magricela, de classe baixa, diz conversar com “Capeta”, um traficante da Fazenda Grande do Retiro, que se encontra preso. Ele reproduziu a última conversa que teve com o traficante, amigo do seu primo “Vado”, que atua com tráfico de drogas no bairro de Santa Mônica.

- O que você está fazendo aí? , pergunta Diego.

- Tô daqui comandando tudo, responde Capeta.

Na continuação, o menino, ainda meio ressabiado, respondeu a algumas perguntas. Ele também mora em Fazenda Grande.

- Você e sua família não se sentem inseguros com os traficantes, eles não fazem ameaças à população?

- Que nada! Eles fazem a segurança da gente.

- Eles andam armados?

- Andam... Oxe!

- Que tipo de armas eles utilizam?

- Usam pistola, 38, 12, 22, 9...

- Você usa drogas?

- Não.

- Já foi “aviozãozinho”?

- Nãããão!

O aparelho celular é um meio que o traficante dispõe para manter seus contatos. O poder dele fora do presídio depende disso. Caso contrário, ele é esquecido e passado para trás. O dinheiro acaba e o poder também. Ravengar chegou a possuir quatro celulares, conseguidos com a conivência de agentes corrompidos. Mas a regalia durou pouco, depois que o então diretor do presídio, major Ricardo Flores, foi exonerado por aceitar seus subornos. As investigações detectaram depósitos na conta do ex-diretor em agência do Bradesco dentro do próprio Complexo. Talvez tenha sido o último vestígio de poder de Ravengar como traficante. Ele poderá voltar ao centro das atenções. Raimundo Alves de Souza quer publicar sua biografia:

- Na minha biografia, você vai vê, eu vou dizer quem participava disso ou daquilo, mas sem ofender ou acusar ninguém.

Declarou Ravengar. O gravador já estava desligado.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Deodato. **PCC presente em Salvador.** Jornal A Tarde, p. 4, 16 de maio de 2006.

AMORIM, Carlos. **CV_PCC: A Irmandade do Crime.** 8ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 2007. 476p.

BARCELLOS, Caco. **Abusado – O Dono do Morro Dona Marta.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003. 557p.

BASTOS NETO, Osvaldo. **Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime.** Salvador, 2006. 288p.

BECKER, Howard, S. **Estudos de praticantes de crimes e delitos;** In: Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Ed. Hucitec, 1994, p.153-178.

BORGES, Paulo César Corrêa. **O Crime Organizado.** São Paulo: Ed. Unesp. 2002. p. 15-33.

Castor de Andrade, um industrial ou um gangster? Jornal da Bahia, 27 de abril de 1977.

CIRINO, Helga. **Ajuda em troca de silêncio.** Jornal A Tarde, p. 6, 16 de maio de 2006.

CÓDIGO PENAL: Brasil; 10ª ed - Saraiva, 2004. - (Legislação Brasileira).

COYLE, Diane. **Sexo, Drogas e Economia: Uma introdução à economia do século 21.** Trad. Melissa Kassner – São Paulo: Futura, 2003. p. 19 - 61.

DOS SANTOS, Gerson. **“Ravengar diz que é bode expiatório: Raimundão confirma a existência de fitas de vídeo, onde aparecem ‘medalhões’ que estariam por trás do tráfico”**, A Tarde, p. 8, 27/02/2004.

FIGUEREIDO, Lucas. **Morcegos Negros – PC Farias, Collor, máfias e a história que o Brasil não conheceu**. São Paulo: Ed. Record, 2000. 418p.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. 125p.

KOTSCHO, Ricardo. **Do Golpe ao Planalto - Uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 334p.

LAGE, N. L. **A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, 2001. v. 1. 190 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**. São Paulo, Unicamp, 1995. 371p.

LIMA, Samuel. **Ravengar admite que ajudou muitos policiais**. Tribuna da Bahia, p.14, 05 de fevereiro de 2004.

LIMA, Samuel. **Ravengar desafia: cadê as provas?** Tribuna da Bahia, p. 13, 05 de fevereiro de 2004.

LOBATO, Elvira. **Instinto de Repórter**. São Paulo: Publifolha, 2005. 288p.

MASCARENHAS, Fabiana. **PCC montou base em Jequié**. Jornal A Tarde, p. 5, 20 de maio de 2006.

OLIVEIRA, Adriano. **Crime organizado: é possível definir?** Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>

Promotor denuncia banda podre na SSP. Jornal A Tarde, p. 13, 06 de setembro de 2002.

Ravengar está preso. Ele tem muito a contar. Tribuna da Bahia, p. 13, 13 de fevereiro de 2004.

Ravengar tem mais pontos de drogas. Jornal A Tarde, p.10, 16 de janeiro de 2004.

RIBEIRO, Moacir. **Juiz sofre nova derrota no TJ.** Jornal da Bahia, p. 6B, 10 de novembro de 1989.

Sentença de Ravengar pelo Ministério Público da Bahia. Disponível em:

<http://www.tj.ba.gov.br/noticias/SENTENCARAVENGAR.htm>

ZIEGLER, Jean. **Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia.** *Tradução Clóvis Marques.* Rio de Janeiro: Record, 2003.